

**UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI**  
**MESTRADO PROFISSIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS**  
**LUANA MAIARA DOS SANTOS**

**CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIAMANTINA**  
**(GESTÃO 2009 – 2012): UM ESTUDO DE CASO.**

**Luana Maiara dos Santos**

**CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIAMANTINA (GESTÃO 2009-2012):  
UM ESTUDO DE CASO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas  
– da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades,  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri,  
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em  
Ciências Humanas.

Área de Concentração: Política, Cultura e Sociedade.

Orientador: Prof. Dra. Teresa Cristina de Souza Cardoso  
Vale

**Diamantina  
2015**

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM  
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

Santos, Luana Maiara dos

S237c Conselho Municipal de Cultura de Diamantina (gestão 2009-2012):  
um estudo de caso / Luana Maiara dos Santos. – Diamantina: UFVJM,  
2015.  
128 p. : il.

Orientador: Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação  
em Ciências Humanas) - Faculdade Interdisciplinar em Humanidades,  
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

1. Conselho. 2. Democracia. 3. Política. 4. Cultura. 5. Sociedade. I.  
Título. II. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

**CDD 306**

Elaborado com os dados fornecidos pelo (a) autor (a).

**Conselho Municipal de Cultura de Diamantina (gestão 2009-2012): um estudo de caso**

**LUANA MAIARA DOS SANTOS**

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas, nível de Mestrado, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

APROVADO 18/06/2015

Prof<sup>ª</sup>. Dra. ADRIANA GOMES DE PAIVA VALE  
(UFVJM)

Prof<sup>ª</sup>. RICARDO ANDRÉ AVELAR NÓBREGA  
(UEMG)

Prof. TERESA CRISTINA DE SOUZA CARDOSO VALE  
(UFVJM)  
Presidente

DIAMANTINA  
2015

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional Interdisciplinar em Ciências Humanas – da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas.

## **CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE DIAMANTINA (2009-2012): UM ESTUDO DE CASO**

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Teresa Cristina de Souza Cardoso Vale  
Orientadora

Prof<sup>ª</sup>. Dra. Adriana Gomes de Paiva  
Membro Interno – MPICH /UFVJM.

Prof. Dr. Ricardo André Avelar Nóbrega  
Membro Externo – UEMG

Prof. Dr. Aline Sulzbacher  
Suplente– MPICH/UFVJM

## **Dedicatória**

**Dedico esta dissertação a minha família e amigos: Avô, Avó, Mãe, Padrasto, Letícia, Luan, Tio Marcone, Tio Mauro, primos, amigos e especial Rafael.**

## **Agradecimentos**

Agradeço primeiramente, a professora Teresa pela paciência, atenção, dedicação e carinho comigo. Acredito que não consiga encontrar uma orientadora com suas qualidades. Mais que uma orientadora participou ativamente de todo o processo de estudo. Hoje sem dúvidas me inspiro na sua pessoa profissional e pessoal, em toda a minha carreira acadêmica foi à pessoa mais especial que conheci. Não tenho dúvidas que foi a melhor opção de orientação no mestrado, é uma pessoa muito especial para mim e continuará sendo por toda a minha vida.

A todos os professores do mestrado agradeço os ensinamentos que foram adquiridos ao longo desses dois anos de curso, em especial ao professor Caê que permitiu com que participasse das suas aulas no estágio docente e sempre me guiou para cada vez mais tornar uma profissional responsável e competente nas atribuições do ensino.

Não poderia deixar de agradecer a professora Helga do Curso de Turismo, pois, foi a primeira pessoa a ler meu pré-projeto para me inscrever no mestrado, era um grande sonho de vida foi a que disponibilizou seu tempo a ler e me instruir.

Agradeço imensamente a todos os servidores da Prefeitura Municipal de Diamantina que trabalham na Secretaria de Cultura, principalmente a Márcia Dayrell Botelho, que permitiu com que participasse das reuniões do conselho e disponibilizou os documentos para a pesquisa.

Aos meus avós que desde pequena me incentivaram que a maior riqueza da vida é o conhecimento, e que ninguém e nada pode tira-lo. Sem meus avós não conseguiria conquistar esse sonho-objetivo, mais que avós são tudo de mais importante que eu tenho. Sempre me proporcionaram o crescimento pessoal e profissional e são a razão da minha dedicação.

A minha mãe, que mesmo distante é muito presente em tudo da minha vida. Meu presente de Deus, ela faz por mim tudo que esta no seu possível e impossível, sempre me incentivando a persisti nos objetivos e me ensinando que tudo será recompensado com o esforço.

Aos meus tios Mauro e Marccone que são minha inspiração, meu padrasto Valdeck um verdadeiro pai que Deus colocou no meu caminho, Letícia e Luan meus irmãos queridos, amigas Bárbara Hugo, Fernanda, Kelle e Ludmila que sempre me incentivaram nos estudos.

A Carol, Cimara, Mayra, Samantha, Ana Angélica e Mariana pelo companheirismo fiel de amizade. A Isanete, Paulo, Paulinha e Mariana por sempre me ajudarem a ser mais forte e persistir neste sonho com orações e conversas de incentivo.

Não poderia deixar de agradecer aos meus colegas de Mestrado, pois, foi um grande prazer conhecer um pouco de cada um de vocês e dos seus projetos. E que hoje mais que colegas são meus grandes amigos, Taciana, Renata, Valdinei, Delsa e Daniel. A banca examinadora por disponibilizar o tempo para ver meu projeto e contribuição com todos os comentários. A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri que na graduação e no mestrado possibilitaram que me dedicasse exclusivamente para os estudos.

Enfim agradeço a Rafael meu grande companheiro que possibilitou chegar até aqui, que nunca me deixou desistir, que esteve presente em toda a pesquisa e que me ajudou a conquistar esse sonho. Meu amigo, irmão, professor, parceiro e amor ser mais admirável que conheço. Mesmo nos momentos que não acreditava em mim, ele me mostrou que nada na Vida é fácil, mas é preciso ter foco e determinação para as conquistas.

Obrigada Deus , obrigada a todos!!!



*“Para nós os grandes homens não são os que resolveram os problemas, mas aqueles que descobriram”. (Albert Schweitzer)*

## RESUMO

A dissertação “Conselho Municipal de Cultura de Diamantina um estudo de caso” foi elaborada por meio da análise de dados das atas referentes ao período da gestão 2009 a 2012 do Conselho de Cultura. Na pesquisa foi explanado sobre a democracia e participação referente ao conselho e os tipos de democracia, na perspectiva de conhecer como vem constituindo a democracia direta, deliberativa, representativa e participativa nos conselhos. Além disso, o trabalho apresentou a história dos conselhos que são instrumentos de articulação entre o Estado e a Sociedade em relação às decisões das políticas públicas. Nesta dissertação foi importante apresentar a ideia de cultura e o que vem a ser cultura política e políticas culturais pelos novos significados e interpretações culturais dominantes da política, fomentadas pela modernidade. Para investigar o estudo de caso mostrou a legalidade e estrutura do Conselho de Cultura em números. Utilizou-se a análise de conteúdo que foi um instrumento metodológico aplicado ao conteúdo escrito, por meio de interpretação e reflexão baseadas na dedução e interferência interpretativa. Nesse sentido constatou, avanços relevantes por meio das atas, regimentos, planos, programas, projetos, intervenções culturais, reformulação de segmentos culturais no Conselho de Cultura. Contudo era preciso um caráter mais ativo do conselho na cidade de Diamantina, sobretudo de maneira democrática participativa e representativa nas reuniões para o exercício de uma cidadania ativa nas decisões que priorize de maneira satisfatória os interesses da sociedade.

**Palavras- chave:** Conselho, democracia, política, cultura e sociedade.

## **ABSTRACT**

The dissertation "City Council Diamantina Culture a case study" was prepared by the minutes regarding data analysis to the period 2009 to 2012 the management of the Council of Culture. In the survey was explained on democracy and participation concerning the council and the types of democracy, the prospect of meeting comes as constituting direct democracy, deliberative, representative and participatory on the council. Moreover, the work presents the history of the councils that are instruments of coordination between the state and society in relation to public policy decisions. In this work was important to present the idea of culture and what comes to political culture and cultural policies by new meanings and interpretations of the dominant cultural politics, promoted by modernity. To investigate the case study showed the legality and structure of the Council of Culture in numbers. We used the content analysis it was a methodological tool applied to written content through interpretation and reflection based on deduction and interpretative interference. Accordingly found, relevant advances through the minutes, regulations, plans, programs, projects, cultural interventions, reformulation of cultural segments in the Council of Culture. However it took a more active character of the council in the city of Diamantina, especially participatory and representative democratic manner in the meetings for the exercise of active citizenship in the decisions that prioritize satisfactorily the interests of society.

**Key words:** Advice, democracy, politics, culture and society.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE OS CONSELHOS TEÓRICO .....</b>	<b>18</b>
DEMOCRACIA DIRETA .....	21
DEMOCRACIA DELIBERATIVA .....	22
DEMOCRACIA REPRESENTATIVA .....	23
DEMOCRACIA PARTICIPATIVA .....	28
<b>CAPÍTULO 2: CONSELHOS: HISTÓRIA E TEORIA .....</b>	<b>35</b>
O SIGNIFICADO DE CONSELHO .....	35
A HISTÓRIA DOS CONSELHOS NO BRASIL .....	35
MAS AFINAL, O QUE SÃO OS CONSELHOS BRASILEIROS? – DA TEORIA A HISTÓRIA .....	37
<b>CAPÍTULO 3: CULTURA, CULTURA POLÍTICA E POLÍTICAS CULTURAIS.....</b>	<b>42</b>
CULTURA.....	42
CULTURA POLÍTICA.....	42
POLÍTICAS CULTURAIS.....	44
<b>CAPÍTULO 4: CONSELHO DE CULTURA DE DIAMANTINA: NOSSO CASO.....</b>	<b>47</b>
LEGALIDADE E ESTRUTURA DO CONSELHO DE CULTURA.....	47
O CONSELHO DE CULTURA EM NÚMEROS.....	55
<b>CAPÍTULO 5: ANÁLISE DOS REGISTROS CULTURAIS DE DIAMANTINA.....</b>	<b>65</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>94</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>
<b>ANEXO I – RESUMO DAS ATAS.....</b>	<b>104</b>
<b>ANEXO II – RESUMO DA LEGISLAÇÃO.....</b>	<b>116</b>

## Índice de Quadros, Gráficos, Nuvens de Palavras

Quadro 1: Formas de Participação Política .....	31
Quadro 2: Representantes do Poder Público Municipal, 2009.....	47
Gráfico 1: Representações no Conselho Municipal de Políticas Públicas, 2009 .....	49
Quadro 3: Representantes do Poder Público Municipal.....	49
Quadro 4: Quantidade Reunião/ Participação Dos Representantes.....	51
Esquema 1: Estrutura da Coordenadoria de Políticas Culturais.....	52
Quadro 5: Ações por ano de constituição das políticas públicas do conselho de cultura	54
Quadro 6: Órgão Superior Ministério da Cultura.....	56
Quadro 7: Orçamento da Cultura.....	60
Quadro 8: Orçamento no município de Diamantina, 2009.....	62
Gráfico 2: Investimento por projeto sede/distrito.....	63
Figura 1: Panfleto do Cadastro Cultural do Município de Diamantina.....	64
Quadro 7: Síntese dos documentos oficiais da Secretaria de Cultura .....	68
Nuvem de Palavras 1: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 01/02/2011 .....	72
Nuvem de Palavras 02: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes,Ata 29/03/2011 .....	73
Nuvem de Palavras 03 :Análise de Conteúdo pelo Many Eyes, Ata 31/03/2011 .....	75
Nuvem de Palavras 04: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes da Primeira Ata 01/06/2011 .....	75
Nuvem de Palavras 05: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 03/06/2011 .....	76
Nuvem de Palavras 06: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes Ata 07/06/2011 .....	77
Nuvem de Palavras 07: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 16/06/2011 .....	78
Nuvem de Palavras 08: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes , Ata 28/06/2011 .....	80
Nuvem de Palavras 09: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 01/07/2011 .....	81
Nuvem de Palavras 10: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes Ata 15/08/2011 .....	82
Nuvem de Palavras 11:Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 18/08/2011 .....	83
Nuvem de Palavras 12: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 15/09/2011 .....	84
Nuvem de Palavras 13: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 20/10/2011 .....	85
Nuvem de Palavras 14: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 27/10/2011 .....	86
Nuvem de Palavras 15: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 27/03/2012 .....	87
Nuvem de Palavras 16: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 24/04/2012 .....	88
Nuvem de Palavras 17: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 30/05/2012 .....	89
Nuvem de Palavras 18: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 01/06/2012 .....	90
Nuvem de Palavras 19: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 23/08/2012 .....	91
Nuvem de Palavras 20: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 10/10/2012 .....	92
Nuvem de Palavras 21: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 18/10/2012 .....	93
Nuvem de Palavras 22: Análise Geral de Conteúdo das Atas.....	94

## Introdução

Desde a constituição de 1988, há previsão de conselhos de políticas públicas, como resultados de mobilizações sociais e debates públicos que antecederam a formulação desta constituição. Retomando a história, sabemos que os primeiros conselhos no Brasil tiveram sua origem vinculada ao Movimento Sanitarista, na área da saúde, e eram nomeados: Conselho Consultivo de Administração da Saúde Previdenciária (CONASP). Estes tinham suas composições distribuídas entre a sociedade civil e o Estado.

E foi por meio dos movimentos da saúde que surgiram as bases que deram respaldo para os demais movimentos sociais demandarem a inclusão de conselhos no texto constitucional, através da Assembleia Constituinte. Seu princípio era a participação da sociedade civil nas políticas públicas. Como resultado, a participação popular fora então incorporada na constituição de 1988, permitindo que novos conselhos nas demais áreas para além da saúde, como seguridade social, previdência, cultura, assistência social e educação com crianças e adolescentes, surgissem. Sem dúvida nenhuma esta incorporação propiciou a ampliação da participação da sociedade civil na gestão pública.

Desta forma, o formato dos conselhos emergiu por meio de legislações infraconstitucionais, legislações federais que estabeleceram a participação popular nestes conselhos, nos diferentes níveis administrativos. Podemos definir os conselhos como instituições híbridas, nas quais têm vários atores que representam os segmentos temáticos<sup>1</sup>.

Por meio do histórico apresentado, os conselhos de políticas públicas buscaram a democratização brasileira na articulação da participação, deliberação e controle sobre o Estado. Estes conselhos tem uma especial característica: as suas tomadas de decisões tratam de gestão de bens e recursos públicos. Como destaca Gomes, *os conselhos são instâncias permanentes, sistemáticas, institucionais, formais e criadas por lei com competências claras* (Gomes, 2000, p. 24).

A inclusão da sociedade nos conselhos a partir da participação é sem dúvidas, a melhor forma de fortalecer a democracia participativa. Consequentemente, há o fortalecimento do próprio conselho e do cidadão, não só no plano teórico democrático, mas em toda a estrutura política que precisa de implementações de ações públicas eficientes. A partir daí passou a fortalecer no país a democracia participativa. Como dito, esta tem a possibilidade de participação direta da sociedade na escolha das demandas públicas.

---

<sup>1</sup> Existem alguns conselhos no Brasil que tem a representação no Poder Legislativo, mas na maioria dos casos isso não ocorre. Já há jurisprudência de que eles pertencem a estrutura do Poder Executivo.

Então, este trabalho toma como base a análise dos registros do Conselho Cultural de Diamantina por meio das Políticas Culturais regido pela Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Patrimônio, na gestão 2009-2012. A análise busca compreender o funcionamento do Conselho nas ações culturais ligadas a participação e representatividade da sociedade nas políticas públicas culturais tanto na concepção, como na implementação e apropriação.

O Conselho possui grande importância no âmbito das políticas públicas na tomada de decisões e para que isso ocorra de maneira positiva é necessária à representatividade efetiva dos segmentos culturais. Os conselhos assim precisam estar configurados como um novo espaço de participação da sociedade nas instâncias decisórias. Por esta singular importância dos conselhos que este trabalho tem sua relevância social destacada. Não se pode deixar de considerar a relevância científica deste, qual seja a contribuição para a área ao levantar dados relevantes de atuação do cidadão por meio da democracia participativa.

Para se constituir um espaço democrático, onde promova a construção de uma cidadania participativa na educação política, identificando os problemas e possíveis soluções ocasionadas pela demanda social. É importante um conselho estruturado, cujos assuntos sejam organizados com prioridades reais e que tenha de fato a participação dos cidadãos na fomentação das pautas. Apenas passar as informações durante as reuniões não é propósito da democracia participativa. Os conselheiros precisam trazer legitimidade nas tomadas de decisões para a construção de uma proposição que vise o atendimento das necessidades e interesses dos segmentos culturais, pois cada segmento cultural possui sua específica demanda.

Para que haja a participação política é desejável se envolver, discutir, propor e compartilhar ideias. Como afirma Demo participação é um processo de conquista que “*supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias*” (Demo, 1996, p. 19- 20). Para tanto, é necessária a compreensão de que cada indivíduo tem grande importância na vida política do Estado, que ele é fonte da democracia participativa.

Desta maneira, seria fundamental que a sociedade tivesse controle das decisões, pois assim, teriam maior responsabilidade nos interesses sociais. Os conselhos então seriam mais democráticos e participativos exercendo um efetivo controle nas políticas públicas. E para que haja a efetivação da participação da sociedade nas políticas públicas é necessário que os espaços dos conselhos criem mecanismos satisfatórios, como mostra Salles:

Dizem respeito à dimensão da cidadania, à universalização de direitos sociais e à garantia ao exercício desses direitos, zelando pela vigência desses direitos, garantindo sua inscrição ou inspiração na formulação das políticas e seu respeito na sua execução (SALLES, 2010, p. 49).

As organizações dos conselhos precisam se estruturar de maneira a ampliar as formas de participação por meio das divulgações e acesso a informação através da tecnologia. Isto para que a sociedade de fato saiba das ações e tenha interesse em conhecer as políticas públicas. Como objeto de trabalho as políticas públicas culturais devem promover a intervenção na sociedade nas áreas culturais.

Como dito, essa pesquisa tem como objeto obter conhecimento através da análise das atas do Conselho de Cultura de Diamantina, na gestão de 2009 a 2012. Para isso, pretende-se investigar se o conselho é um espaço democrático que permitiu a sociedade civil participar das formulações, implementações e controle das políticas públicas culturais. O segundo aspecto é em relação aos Programas e Projetos Culturais quais foram suas aplicabilidades e o que trouxe de benefício para a sociedade diamantinense.

Por fim, no terceiro aspecto é feita análise das políticas municipais de cultura, quais de fato foram implementadas e desenvolvidas, com a reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais quais foram às mudanças com criação do Fundo Municipal de Políticas Culturais a adesão ao Sistema Nacional de Cultura propiciou ou não melhoramentos com as políticas.

Em relação aos conselhos, democracia e políticas culturais existem vários estudos em diversas áreas. Os conselhos fortaleceram a partir do processo de abertura política, a descentralização do atendimento, a integração de serviços em níveis locais à participação da sociedade no processo de decisão é incorporada, segundo Draibre (1988). Os conselhos assim podem ser vistos como representante da sociedade, devido às mudanças da constituição de 1988. Assim, os conselhos por meio das políticas públicas são canais importantes na democracia participativa, na relação das políticas entre o governo e os cidadãos.

Percebe-se que os conselhos necessitariam em sua maioria ter alguma representatividade em frente aos interesses da sociedade civil, devendo de maneira democrática, desenvolver as ações com clareza, responsabilidade, legitimidade, impessoalidade nas funções estabelecidas por cada regimento do conselho. Como menciona Arruda e Kocourek (2008) é fundamental que os conselhos tenham uma formação continuada pelos seus conselheiros, orientando a estes a suas ações nos princípios democráticos e éticos, fazendo com que os membros de diversas áreas que participam dos conselhos se posicionem de forma consciente, pois, esses ocupam um lugar importante de representação da sociedade civil.



E para concretizar esse estudo sobre o conselho em especial no caso de Diamantina, foram analisados como objeto principal os registros de dados das atas. Toda a análise foi constatada no período de 2009 a 2012, totalizando 21 atas. Por meio da análise dos dados dos documentos selecionados o universo da pesquisa foi escolhido, identificando o conteúdo de maneira qualitativa. A investigação das atas se deu pelo que não estava totalmente aparente, identificando palavras mais expressivas com a ajuda do sistema de pesquisa Many Eyes, pelo gráfico nuvem de palavras. O Many Eyes é uma ferramenta que possibilita, por meio da informação visual, facilitar a compreensão do texto-atas permitindo o conhecimento das palavras mais importantes no texto. Como Many Eyes é um software, foi analisado o conjunto de palavras que constam nas atas e retiradas as palavras que não tinham sentido para o propósito do trabalho.

A execução deste estudo surgiu devido a grande vontade em conhecer o funcionamento das políticas públicas culturais de Diamantina. Desde a graduação desejava entender o funcionamento das políticas públicas, em especial a cultural pela representatividade que Diamantina possui em Minas Gerais e fora do estado. Saber como acontece a demanda de eventos tradicionais, externos e especiais, quais são os programas e projetos culturais e como é a estruturação das políticas públicas culturais. Entender como é aplicada a lei, os regimentos e decretos, como são escolhidos quais são as prioridades de ação na área cultural, de onde sai os recursos e para quais segmentos são liberados. E no decorrer dos estudos percebi a necessidade de analisar o Conselho de Políticas Públicas Culturais pela relevância no âmbito e pouco conhecimento tido da importância que se tem um conselho para a cidade.

O conselho de Diamantina por ter pouco tempo de reestruturação desde a data de criação foi se desenvolvendo ao longo dos anos, e mesmo sendo moradora da cidade não tinha nenhuma informação sobre o mesmo. Desta maneira, para conhecer as políticas públicas da cidade o método encontrado foi analisar e avaliar as atas do conselho.

Para alcançar o proposto aqui, esta dissertação está dividida em cinco capítulos. Realizei o estudo da democracia e participação sobre os conselhos, no capítulo 1. No capítulo 2, faço um breve estudo sobre o significado dos conselhos através de um estudo teórico e histórico. No capítulo 3, relato a relação entre cultura e políticas culturais. No capítulo 4, apresento o Conselho de Cultura de Diamantina e suas diretrizes. A análise dos registros culturais de Diamantina, no capítulo 5. Esses capítulos possuem articulação entre si e uma

lógica argumentativa com o objetivo de realização do proposto: conhecer como é o Conselho de Cultura de Diamantina e suas ações.

Na conclusão mostro a importância do estudo sobre conselhos e políticas públicas culturais, tentando resgatar as principais impressões colhidas neste trabalho. Os conselhos são assim espaços onde a sociedade deveria primar pelos seus direitos e também conhecer os seus deveres, para poder conduzir de maneira responsável às políticas públicas, ações essas que tiveram lacunas ao decorrer da análise das atas do Conselho de Políticas Públicas Culturais.

## Capítulo 1: Democracia e Participação: um estudo sobre os Conselhos

O estudo proposto nesta parte do trabalho visa identificar as várias dimensões ligadas à democracia e situá-las a partir dos espaços e como são os processos democráticos por meio dos conselhos – um dos objetos principais de estudo da participação. Conceituar democracia é tarefa complexa, pois há inúmeros significados ao longo da história. Azambuja relata que:

Nenhum termo do vocabulário político é mais controverso que nas obras de todos os autores”. A palavra democracia teve sua origem na Grécia, mais precisamente em Atenas. Seu significado literal é “poder do povo”, expressão compreendida como “poder exercido pelo povo. (AZAMBUJA, 1998, p. 215).

Deste modo, a democracia pode ser representada para algumas pessoas como forma de governo e outras como maneira de convívio social. Então conceituar democracia é difícil, pois não existe uma unanimidade de conceito. Bobbio (2000), seguindo a esteira de tomada de decisões, esclarece que a democracia seria um conjunto de regras que estabelece quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos. Este conceito relaciona a democracia e seus tipos.

Dentre os tipos de democracias, a representativa elege os representantes para legislar suas aspirações juntamente com os representados, a participativa possibilita maneiras de democracia mais igualitárias, uma vez que as decisões são tomadas a partir do diálogo e construção coletiva das demandas sobre os temas e propostas a serem decididos, a direta como pronunciamento direto do povo e a deliberativa seria um intermédio, pois não pode ser reconhecida por apenas um processo de interesses particulares. Desta maneira, os modelos de democracia presentes no trabalho são mostrados por diversos autores sob diferentes pontos de vistas.

Dentro das Ciências Humanas, em particular, na Ciência Política, a democracia é um dos temas principais entre os pensadores da área. Sendo ela bastante discutida ao longo dos tempos, a democracia possui uma gama de variações no seu entendimento e modificações substantivas entre seus pesquisadores. Bobbio (2004) apresenta o estudo sobre a democracia dividindo-o em três tradições: Clássico, Medieval e Moderno.

Segundo o autor, a tradição Clássica ou Aristotélica não vê a democracia como um bom governo. Para Aristóteles, a democracia é inferior à ideia de politeia, ou seja, o governo dos pobres não é mais vantajoso que o governo da maioria. Platão, por sua vez, entende que a democracia não é nem boa e nem ruim. Para ele, a democracia pode ser o melhor ou o pior,

porque nela as liberdades não possuem limites. A essa tradição encontramos autores que comungam dessa ideia, tais como, Tomás de Aquino, Bodin, Hobbes e outros.

A segunda tradição mencionada por Bobbio (2004) é a Medieval. Nesta a democracia aparece interligada a ideia de soberania popular. Sua origem é romana e ela se desenvolve a partir de dois princípios: 1) o poder encontra-se com o príncipe porque o povo lhe concedeu; e 2) o poder não se concentra somente com o governante pois o povo ainda detém o poder de criar leis e costumes. Desta maneira, a democracia seria dar ao governador uma parte do poder para governar. Esses dois princípios nos permitem visualizar os desdobramentos da teoria da soberania popular.

O primeiro desdobra-se nos estudos sobre a distinção entre titularidade e exercício do poder. O segundo desdobra-se nos estudos sobre *o direito derivado diretamente do povo [que] possuía maior ou menor força que o direito emanado pelo imperador* (Bobbio, 2004 p.319). Autores mencionados são Locke e Rousseau, respectivamente. Bobbio (2004) nos faz uma advertência para não confundirmos o estudo da democracia com o contratualismo. Nem todos os autores contratualistas são democráticos e vice versa.

A terceira tradição chamada por Bobbio de Moderna surge com Maquiavel. Esta tradição baseia seus estudos sobre as duas formas de governo: Monarquia e República. Para Maquiavel a *República nada mais é do que a democracia na práxis* (Bobbio, 2004, p. 320). Ainda segundo Bobbio, a democracia é qualquer forma de governo que se oponha ao despotismo. Como em Maquiavel a república é a oposição real ao despotismo, logo, a democracia e a república se sobrepõe na teoria moderna. Isto porque, a virtude é o princípio fundante da república. Os principais autores que comungam desta tradição são Montesquieu, Althusius e Toland.

Rousseau será aquele que tornará perfeita a fusão entre a ideia de democracia e república. Isto porque Rousseau distingue forma de governo da forma de estado. A democracia seria a primeira e a república a segunda. Além desta distinção, Rousseau afirma que a soberania é popular, inalienável e indivisível. Ou seja, não é possível representação porque a vontade geral não se representa. Para Rousseau, o povo possui a capacidade de decidir e, por isso, ele sugere a democracia direta, também chamada de democracia pura. Na democracia direta as decisões são tomadas pela participação e voto direto de todos os cidadãos sobre os temas propostos.

Para além das tradições, a democracia continuou sendo foco relevante de estudos, trazendo novos elementos para sua compreensão. Da teoria liberal, por exemplo, a ideia de

que a liberdade deve ser promovida e desenvolvida em associação com a teoria democrática desemboca em estudos sobre a representação, tema relevante para esse trabalho e que será retomada mais a frente. Autores relevantes que merecem menção são Constant, Tocqueville, Stuart Mill e outros. Para estes autores, a representação é a única forma de garantir as liberdades individuais em relação com o Estado, manifestas através das liberdades civis e políticas. Ainda para estes autores, a democracia é a única forma compatível de governo capaz de garantir os direitos fundamentais<sup>2</sup>.

Outros exemplos podem ser encontrados nos estudos marxistas. Nesta tradição, em linhas gerais, a democracia é vista como parte de um processo maior que culminará no Comunismo. O que diferencia os liberais dos marxistas é a forma como se dá o processo democrático. Para os marxistas o sufrágio é o início do processo, não o fim. Os marxistas são críticos a democracia representativa e desejosos da democracia direta (veremos mais a frente seu significado). Neste caso, o controle do poder se dá pela participação direta do povo. Importante ressaltar também o principal questionamento marxista: o povo é soberano para que? Para Marx, o povo é soberano politicamente, mas não o é para se apropriar dos resultados da produção das riquezas. Para encerrar os exemplos de estudos sobre a democracia, temos os elitistas democráticos. Estes teóricos do século XX partem da ideia de que a soberania é uma ficção. Se o povo não possui o controle das estruturas administrativas do Estado, não há sentido para a soberania. Seus principais representantes são Mosca, Pareto e Michels. Para eles, sempre é uma minoria quem governa a elite, ou seja, somente a elite tem poder efetivo.

Derivando desta ideia, Shumpeter afirma que só existe democracia quando há vários grupos em franca disputa pelo poder através do voto popular. Sendo a democracia um método apenas, ela necessita de competição eleitoral, divisão entre oposição e situação e renovação periódica do quadro das elites no poder.

O elitismo democrático assentou suas bases sob a negação de que há vínculos entre democracia e bem comum e de que existe uma oposição entre participação e racionalidade. Daí derivará toda uma linha contemporânea da teoria democrática que reduz a racionalidade a busca da maximização dos interesses individuais em conflito, chamada de escolha racional. Os estudos sobre a democracia, não se esgotam nos exemplos mencionados.

---

<sup>2</sup> Os direitos fundamentais foram amplamente estudados na teoria através das pesquisas sobre a cidadania. Autores como Marshall, Bendix e outros demonstram bem essa evolução histórica do tema em questão.

Feito esta rápida apresentação sobre a trajetória dos estudos sobre a democracia, cabe aqui apresentar os sentidos dados à democracia: direta, deliberativa, representativa e participativa com mais cuidado.

## **Democracia Direta**

A democracia direta teve sua formação original no governo de Atenas. E a forma que era realizada as leis foram feitas por meio das reformas até chegar à democracia. *O povo, reunido no ágora, para o exercício direto e imediato do poder político, transformava a praça pública no grande recinto da nação.* (Bonavides, 2006, p. 288).

(...) as instituições de Atenas fixaram o primeiro grande modelo de democracia, modelo esse que, pelo menos até os fins do século XVII, foi considerado o único verdadeiramente democrático. Estabeleceram o padrão da democracia dita direta na linguagem de hoje (FERREIRA FILHO, 1989, p. 70).

A democracia ateniense teve longa duração e ampla prática de democracia direta, sendo assim o conceito de democracia direta esta relacionado ao modelo de democracia no qual as decisões são tomadas pela participação e voto direto dos cidadãos sobre os temas a serem decididos.

No entanto, em um primeiro momento, possa parecer um modelo perfeito, deve-se ter em mente que a democracia de tal época era calçada em um contexto econômico extremamente explorador, ou seja, *o direito de participação no ato criador da vontade pública era privilégio de ínfima minoria de homens livres apoiados sobre esmagadora maioria de homens escravos* (Bonavides, 2006, p. 288).

Para Rousseau o sistema democrático de governo na Antiga Atenas era realizado em assembleia com o intuito na tomada de decisão dos julgamentos de maneira direta. A república é vista como garantia de liberdade. Liberdade só existe quando há igualdade, diante de uma das preocupações de Rousseau perante a sociedade de sua época: a desigualdade. E, para construir uma sociedade de liberdade e igualdade, é imprescindível a democracia<sup>3</sup>.

Apesar do caráter excludente, não se pode negar que, a seu modo e para seu tempo, a Grécia viveu uma democracia. *Filósofos como Rousseau, Hegel e Nietzsche entendem que verdadeiramente livre foi o homem grego, e não o moderno, o homem das praças atenienses e*

---

<sup>3</sup> Rousseau fazia parte daqueles que preconizavam a democracia do saber como meio eficiente para colocar fim à superstição, à ignorância, ao império da opinião e do preconceito. Desta forma, acreditava-se contribuir para o progresso humano. ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Ensaio sobre a origem das línguas. p. 20.

*não o homem da sociedade ocidental de nossos dias* (Bonavides, 2006, p. 290). Seria com pronunciamento direto do povo, para que se saiba sua vontade.

Embora, em um primeiro momento, possa parecer um modelo sem defeitos, necessita ter em mente que a democracia de tal época era calçada em um contexto econômico extremamente explorador, ou seja, *o direito de participação no ato criador da vontade pública era privilégio de ínfima minoria de homens livres apoiados sobre esmagadora maioria de homens escravos* (Bonavides, 2006, p. 288).

Hoje, pensando na democracia direta é um desafio quase intransponível. A mesma tornou-se limitada. Ainda que haja estudos que se baseiam na implementação desta forma de governo, como o *e-governance* (governo para sociedade) onde cresceu muito com a era digital, por meio de novas formulações governamentais a democracia direta não é acessível à possibilidade de um governo inteiramente administrado por todos os membros da sociedade.

Os efeitos da democracia direta são problemáticos, já que geram um processo de produções de decisões políticas que não possui total legitimidade. No entanto, essa democracia não se limita ao efeito que deveria. Mockli (1994) apresenta que os processos de democracia direta podem até estabilizar o sistema político, pois aproximam a periferia ao centro político, podem até ser inovadores porque contem um novo universo de ideias.

Esses mecanismos de democracia direta funcionam também como uma válvula de escape aonde os cidadãos muitas vezes escolhem o caminho mais fácil, pois acreditam que o voto levará uma participação direta e que todos terão governabilidade diante das suas escolhas.

## **Democracia Deliberativa**

A democracia deliberativa é utilizada na metade dos anos 80. O conceito é influenciado, em grande parte, pela obra de Jurgen Habermas. Modelo esse onde a democracia e decisões são tomadas pelo consenso alcançado entre cidadãos livres e iguais atingidos pelo resultado da decisão, através da argumentação e debate.

O caráter deliberativo possui características presentes desde Atenas, onde as propostas eram realizadas frente a frente, no qual mais importante era convencer a população com os argumentos realizados pelos líderes. No entanto, a forma de participação tornou-se perdida na democracia liberal dando forma ao pluralismo composta por realidades independentes.

Conforme Habermas (1996) existem três tipos de democracia. A liberal referente à tomada de decisão, ligada ao interesse, no qual o indivíduo é representado por um processo de

transação. A segunda fundada na visão ateniense de responsabilidade pública sobre a privada fundamentada por autores como John Stuart Mill e Hannah Arendt no qual vê o processo democrático não o meio de obter decisões, mas um fim em si que colabora no desenvolvimento do indivíduo como pessoa. Sendo a terceira democracia deliberativa seria um intermédio, pois não pode ser reconhecida por apenas um processo de interesses particulares, sendo um instrumento. A educação política seria um subproduto e não uma justificativa principal da agregação de interesses.

Existem várias teorias referentes à democracia deliberativa Elster (1998) relata dois aspectos: no aspecto democrático as decisões são tomadas por todos que são afetados diretamente por elas ou pelos seus representados. No outro aspecto deliberativo as decisões são tomadas pelos argumentos valorizando a imparcialidade e racionalidade.

A democracia deliberativa segundo Cohen (1998) traria de diferente das outras formas de democracia são as decisões deliberativas e não agregativa. Só seria agregativa se levasse em conta os interesses de cada indivíduo de maneira particular.

Um grande benefício da democracia deliberativa é a superação dos limites nas teorias da escolha social na tomada de decisão, segundo Miller (1993). A democracia deliberativa pressupõe, desta maneira, que todas as partes envolvidas devem ouvir os argumentos e aceitar tendo em vista um bem comum, por meio da argumentação e debate no consenso dos cidadãos.

O processo deliberativo pode ocorrer dentro de uma comunidade ou de um parlamento. Mas no Brasil ainda não aconteceu como os autores descrevem como oportunidade de debate, mas sim de maneira diversa.

### **Democracia Representativa**

John Locke e Jean Rousseau são pensadores da Teoria Política Moderna. Sendo que Locke relata que a democracia representativa esta vinculada ao poder dos representantes eleitos pelo povo. A sociedade elege os representantes para legislar suas aspirações juntamente com os representados. *A vontade soberana do povo deve resultar de um sistema representativo de índole e inspiração totalmente popular* (Bonavides, 2006, p. 233).

Na teoria da democracia representativa o dever de fazer as leis é exercido pelo poder legislativo, concedido ao Estado e este está restrito aos representantes pela votação. A sociedade tem o poder de delegar seus representantes para garantir os interesses.



E para compreender o funcionamento da democracia representativa é fundamental que os princípios sejam orientados pelo debate da igualdade e da liberdade. De um lado, aqueles que enfatizavam a igualdade, como Rousseau (1978) que aborda a questão definindo as desigualdades morais ou políticas em oposição às desigualdades naturais ou físicas. A igualdade consistiria na harmonia, e só seria favorável quando combinada à liberdade.

A democracia representativa figura em dois princípios a) ampliação do voto, por exemplo, o sufrágio universal e b) aumento dos órgãos representativos – assembleias. Deste modo, o processo de democratização nos Estados Liberais e a soberania popular resguardam suas garantias. Para Rousseau (1978) o importante não é quantidade de representantes na democracia representativa, mas a qualidade dos representantes.

A democracia representativa ou democracia indireta expressa *um sistema eletivo não cria uma identidade entre os que governam e os que são governados* (Manin, 1995, p.4). Ainda segundo Manin (1995), mesmo o povo tendo representação, ainda existe um distanciamento entre os eleitores e eleitorado.

Como o governo representativo se fundamenta em eleições repetidas, o povo tem condições de exercer uma certa influência sobre as decisões do governo: pode, por exemplo, destituir os representantes cuja orientação não lhe agrada. Por outro lado, o governo representativo pode ser um governo de elites, mas cabe aos cidadãos comuns decidir que elite vai exercer o poder (MANIN, p. 4, 1995).

No entanto, os representantes eleitos não possuem obrigação de adotarem as preferências do povo. Manin (1995) relata que a vontade do eleitorado passou a ser vista como componente importante para democracia representativa. E para que haja envolvimento dos governados é preciso que a população saiba o que se passa perante os assuntos políticos.

No Brasil a democracia representativa não se configurou temporalmente como um regime estável. O período mais longo é o que nos encontramos a partir de 1985. Durante os governos militares, o governo volta para civis, aprovando a nova constituição em 1988, sendo a partir dessa realizada as primeiras eleições diretas.

No entendimento de Manin (1995) existem três formatos de governo na democracia representativa constituída de maneira: Parlamentar; Democracia de Partido; Democracia de Público. Divididas em segmentos da sociedade.

Os deputados são livres para votar de acordo com sua consciência e seu julgamento pessoal. Não faz parte de seu papel transmitir uma vontade política já formulada do lado de fora do Parlamento. Os representantes não são porta-vozes dos eleitores, mas seus homens de confiança, seus trustes (MANIN, , 1995, p.13).

Na representatividade parlamentar o povo não tem voz, pois possui um distanciamento entre os governantes e governados. No governo parlamentar as eleições são notáveis de maneira elitizada, pois o poder se concentra na mão dos “notáveis”.

Na Democracia de Partido, o que visa é o partido, e não a quem se vota para melhorar a identificação e integração dos governantes, sendo assim, os eleitores são determinados por grupos para a eleição destes governantes em suma maioria identificadas com dadas ideologias. Os partidos nascem para mobilizar um maior número de pessoas, pois o aumento do eleitorado dificulta a relação com os representantes, as pessoas se sentem ligadas aos partidos e suas organizações. Na *democracia de partido as clivagens eleitorais refletem divisões de classe* (Manin, 1995, p.15).

A última forma de democracia representativa é a de público, que esta relacionada aos governantes que possuem caráter de melhor comunicação com os eleitores, que passam responsabilidade e confiança, que relatam as problematizações e mobilizam o voto das pessoas. A proximidade com as pessoas são fundamentais nessa forma de democracia, que são divididas por fatores sociais, econômicos e culturais.

Boa parte da insistência na ideia de que existe uma crise na representação se deveu à percepção de que o governo representativo vem se afastando da fórmula do governo do povo pelo povo. [...] no momento em que os partidos de massa e as plataformas políticas passaram a desempenhar um papel essencial na representação, se consolidou a crença de que o governo representativo caminhava em direção à democracia. [...] Quando se reconhece a existência de uma diferença fundamental entre governo representativo e autogoverno do povo, o fenômeno atual deixa de ser visto como sinalizador de uma crise de representação e passa a ser interpretado como um deslocamento e um rearranjo da mesma combinação de elementos que sempre esteve presente desde o final do século XVIII” (MANIN, 1995, p.29).

A democracia representativa tem passado por mudanças, que afasta cada vez mais os cidadãos por motivos de corrupção, desonestidade, falta de ética e que desmotivam as pessoas a acreditarem que exista uma verdadeira forma de democratização.

A representação exercida pela sociedade civil é pluralista<sup>4</sup> o que implica na participação de vários grupos sociais dentro dos aspectos democráticos. Segundo Avritzer (2002), mesmo quando coincide com um território determinado possui um processo de superposição de representações por meio do monopólio da soberania.

---

<sup>4</sup> O pluralismo é um conceito que tem aplicações em diversos âmbitos e que está associado à pluralidade. m governo pluralista, neste sentido, não exerce a representação monopólica de um só sector social, pois constrói antes o seu poder em torno do diálogo e do debate. A ideia consiste portanto em ampliar a base do poder.

Existe uma grande diferença entre a sociedade civil representativa o Parlamento e pelos atores da sociedade. A representação exercida pela sociedade civil é pluralista, pois pode ser lembrada como uma estrutura medieval de diversos tipos de representações.

O pluralismo político e organizações partidárias são essências na democracia representativa associações de pessoas unidas por ideais comuns, buscam atingir o poder para conduzir os interesses da sociedade de acordo com certos princípios ou gerenciar o Estado segundo prioridades que julgam adequadas para determinado momento (PINTO, 2003, p.93).

Podemos compreender que os partidos são fundamentais a democracia representativa, pois, formam grupos com os mesmo propósitos e ideologias. O que facilita a opção do leitor a ter o voto realizado de maneira mais coerente pela representação dos ideais.

As representações assumiram feições hipotéticas, ou seja, a política é capaz de instituir o ato de representação e podem ser exemplificadas por meio do contrato social e representação da teoria do revezamento. A representação passou a adquirir *status* monopolista no interior de um determinado território. O processo através do qual a representação adquire o monopólio da capacidade de deliberação no interior do sistema político está ligado ao surgimento, fortalecimento e desenvolvimento do Estado moderno (Tilly, 1986; 1993; Weber, Gerth e Mills, 1958).

Essa modificação dos sistemas políticos no interior dos estados modernos aponta o fato que a única forma de operação das instituições esta ligada a política homogênea, representações por afinidade, dimensão paulatinamente substituída pela ideia de monopólio da representação no interior do território.

Para Pitkin (1967, 209) a história política moderna tem sido dominada por essa dualidade entre:

[...] a autonomia do representante versus o mandato dos representados, o componente institucional legal da representação versus o seu componente substantivo ou de formação da vontade, o peso da delegação ou elemento fiduciário versus o peso da autorização ou elemento do consentimento [...]

Para Urbinati (2006) a concentração do conceito de representação em torno de questões como a autorização e a *accountability*, as transformações na política doméstica e internacional deixaram de ser satisfatória.

Cada vez mais atores internacionais, transnacionais e não-governamentais desempenham um papel importante na implementação de políticas públicas a favor dos cidadãos. Neste sentido, eles agem como representantes. Esses atores falam por, agem por e “defendem posições em nome de indivíduos no interior do Estado nacional”.

O autor assim salienta novos métodos não eleitorais de representação política. Não existe apenas um método de representação e sim múltiplas representações entre o Estado e a Sociedade Civil.

Dentro dessas perspectivas de teoria política contemporânea, existem várias problemáticas e que enquadram discussões referentes os sistemas de governo, eleitorais e partidários. Problemática essa que os representantes devem se comportar com o que enseja os estudos com o comportamento dos atores dentro do funcionamento das instituições.

No contexto atual, a representação deveria ser mais representativa para que os setores da sociedade civil representassem de maneira dinâmica as instituições estatais e práticas sociais. A qualidade das democracias e o combate aos respectivos “déficits” democráticos tem se encaminhado para uma redefinição do conceito de representação política.

Pesquisas empíricas e proposições normativas da teoria democrática tem se ocupado com a representação, vislumbrando seus limites, sabendo que *as eleições engendram a representação, mas não ‘engendram’ os representantes* (Urbinati, 2006, p. 193).

No entanto, sabemos que a vontade geral como vontade da maioria não é o que de fato ocorre. Há grupos muito bem representados na política em relação a outros. Por exemplo, os banqueiros têm canais diretos com o presidente, não precisando ter uma representação no Congresso.

A concepção política de representação indica segmentos sociais construídos dentro da relação de representação, confirmando esse processo circular dentre as praticas sociais e o estado. O que possibilita que a mesma seja encarada como um modo de participação política (Urbinati, 2006).

A democracia representativa nasce frágil diante das dificuldades econômicas, sendo um panorama marcado pelo conflito ideológico liderado pelos Estados Unidos e União Soviética, assim:

Como o governo representativo se fundamenta em eleições repetidas, o povo tem condições de exercer certa influência sobre as decisões do governo: pode, por exemplo, destituir os representantes cuja orientação não lhe agrada. Por outro lado, o governo representativo pode ser um governo de elites, mas cabe aos cidadãos comuns decidir que elite vai exercer o poder (MANIN, 1995, p. 4).

A expansão do sufrágio resulta assim em um processo de transformação do modelo de representação e governo existentes. Porém, existem críticas as limitações da democracia representativa, a democratização da escolha de governantes, como ampliação do direito de participação no processo de escolha e conceituação da democracia.

Deste modo, a democracia representativa é uma forma que o governo tende a entender as necessidades dos indivíduos. No entanto, não acontece da maneira que seria a mais

adequada, a de representar realmente o povo. Os interesses do bem comum muitas vezes são substituídos pelo interesse próprio. Mas de qualquer maneira, a representação é delegada ao representante e que tem como objeto trabalhar para a satisfação da sociedade, para tentar mudar a realidade social e política, que por vários motivos tendem a ser desacreditadas pelas pessoas.

### **Democracia Participativa**

A teoria da democracia participativa se assemelha com a democracia representativa. Um fator favorável visto pelos teóricos é que se podem organizar espaços de representação da população e que não é necessário o processo eleitoral para fundamentar.

A participação da população da democracia participativa possibilita a composição de colegiados que representam o eleitorado. Mas devem ter capacidade decisória nas decisões dos organismos de representação de mandato tanto no poder executivo como legislativo.

O conceito então perpassa a política devido à participação dos cidadãos, sendo a democracia um sistema articulado de instâncias. A democracia participativa define assim restritamente como método de legitimação de governos, ou seja, *um método político, um certo tipo de arranjo institucional para se chegar a decisões políticas e administrativas* (Schumpeter, 1942 apud Santos & Avritzer, 2009 , p. 45).

A participação democrática se contesta a concepção hegemônica de democracia. Na concepção contra-hegemônica não descarta o procedimentalismo como elemento marcante da democracia. Mas progride no sentido da política ter como elemento constitutivo uma gramática social imprescindível à participação social e a pluralidade social e cultural da humanidade (Santos & Avritzer, 2009).

A democracia participativa pode ser conceituada por modelo de democracia nos quais as decisões são tomadas a partir do voto direto dos cidadãos sobre os temas a serem decididos. Desse modo:

A ampliação do controle da sociedade sobre o Estado e a democratização das decisões levaria a uma maior responsabilidade dos organismos oficiais aos interesses sociais e uma diminuição do poder invisível na tomada de decisões (Bobbio, 1989, p.9).

Na democracia participativa há mudança da consciência do povo, que deixa de agir como consumidor e se vê agir como executor e desfrutador do desenvolvimento de sua capacidade. A visão participativa de democracia vem sendo atualizada pela concepção de uma democracia deliberativa, fundamentada pela ação comunicativa e o conceito de esfera pública.

Podendo chegar ao modelo caracterizado pela realização de eleições livres e periódicas, nas quais os interesses existentes na sociedade participam das decisões políticas por meio da eleição de representantes para o cargo de direção política e compartilham do poder de decisão com os representantes eleitos.

As escolhas dos atores da sociedade civil agregam a escolhas por afinidades de áreas, a representação pode tanto emprestar a legitimidade como também questioná-la. A sociedade civil e instituições participativas no Brasil tiveram grande influência nas políticas públicas do Brasil democrático, sendo um deles os conselhos de política.

As políticas participativas tentem assim a sustentar gestões participativas. No Brasil contribuindo para a continuidade das experiências administrativas que as implantam. A pluralização dos formatos participativos no Brasil se dá pelos atores da sociedade civil e pela capacidade democratizante das políticas locais.

Desta maneira, a democracia participativa pode ser percebida por meio da sua ligação com o sistema político, da participação da população, que concerne uma autonomia que conforme Bernstein (1981) conota a capacidade dos seres humanos de razão autoconsciente, de serem auto reflexivos e auto determinantes. Envolvendo a capacidade de deliberar, julgar, escolher, e agir de acordo com sua consciência, com seu modo de vida, o que inicia na base educacional.

Dos quatro modelos acima, vemos no Brasil a construção da democracia esta pautada na democracia participativa, representativa, deliberativa e direta. No Brasil esses mecanismos de democracia estão pautados na discussão em curso onde há maneiras que possibilitem a maior compreensão dos mecanismos participativos procedentes da Constituição Federal do Brasil. Estando condensadas em um sistema político a partir de instituições que mediam a relação dos indivíduos (sociedade) e o poder (governo).

O crescimento das formas de organização da sociedade civil no Brasil foi um dos elementos mais importantes da democratização do país. Com a reforma constitucional de 1988, importantes modificações foram realizadas nas políticas públicas, abrindo novos mecanismos de participação.

Nenhuma das democracias é excludente dos formatos, mas complementares. Na democracia representativa tudo se passa como se o povo realmente governasse, presumindo que a vontade representativa com a vontade popular Na democracia representativa tudo se passa como se o povo realmente governasse; há, assim, a presunção ou ficção de que a vontade representativa é a mesma vontade popular Bonavides (2006). As pessoas delegam as

suas “vontades” através dos representantes eleitos. Presumindo que terá uma relação de confiança entre representantes e representados.

Nessas duas formas de doutrina entre os representantes e os representados há *vontade menor do eleitor, restrita à operação eleitoral, e a vontade autônoma do eleito, oriunda daquela operação* (Bonavides, 2006, p. 223). Mesmo sendo representante do povo não existe uma obrigação quanto as decisões por parte dos representados.

Hobbes e Rousseau entendem a democracia representativa como um indivíduo que age em nome de outra pessoa, por meio da representação. Mesmo que discussões mostram que a democracia representativa recai a crítica em relação ao “elitismo democrático” como demonstra (Avritzer, 2000, p. 4) *a redução do conceito de soberania ao processo eleitoral e a justificação da racionalidade política enquanto decorrente da presença de elites políticas ao nível de governo*. Percebe-se que nas novas concepções da representação atual as críticas das eleições são pertinentes, no entanto ainda permanecem como maneira democrática de escolha dos representantes.

Já na democracia participativa o que se pretende é “fiscalizar” os representados, não apenas por meio da eleição do voto, mas como um todo. Tanto na democracia participativa como na deliberativa a sociedade tem o exercício do poder regulado pela sociedade. Que pode ser visto por meio da inclusão daqueles que possuem interesse de participar, conhecer, conferir e reordenar as instâncias políticas.

Deste modo, a democracia participativa pode ser vista no Brasil como um instrumento respaldado pelo plebiscito, referendo e iniciativa popular, como traz no artigo 14 da Constituição Federal de 1988.

O Plebiscito consulta popular onde o povo aprova ou denega o que lhe foi submetido. Referendo também é uma consulta popular, só que é formulada pela aprovação de projetos de lei pelo legislativo. E por fim iniciativa popular que consiste na participação popular. Esses instrumentos de democracia participativa estão à disposição da sociedade civil na participação das decisões governamentais. Mesmo tendo esses mecanismos de participação, o plebiscito, referendo e a iniciativa popular são pouco usados, uma vez que muitas pessoas desconhecem esses mecanismos de participação.

A democracia participativa preserva a realidade do Estado (e a Democracia Representativa). Todavia, ela busca superar a dicotomia entre representantes e representados recuperando o velho ideal da democracia grega: a participação ativa e efetiva dos cidadãos na vida pública (SELL, 2006, p. 93).

De acordo com Renata Magagnin o processo de participação pode ser passivo ou ativo, dependendo *do processo adotado pelos planejadores para a participação dos cidadãos no processo de tomada de decisão* (Magagnin, 2008, p. 20) podendo ser visualizado no quadro a seguir:

*Quadro 1: Formas de Participação Política*

<b>Formas de Participação</b>	<b>Descrição</b>
Participação Simulada	Neste tipo de participação, embora a comunidade tenha representantes junto aos órgãos oficiais, elas não possuem o direito a voto.
Participação Passiva	O processo de decisão é unilateral. Todas as decisões são tomadas pela administração e a comunidade apenas é informada do que está sendo discutido ou planejado pelos técnicos.
Participação por Consulta	A participação é realizada junto a população por meio de questionários. A definição dos problemas, o controle de informações e a análise ficam a cargo dos decisores. Não há participação popular direta no processo de tomada de decisão.
Participação por meio de Incentivos Materiais	O processo participativo é estimulado através do recebimento de algum bem. Entretanto no término do benefício o processo de participação também sofre perdas.
Participação Funcional	O envolvimento popular é realizado por meio de técnicos. Os problemas são discutidos por meio dos grupos que definirão os objetivos do projeto. Entretanto a decisão final é feita pelos técnicos.
Participação Interativa	Este é um processo mais ativo, ou seja, a população interage em todo processo de decisão, desde a fase de análise, desenvolvimento dos planos de ação até a definição final do projeto.
Participação através da Mobilização da Comunidade	Através da iniciativa da comunidade a discussão dos problemas urbanos podem ser realizadas com parcerias de ONGs e órgãos governamentais, mas a característica desse processo é a iniciativa da comunidade em resolver os problemas.

*Fonte: Adaptação do texto Democracia Participativa, 2008.*

E outro tema na participação na atualidade é a tecnologia que possui um viés muito importante e que permite a participação por meio das divulgações e acesso a informação. A utilização da internet como ferramenta democrática e que permite a sociedade utilizá-la de várias maneiras para saber as informações nas esferas do poder: executivo, legislativo e judiciário.



O povo exerce por só os poderes governamentais, a democracia direta, não há a outorga da sociedade perante os parlamentares e representantes políticos. Essas funções são exercidas pelos próprios detentores do direito de votar. A Constituição Federal de 1988 combina tanto a democracia direta com a democracia participativa, conforme o parágrafo do art.1º onde o poder emana do povo, *que o exerce por meio de representantes eleitos (democracia representativa) ou diretamente (democracia participativa)* (Silva, 2006, p. 137).

Enquanto a democracia deliberativa pressupõe ideias coletivas sobre o exercício do poder dentro da sociedade, é necessária para legitimidade dos governos democráticos. Baseados nesses conceitos os tipos de democracia no Brasil possuem as perspectivas de participação, representação e deliberação apresentados por variações com formas e modelos diversos onde cada dimensão apresenta o seu contexto, mas que estão interligadas pelas diretrizes da democracia.

Nos conselhos de políticas públicas no Brasil, a democratização introduziu mecanismos participativos, sendo definido por Avritzer e Pereira (2005) como instância intermediária de debate e deliberação que não significa a supressão das instâncias formais (os Poderes Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário representados por autoridades, funcionários e técnicos) e da *atuação livre, autônoma e democrática da sociedade civil*. (Avritzer, Pereira, 2005, p. 26).

Os conselhos apresentam diferenças, por suas especificidades e objetos. Suas características são variadas e suas dimensões encaixam nas democracias como exemplo, a participativa que é retratada como componente essencial dos conselhos. No entanto, vários autores discutem sobre o significado da participação nos conselhos.

Resposta necessária aos impactos nocivos do Estado-providência na construção de uma cidadania ativa; outros cientistas políticos e sociólogos vêm trabalhando com a hipótese do (re) surgimento da democracia participativa baseada em diferentes formas de delegação da representação política (AVRITZER, 2003, p.88)

Mas não se pode analisar os conselhos apenas como participativos, haja vista que o caráter deliberativo dos conselhos possuem autonomia para o processo de tomada de decisão, todavia não é todos os conselhos que conseguem chegar a uma decisão comum e referendar as decisões. Enquanto a forma de representativa nos conselhos Pitkin (1967) afirma que *participação é auto representação, isto é, nos conselhos a participação se faz a partir da representação*. O conselheiro de determinado segmento passa pelo processo de escolha e se torna representante dos seus representados.

Perante essas análises, os conselhos dentro do processo de democratização das políticas públicas contribuem para o acesso daqueles que não tem a política como profissão. E os conselhos que não eram muitas vezes conhecidos pela sociedade, vem configurando um processo de visibilidade de demandas que não tinham acesso as informações por meio da participação.

E para representar a democracia direta é importante à experiência da democracia semidireta como o referendo da iniciativa popular Benevides (1991). Nos conselhos não possibilita uma democracia direta, pois não há a possibilidade de participação direta da sociedade. Enfim é mediada por representantes que compõem o conselho.

Os conselhos são espaços debates, onde os conselheiros dialogam de diversos assuntos, sobre os temas apresentados. Segundo Vitullo (2000), existem diferença dos conselheiros perante a grau de conhecimento, capacitação de articulação, conhecimento e posse de informações.

Desta maneira, deliberação, relacionada a conselhos de políticas públicas esta associada à tomada de decisões pela votação da maioria dos conselheiros. Muitos temas entram em consenso e outros não o que impede muitas vezes o melhor resultado. A teoria deliberativa necessita de colocação coletiva e não interesses individuais ou de grupos que estão sendo representados.

Logo, nas normativas de democracia participativa, a representação da população não é realizada por votação, a participação é assim a capacidade de interferir nas decisões dos organismos tradicionais de representação na capacidade decisória dos elementos que permitem o enquadramento da democracia participativa. Para que a democracia participativa seja efetiva como instrumento democrático, os conselheiros devem interferir nas decisões. Pode-se constatar que os modelos de democracia dos conselhos poderiam ser incluídos na democracia representativa e participativa.

A democracia representativa vê a representação como uma forma de resolução de conflitos González (1998). Os conselhos, como expressão da democracia participativa, associados, à democracia representativa, contribui para a transmissão das reivindicações dentro da organização do governo negociar as decisões e fiscalizar a implementação das decisões.

Os conselhos são, por conseguinte, o reflexo do paradoxo da sociedade atual, podendo ser observados sob contornos “neocorporativistas” González (2000) que o compreendem como um instrumento da democracia representativa de resolução de conflitos, ou, sob o

enfoque da teoria pluralista onde são vistos como a expressão legítima da organização de interesses, enquanto um mecanismo de pressão sobre os governos e parlamentos González (2000).

Em resumo o limite do papel dos conselhos dentro da democracia representativa seria o de *contribuir na transmissão das reivindicações dos setores organizados ao governo, negociar possíveis decisões e fiscalizar a implementação das decisões*. (González, 2000, p. 92).

Por fim, a democracia no Brasil ainda esta em processo de desenvolvimento e a sociedade cada vez mais tem se aproximado dos modelos apresentados. E por meio disso, a sociedade vislumbra novas perspectivas de inclusão nas esferas públicas. O conselho, então, tornou-se um mecanismo que propicia novos conhecimentos, seja pelo processo de participação das pessoas seja pelo processo de deliberação. Por ser o foco deste trabalho, os conselhos serão melhor estudados no próximo capítulo.

## Capítulo 2: Conselhos: história e teoria

Para entendermos o objetivo deste trabalho é necessário fazer uma pausa e entender a história e a teoria que cerca os conselhos. Este é o meu objetivo neste capítulo.

### O significado de Conselho

O conselho deriva da terminologia do latim *concilium*, que significa reunião ou assembleia. Segundo Avelar (1970) o conselho surgiu para definir a organização municipal. Já no idioma galego o termo *concello* é usado para nominar o poder público municipal. O termo conselho pode ser utilizado tanto para definir instâncias em instituições públicas como privadas.

Os conselhos de alguma maneira representam a democracia participativa por constituir espaços para a participação direta da população. Esta não é medida pelo processo eleitoral, mas possibilita a participação por meio da composição dos atores da sociedade civil. Deste modo, a composição dos conselhos se fazem pelos elementos decisorios da democracia participativa.

Nos conselhos de políticas públicas os organismos formam um colegiado como relatado por Weber (1994). O colegiado é pela função do diretor preeminente, mas que tem que ouvir os outros antes de tomar qualquer decisão.

Outra maneira de organização é a de grupo consultivo ligado à decisão individual. Esta se fundamenta em ouvir os outros que fazem parte do conselho, mas não está obrigado a seguir a orientação. Caso não o faça, fica responsabilizado pessoalmente pela decisão.

Os organismos colegiados são racionalmente especificados, composto por especialistas na área cujos temas devem ser decididos. Para Weber (1984), estes organismos se contrapõem aos baseados na tradição.

### A história dos Conselhos no Brasil

Os conselhos podem ser utilizados para definir instâncias colegiadas do poder público. No direito administrativo brasileiro o termo Conselho é relatado por Hely Lopes Meirelles:

Os órgãos públicos são centros de competência constituídos para o desempenho e funções estatais, através de seus agentes, cuja atuação é imputada a pessoa jurídica a que pertencem (...)

Assim os órgãos do Estado são o próprio Estado compartmentado em centros de competências, destinados ao melhor desempenho das funções estatais. (MEIRELLES, 1988, p.69)

Os conselhos podem ser diferenciados e criados por diversos governos com suas características de poder deliberativo, autonomia da representação e democratização da composição, dividida em segmentos. Eles se transformaram e se estruturaram de maneira independente, o que servia como organismo consultivo de Imperador no uso do Poder Moderador com grande influência, como demonstra Carvalho (1988).

Durante o período da República Velha o positivismo provocou mudanças na velha estrutura e em período subsequente, no Estado Novo, foi criado inúmeros organismos e colegiados (conselhos). Com a reforma política depois os colegiados passaram a atuar nas decisões representadas pelo governo e pelos superiores. A estrutura política se transforma e o processo de democratização passa a ser necessário pelas novas formas de legitimação.

Pode-se afirmar dessa maneira que no Brasil, o conselho e outras instâncias coletivas de deliberação ocorreram somente a partir do Estado Novo. Deste período prevalece em órgãos públicos, sendo em sua maioria consultivos, delimitados pelo tempo e criado ou extinto por lei que rege o poder público.

No período republicano, cabe destacar a atuação dos órgãos colegiados de natureza econômica, criados após 1937, no âmbito do regime autoritário corporativo (Estado Novo). Entre eles citam-se: Conselho Nacional do Café (1931), Conselho Federal de Comércio Exterior (1934), Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937), Conselho Nacional do Petróleo (1938), Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (1939) e Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (1944).

A criação desses órgãos se dá de forma caracterizada pela centralização do poder na União, intervenção estatal na economia e introdução de arranjos corporativos na administração pública, tendo como objetivo conciliar interesses de empresários e trabalhadores urbanos devido à transação do rural para o urbano.

Foi também no Estado Novo que se criou, em julho de 1938, o primeiro órgão colegiado do Brasil dedicado às questões culturais, o Conselho Nacional de Cultura, subordinado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Em fevereiro de 1961 é criado o segundo Conselho Nacional de Cultura, (CNC), subordinado diretamente à Presidência da República. A vinculação ao presidente, e não ao Ministério da Educação e Cultura (MEC, criado em 1953), parece sinalizar uma deferência especial de Jânio Quadros ao setor cultural. Entre os conselheiros indicados pelo presidente aparecem nomes de expressão notória na cultura brasileira, como Oscar Niemeyer, Sérgio Buarque de Holanda, Otto Maria Carpeaux, Nelson Rodrigues e Cacilda Becker, entre outros.

Nos anos 70, inicia a sociedade civil autônoma e democrática levando o aumento das associações comunitárias relacionadas com o Estado. No final dos anos 80, durante o processo constituinte existiu formas diversificadas de participação que foram criadas. Como relatado no texto de Avritzer (2002) até os anos 80, o Brasil possuía pouca propensão participativa perante a política. Com a transição democrática surgem novas formas de deliberação e estruturas de conselhos após a Constituição de 1988.

Atualmente no Brasil, os conselhos constituem instrumentos de democratização da gestão, para ter mais eficiência nas políticas sociais. Estratégia essa de colaboração de diferentes atores sociais e de democratização das relações de poder na sociedade Gohn (2007).

### **Mas afinal, o que são os conselhos brasileiros? – da teoria a história**

Os conselhos podem ser destacados por meio dos espaços de articulação entre o Estado e a Sociedade, nos quais as decisões em relação às políticas públicas envolvem um processo de discussão e busca de acordos públicos a partir da inclusão de diferentes segmentos da sociedade diretamente envolvidos com as políticas, como observa Avritzer (2002).

Existem três características primordiais que distinguem os conselhos de políticas de outras experiências de conselhos. Podendo ser representados por espaços de composição plural e paritária, são públicos e dialógicos e com capacidade deliberativa. Constituindo uma intrínseca relação de políticas públicas nos conselhos e uma democracia participativa de maneira interativa. O discurso entre os membros dos conselhos resultam assim em uma democracia participativa.

A democracia participativa nos conselhos de acordo com Boaventura de Sousa Santos e Leonardo Avritzer (2002) mostra *uma das principais formas por meio das quais a emancipação social está sendo reinventada no início do século XXI*. Esta democracia tem seu fundamento teórico no conceito procedimental de deliberação.

Como cita Reichelis *Os conselhos são canais importantes de participação coletiva e de criação de novas relações políticas entre governo e cidadãos, e, principalmente, de construção de um processo continuado de interlocução pública* (Reichelis, 2008, p.83,).

A sociedade de maneira direta ou indireta possui autonomia para atuar na formulação, monitoramento, avaliação e deliberação das políticas públicas. Os conselhos de políticas, com a participação da sociedade civil, são a inserção direta do cidadão junto ao Estado. Essa nova

sociedade civil democrática, com o aumento das representações o crescimento de interesses e intuições como os conselhos exercem papéis de grande importância perante a sociedade civil.

Dai afirmar, como o fiz anteriormente que os conselhos de política são resultados das legislações específicas que regularizaram os artigos da Constituição de 1988 sobre saúde, assistência social, a criança e o adolescente e políticas urbanas. Os formatos dos conselhos emergiram das legislações infraconstitucionais sendo que as legislações federais estabeleceram a participação de maneiras diferentes e a partir de 1990: as formas representativas e as participativas.

Os conselhos podem ser definidos como instituições híbridas constituída de vários atores do estado e da sociedade civil relacionados com a temática no qual cada conselho atua.

Cada conselho possui um formato próprio, definido pela legislação local, mesmo que os parâmetros sejam da legislação federal. Todos os conselhos possuem paridade como princípio, o que significa que a sociedade civil ocupa grande porcentagem das vagas nos conselhos.

No Brasil existem vários tipos de conselhos como o Conselho das Cidades (Concidades) Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), Conselho Nacional Aquicultura e Pesca (Conape), Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), Conselho Nacional de Combate a Discriminação (CNCD), Conselho Nacional de Educação (CNE), Conselho Nacional de Imigração (CNIg), Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), Conselho Nacional de Turismo (CNT), Conselho Nacional dos Direitos dos Idosos (CNDI), Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo (CMBMSP), Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) entre outros.

A atuação dos conselhos é fundamental para o aperfeiçoamento da democracia. No Brasil atualmente possuem 34 conselhos que atuam na formulação e avaliação das políticas públicas. Esses conselhos nacionais representam o papel da demanda da sociedade e ampliação dos espaços de participação em nível federal referente a cada tipo de representação nas tomadas de decisões.

Com a crise da democracia representativa<sup>5</sup>, os conselhos surgem como alternativa consistente para a participação direta da sociedade nas decisões de governo, ao lado de outros mecanismos, como as conferências, audiências públicas, iniciativa popular de leis, plebiscitos

---

<sup>5</sup> Para maiores informações sobre o tema, ver BONAVIDES, 2003.

e referendos. Embora mantenham sua função legitimadora, porque contribuem para acrescentar credibilidade aos governos, os novos conselhos são, de fato, espaços onde os diferentes segmentos sociais conseguem influir. Um exemplo dessa nova configuração é o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), instituído legalmente em 2005, mas com funcionamento efetivo a partir de 2007.

O Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC), elencadas no art. 7º do Decreto 5.520, têm caráter deliberativo no que concerne às diretrizes gerais do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura (PNC) e à aprovação do Regimento da Conferência Nacional de Cultura.

O papel fiscalizador se exerce sobre a aplicação de 15 dos recursos provenientes do sistema federal de financiamento da cultura e a função avaliativa se dá no acompanhamento da execução do PNC. É consultivo para outras matérias a ele submetidas. Ainda há muito debate e questionamentos sobre até onde vai o poder decisório do conselho, principalmente quando cotejado com as atribuições do ministro de Estado, mas as disputas em geral têm sido dirimidas pelo diálogo entre os membros da sociedade e do poder público.

A existência de um conselho de tipo democrático, como o Conselho Nacional de Política Cultural, não assegura que todos os agentes culturais serão imediatamente acolhidos e nem que os males de uma cultura política ainda marcada por nuances de autoritarismo serão sanados. Todavia, mesmo com limitações, particularmente por conta da resistência e às vezes até mesmo a recusa de eventuais governantes de partilhar o poder, tanto os estudiosos do tema, como também os conselheiros da sociedade civil, continuam a ver nos conselhos desse tipo <sup>6</sup> “um importante avanço na construção de formas mais democráticas de gestão dos negócios públicos”.

Os conselhos assim podem ser fomentado pelo Controle de Políticas Públicas que ampliam o controle da sociedade sobre o estado, tendo maior transparência nas decisões e ações governamentais. Esses ocupam um lugar muito mais além de um papel da democracia representativa, pois são apresentadas alternativas de modelos como: democracia participativa, democracia radical e democracia deliberativa.

Dentre todas as formas de democracia como os conselhos se enquadram? Os conselhos podem ser conceituados como decisões e não se propõem a ser uma reprodução da democracia direta. A composição dos conselhos nacionais representam o governo e

---

<sup>6</sup> Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil.



instituições não governamentais nacionais, portanto, não há como caracteriza-los dentro da democracia direta.

Na democracia radical os conselhos são considerados elementos importantes na efetivação de uma democracia radical, baseando no pressuposto de que a representação de identidades de grupos em posição de desigualdade na sociedade.

Nos conselhos da democracia deliberativa, são compostas dentro da lógica de representação de interesses dos principais segmentos sociais relacionados à área, sendo associado à competência dos organismos nas tomadas de decisões.

Por fim, as democracias representativas veem as representações de interesses, como forma de resolução de conflitos, contribuindo na transmissão das reivindicações dos setores organizados ao governo, nas possíveis decisões e fiscalizações.

Logo, os conselhos tem um objeto aprofundado na democracia, permitindo que se torne um canal democrático de relação entre o Estado e a sociedade, instância de controle social sobre os governos, sendo que este estudo do conselho municipal mostra as deficiências do sistema sobre o efetivo controle sobre as políticas públicas. Porém o conselho vai além, pois serve para viabilizar, identificar a captação de preferencias da sociedade, considerando vários aspectos entre eles o tempo, a normas que regem as políticas públicas e questões pertinentes a cada segmento. Deve ser lembrado que os conselhos da sociedade civil não possuem legitimidade representada pelo sufrágio universal, assim a designação dos segmentos dos conselhos transfere a responsabilidade democrática para próprias instituições, sobre os quais a sociedade possui mais liberdade referente às suas decisões.

Os conselhos possuem grande potencial nas políticas públicas devido o grande número de informações e aumento da capacidade cognitiva dos conselheiros de interpretar e julgar conforme os parâmetros estabelecidos e impostos pelos regimentos de cada conselho.

Ate o presente momento foram apresentados os conceitos e analises referentes aos processos democráticos, visto que a democracia é fundamental no controle das ações governamentais. Foram apresentados os conselhos como processos democráticos, que são afetados pelas políticas públicas. Além disso, os conselhos desempenham por meio da democratização expectativas participação da sociedade.

A partir desse momento será analisado as mudanças políticas, culturais e socioeconômicos ocorridas no mundo moderno, os fatores relacionados à identidade, participação social e cidadania os fatores políticos transformadores do tempo e espaço. Bem

como também, irá elucidar a construção da história e o entendimento da cultura política por meio das normas e valores culturais.

A participação da sociedade é de grande importância na organização política cultural ligada ao gozo de uma cidadania plena que atribui ao cidadão o direito a transparência, liberdade, desenvolvimento, igualdade e segurança, visando assim um bem comum.

Percebe-se na análise desse trabalho mecanismos efetivos de construção de uma participação direta entre a sociedade e o estado nas políticas culturais. E para compreender a política cultural é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados.

Sendo assim, é fundamental o conhecimento da cultura e sociedade ocasionadas pelas estruturas governamentais dentro de um papel central para contestar ou aceitar as relações de poder existentes.

### **Capítulo 3: Cultura, Cultura Política e Políticas Culturais**

Até aqui apresentei conceitos relevantes para o meu propósito. Falei da democracia, da participação e dos conselhos. Antes de entrar no meu objeto é necessário ainda apresentar a ideia de cultura e diferenciar o que vem a ser cultura política de políticas culturais. Enfatizo que meu foco é o entendimento da política cultural, sem perder a influência que esta tem da cultura política. Este é o propósito deste capítulo.

#### **Cultura**

A cultura deve ser encarada como expressão de cidadania. Proporcionando formas culturais de todos os grupos sociais, levando-se em conta as necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação da sociedade no processo cultural.

Chauí (2008) aponta que cultura pode ser entendida como o campo no qual os seres humanos formam os símbolos e signos, instituem práticas e valores, por meio da linha do tempo do passado, presente e futuro. Não é uma esfera, mas sim uma dimensão abrangente de um processo individual e coletivo.

Ainda de acordo com Beni (2007), não existe apenas uma cultura, pois vários fatores como ecológicos, econômicos, sociais entre outras, são capazes de interferirem no espaço cultural compartilhado entre os contemporâneos e transmitidos de geração a geração.

Numa democracia participativa a cultura deve ser encarada como expressão de cidadania, como já dito. Um dos objetivos de governo deve ser então o da promoção das formas culturais de todos os grupos sociais, segundo as necessidades e desejos de cada um, procurando incentivar a participação da sociedade no processo cultural, gerando modos de autogestão das iniciativas culturais.

Dessa forma, a cidadania democrática pode ser a questão fundamental nas relações culturais para a superação de desigualdades das diferenças existentes entre os sujeitos em suas dimensões tanto sociais como culturais. Por isso, é necessário valorizar as múltiplas práticas e demandas culturais, o estado precisa conhecer a expressão da diversidade cultural.

#### **Cultura Política**

A história cultural então é posta como uma renovação do estudo das sociedades humanas, onde quem surge com seguimento é a École de Annales evocada pela cultura

política e renovada pela história política. A cultura política então surge por meio de múltiplos parâmetros e não possui uma única explicação, e sim várias, no qual permite adaptar ao comportamento dos seres humanos.

A cultura política assim elaborada e difundida a escala das gerações, não é um fenômeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta se enriquece como múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades. É entender que a cultura política supre no mesmo tempo, uma leitura comum do passado e uma projeção no futuro vivida em conjunto (BERSTEIN, 1998 p. 357).

A cultura política não determina o estilo político. Ela possui vários estilos políticos. Sendo influenciada por uma variedade de fatores ligados a identidade cultural de cada localidade e suas estruturas políticas.

Sendo diferenciada da tradição política, que se consolida de maneira evolutiva. Como e por que nasce a cultura política? A complexidade do fenômeno implica que o seu nascimento não poderia ser fortuito ou acidental, mas que corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises da sua história que atravessam várias gerações (Berstein, 1998 p.355).

Assim, a cultura política não é estática e se modifica entre as gerações e a diversas vivências. Os discursos, símbolos, ritos e palavras exercem papel significativo na cultura política, podem variar entre os períodos da história e entre as sociedades.

Essa nova história política evoca uma renovação com o estudo das sociedades e evidencia novos valores e conceitos referentes à cultura política e sua evolução. Berstein (1998) expõe que a Cultura Política surge com uma explicação determinista pela sociologia da tese idealista pela adesão a uma doutrina política, ocasionadas pelas grandes crises da história.

Jean-François Sirinelli relata que a cultura política: “Trata-se de uma espécie de código e de um conjunto de referentes formalizados no seio de um partido ou, mais largamente, difundidos no seio de uma família ou de uma tradição política”.

A cultura política constitui desta forma, um conjunto coerente em que as informações possuem relações com os outros, permitindo definir a identidade ou até mesmo identidades dos quais se relacionam. Os objetos compõem:

1-Base filosófica e doutrinal

2-Leitura comum do passado histórico

### 3-Visão institucional

### 4-Concepção idealista da sociedade

### 5-Discurso

Podendo ser constatado que a cultura não é uma esfera, mas uma dimensão abrangente de um processo individual e coletivo. E para compreender as políticas culturais é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados, devido a uma subjetividade e identidade, fazendo com que a cultura desempenhe um papel central que conteste ou aceite as relações de poder existentes.

A cultura política se faz de tal modo por meio de representações, tradições, ideologias de um caráter plural. Constituindo um conjunto lógico em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade.

Nesse contexto é reforçada junto a Constituição Federal de 1988, no artigo 216 que a cultura, é vista sobre o patrimônio histórico e cultural os bens relacionados ao material e imaterial, demonstrada pelos valores existentes na cidade por meio da identidade e memória que o espaço possui.

Como os elementos culturais estão intrinsecamente relacionados à produção, reprodução e transformação da vivência do ser humano são importantes à organização dessas práticas para assim obter a multiplicidade de conhecimentos.

Os sistemas políticos e históricos mostram assim que a história não está fora do tempo em que é escrita, sendo que a realidade do tempo e o espaço interferem nos fatores que afetam a história e a política. E para que haja melhores alternativas de organização social é fundamental que haja políticas, modos de interpretação da sociedade e ações que podem ser interpretadas pela cultura. Daqui em diante trabalharemos as políticas culturais, nosso foco principal.

## **Políticas Culturais**

Para compreender as políticas públicas culturais é importante entender as políticas públicas que é a peça fundamental no desenvolvimento de um governo e teve o seu surgimento enquanto área do conhecimento. Segundo Frey (2000), por meio de pesquisas que começaram a se estabelecer no início dos anos 1950, sob a designação de policy science. Na Europa, especialmente na Alemanha, a preocupação com campos específicos de políticas somente tomam força a partir do início dos anos 1970.

### Política Pública de acordo com Secchi:

Uma política pública é uma orientação à atividade ou a passividade de alguém; as atividades ou passividades decorrentes dessa orientação também fazem parte da política pública; uma política possui dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, em outras palavras, a razão para o estabelecimento de uma política pública é o tratamento ou a resolução de um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2010, p.2).

Seu início em meio a estudos acadêmicos sobre políticas públicas e com o advento da evolução democrática e devido a sua importância, logo passaram a fazer parte dos planos de ações do governo do Estado, sendo utilizada como um dos principais instrumentos para traçar as diretrizes.

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional. (BEYME, 1985, p. 23).

Souza (2006) afirma que as políticas públicas surgiram como uma disciplina acadêmica nos Estados Unidos, rompendo ou pulando as etapas seguidas pela tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, então, mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

Devido à expansão da democracia as responsabilidades do Estado passaram a mudar e atualmente a sua função é promover o bem estar social desenvolvendo política públicas com ações e atuação em áreas como educação, saúde, meio ambiente dentre outras, como tido como Welfare State (Estado do Bem-Estar) modelo esse que emergiu na segunda metade do século XX na Europa Ocidental e se estendeu para outras regiões e países.

No Brasil, as políticas públicas são pensadas em três esferas (nacional, estadual e municipal), onde cada uma tem a sua peculiaridade, ou seja, a que se levar em consideração no momento de realizar as políticas públicas o que as localidades têm de mais urgente a ser resolvido, ou os maiores problemas, necessidades como também analisar os procedimentos que estão dando certo.

De acordo com Melo (1999), as políticas públicas no Brasil viriam surgir devido a um *boom* na década de 1980, impulsionada pela transição democrática. Ele também coloca ainda que as políticas públicas no Brasil podem ser divididas em três partes; em primeiro lugar, pelo deslocamento na agenda pública.

Em segundo, Trevisan e Bellen (2008, p. 532) dizem que *não obstante o fim do período autoritário constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas*

*continuaram existindo, o que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas.* Assim, a perplexidade e o desencantamento em relação ao Estado levaram a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública.

Em terceiro, entende-se políticas públicas como as ações relativas a diversas áreas que irão direcionar os possíveis investimentos e atividades desenvolvidas pelos governos, sejam elas em instância municipal, estadual ou federal. É possível perceber a ampliação do papel dos governos na formulação e implementação de políticas públicas nos últimos anos acompanhados pela inclusão de novos temas nos campos de atuação dos governos estaduais e locais.

De tal modo, para compreender a política cultural é necessário compreender o cenário atual, devido às transformações sociais por meio de novos significados, devido a uma subjetividade e identidade, fazendo com que a cultura desempenhe um papel central para contrapor ou aceitar as relações de poder existentes.

As políticas culturais podem ser exemplificadas pelos movimentos sociais por sempre ter uma identidade, símbolo, mobilização social, um ou mais objetos (causas), dando novos significados as interpretações culturais dominantes da política, fomentadas pela modernidade.

As políticas culturais podem ser exemplificadas pelos movimentos sociais por sempre ter uma identidade, símbolo, mobilização social, um ou mais objetos (causas), dando novos significados as interpretações culturais dominantes da política, fomentadas pela modernidade.

A política cultural permeia: o governo, a administração pública, as relações de poderes, o comportamento político e as políticas públicas. Sendo que o sistema político: conglomerou e substituiu o Estado e o Poder, como relata Cardoso (2000), e suas relações de integração sociais bem sucedidas aumentando a politização.

Desta maneira, o conceito de Estado amplia e transborda as fronteiras institucionais, identificando as formas pelas quais integra a vida cotidiana em seus múltiplos aspectos. Gramsci (1954)<sup>7</sup> coloca que a própria construção das vontades coletivas e individuais, forma uma sociedade que organiza o poder do Estado.

Nas políticas culturais pode-se constatar pelas formulações e propostas desenvolvidas pela administração pública, organizações não governamentais e empresas privadas, com o objetivo de promover intervenções na sociedade através da cultura. Por se tratar de objeto de estudo recente, o conceito de políticas culturais ainda não alcançou uma delimitação que fosse de comum acordo entre os teóricos.

---

<sup>7</sup> Fragmento extraído do texto A Cultura Política escrito por Serge Bernstein.

## Capítulo 4: Conselho de Cultura de Diamantina: nosso caso

Diamantina possui um expressivo patrimônio, constituído pelos seus bens tangíveis e intangíveis, devido a sua pluralidade cultural. A cidade é Patrimônio Cultural da Humanidade pela grande singularidade de arte, religião, culinária, manifestações culturais, festas e celebrações. Desta forma é possível perceber o seu imensurável valor cultural.

Para apresentar nosso caso, este capítulo foi dividido em legalidade e estrutura, depois em Conselho em números. O objetivo é de apresentar de forma mais didática nosso objeto 4.

### Legalidade e estrutura do Conselho de Cultura

O Conselho Municipal de Cultura de Diamantina teve início no ano de 1997 sob a lei nº.2414/97 e passou por uma reestruturação a parti 2009 que culminou na lei 3635/11. Esta alteração tem como objetivo principal incentivar a democracia participativa perante a sociedade diamantinense referente às políticas públicas e de preservação do patrimônio do município.

Houve grandes mudanças a partir de 2009, sobretudo no novo conselho que passou a ser um órgão fiscalizador e deliberativo além de consultor, ou seja, o mesmo composto por órgãos não governamentais e sociedade civil passam a ter um poder de decisão e de fiscalização das ações desenvolvidas nas áreas culturais e patrimoniais. O conselho então passa a ser responsável por aprovar as propostas de política cultural da cidade de Diamantina, além de realizar a fiscalização e o apoio gerado pelas atividades culturais.

Os representantes do conselho no período de reestruturação 2009:

*Quadro 2: Representantes do Poder Público Municipal, 2009*

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL	
MEMBROS	REPRESENTAÇÃO
Rita de Cássia Silva (Titular)	Secretaria Municipal de Educação
Irineu de Souza Domingos (Suplente)	Maestro da Banda Mirim
Vereador Cícero Teixeira Silva (Titular)	Câmara Municipal
Julianne Maria Lopes Rocha (Suplente)	Secretária Municipal de Promoção Social
Márcia Betânia Oliveira Horta (Titular)	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio
Alberes    Vinicius    Cristiano    Mafra	



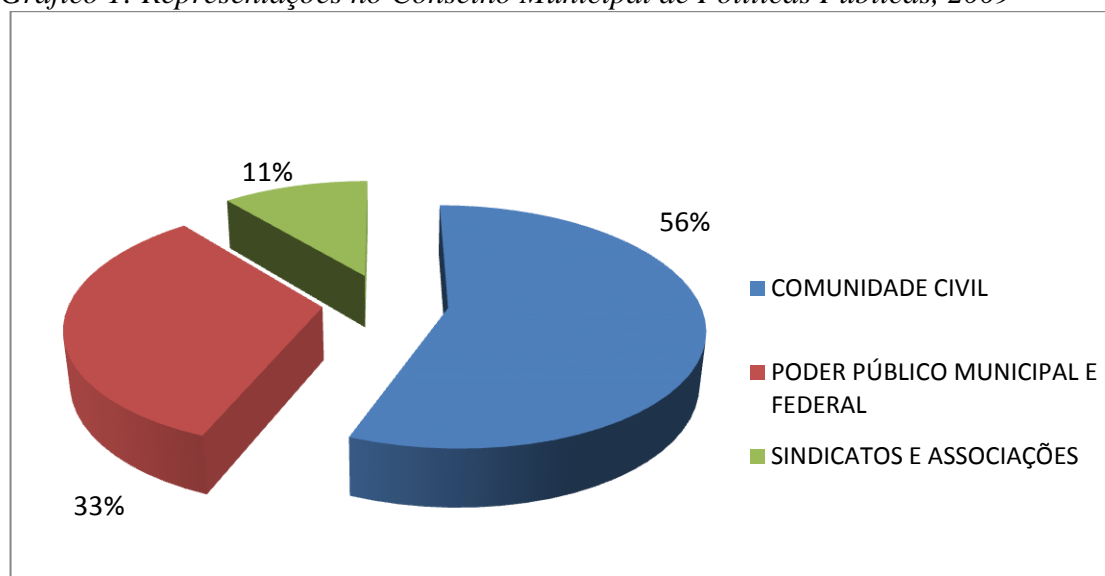
(Suplente)	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer,
REPRESENTANTES DA COMUNIDADE	
Silvio Diogo Lourenço dos Santos (Titular)	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Werlen Fonseca Vieira (Suplente)	Associação Casa Real
Gleydson Lenner (Titular)	Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita
Edilene Sebastiana Siqueira (Suplente)	Associação de Artesãos Arte da Terra
Nylson Geraldo Lopes (Titular)	Ponto da Cultura
Fernando Antônio Grossi Fabrino (Suplente)	Associação Diamantina Sempre Viva

*Fonte: Adaptação própria.*

Foi no dia 13 de Julho de 2011 que esses representantes tomaram posse no Teatro Santa Izabel como o novo Conselho de Cultura da cidade. Os conselheiros foram empossados através do Decreto Municipal nº 361 de 13 de julho de 2011. Sendo que no ano de 2010 foi realizado o primeiro fórum de Cultura de Diamantina, com a função de escolher os novos membros do Conselho que representassem um determinado segmento cultural. Este processo durou de novembro de 2010 até junho de 2011, quando estando tudo de acordo com a legislação vigente, os membros do novo Conselho começaram a se preparar para exercerem suas novas atividades durante 2011 a 2012.

O Conselho Municipal é composto por dezesseis instituições e formado por vários segmentos da sociedade, ligados direta ou indiretamente à cultura e patrimônio. A maioria dos representantes deste conselho advém da comunidade civil que representaram 56% de cadeiras para as áreas (dança, música, artesanato, literatura, artes plásticas, cultura popular etc), seguida do poder público municipal e federal, legislativo e executivo que representam 33%, e os sindicatos e associações que representam 11%, como demonstra no relatório de gestão de 2009 a 2012. Para essa informação, veja o gráfico a seguir:

*Gráfico 1: Representações no Conselho Municipal de Políticas Públicas, 2009*



*Fonte: Coordenadoria de Patrimônio Cultural/ arquivo 2011.*

O gráfico mostra que o Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais era representado em suma maioria pela Comunidade Civil, como já dito, que não possui vínculo com o Poder Público. Dentro dessa margem pode ser representado pelos conselheiros ligados ao Artesanato, Dança, Cultura Popular, Artes Plásticas e Visuais entre outros. Entre Conselheiros representados pelo Poder Municipal e Federal estavam os membros da própria Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, Representantes do Poder Legislativo Municipal, Representantes da Instituição de Ensino Superior - UFVM com 33% e o menor número de representantes do Conselho são Sindicatos e Associações como exemplo Representantes do Sindicato de Trabalhadores em Educação em Minas Gerais – SINDUTE-MG.

*Quadro 3: Representantes do Poder Público Municipal*

<b>Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio</b>
Márcia Betânia Oliveira Horta (Titular)
Cristiano Ribeiro (Suplente)
Helena Rosmaninho Alves (Titular)
Kátia Aparecida Mota Cordeiro (Suplente)
<b>Representando o Poder Legislativo Municipal</b>
José Paulo Alves da Silva (Titular)

Cícero Teixeira ( Suplente)
<b>Representantes do Ensino Superior – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri-UFVJM</b>
Ana Flávia Andrade de Figueiredo (Titular)
Silvio Diogo Santos ( Suplente)
<b>Representantes de Instituições Privadas ligadas a Cultura</b>
Marcelo Tibães ( Titular)
Janaina Gonçalves de Araujo (Suplente)

<b>Representantes do Sindicato Único de Trabalhadores em Educação em Minas Gerais – SINDUTE</b>
Fabricio Andrey Mascarenhas Fraga (Titular)
Cleide Ferreira da Silva (Suplente)
<b>Representantes do Conselho Municipal de Turismo</b>
Ana Paula Ventura Falci ( Titular)
Alberis Vinicius Cristiano Mafra ( Suplente)
<b>Representante das Artes Cênicas</b>
Rosemere Pereira Lima ( Titular)
Luciene Maria de Alcântara ( Supente)
<b>Representante das Artes Plásticas, visuais e audiovisuais</b>
Adriana Reis Coelho (Titular)
Juliana Maria Santos (Suplente)
<b>Representantes da Música</b>
Marcio Arlysson dos Anjos ( Titular)
Odilon Soares de Oliveira ( Suplente)
<b>Representantes da Dança</b>
Wanda Beatriz Entreportes da Conceição ( Titular)
Tiago André Sousa ( Suplente)
<b>Representantes da Cultura Popular</b>

Daniel de Fátima Almeida ( Titular)
Eva da Conceição Caldeira ( Suplente)
<b>Representantes da área de Patrimônio Cultural</b>
Lilian Aparecida Oliveira ( Titular)
Marco Antônio Xavier ( Suplente)
<b>Representantes do Acervo Cultural</b>
José Paulo da Cruz (Titular)
João Antônio de Souza Reis (Suplente)
<b>Representantes da Literatura</b>
Henrique Alves Ferreira ( Titular)
Elizabeth do Rosário Guedes Fernandes (Suplente)
<b>Representantes do Artesanato</b>
Dicinéia Maria de Souza (Titular)
Juracy Borges da Silva (Suplente)
<b>Representantes do CMDRS – Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável</b>
Odilon da Luz Barbosa (Titular)
Gilda da Cruz Queiroz (Suplente)

*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2009.*

Após a reestruturação do Conselho de Políticas Culturais e implantação da Câmara Setorial de Patrimônio em 2011 foram realizadas cerca de trinta e seis reuniões, sem ampla divulgação. Quanto às ocorrências das reuniões e aproveitamento das mesmas considerando a participação dos representantes o quantitativo chegou a 74% de aproveitamento, como demonstra nos dados de participação dos representantes. Bons parâmetros de reuniões, mas centralizado os resultados e divulgação.

*Quadro 4: Quantidade Reunião/ Participação Dos Representantes*

REUNIÕES	QUANTIDADE	PARTICIPAÇÃO	QTDDE. IDEAL
Conselho Municipal de Políticas Culturais	21	250	276
Câmara Setorial de	15	121	225

Patrimônio			
Total Geral	36	371	501
Porcentagem (%)			74,00 %

*Fonte: Coordenadoria de Patrimônio Cultural*

Os membros do conselho passaram a ser representados pela sociedade civil e pelos órgãos não governamentais, o que não era anteriormente. Tendo grande reponsabilidade nas decisões referentes às fiscalizações e ações desenvolvidas em relação à cultura e o patrimônio.

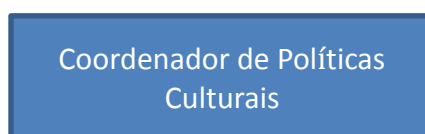
As reuniões do conselho de cultura ocorreram em regra quinzenalmente na cidade de Diamantina, podendo vir a ser realizadas em caráter extraordinárias perante aviso prévio no mesmo mês. Desta maneira, as leis, as normas, as informações foram dialogadas por meio de reuniões realizadas pela Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio juntamente com o Conselho. As propostas de política cultural e atividades culturais foram executadas por servidores e providas pelo Fundo Municipal de Políticas Públicas, que sem esse não teria efeito para as propostas serem executadas.

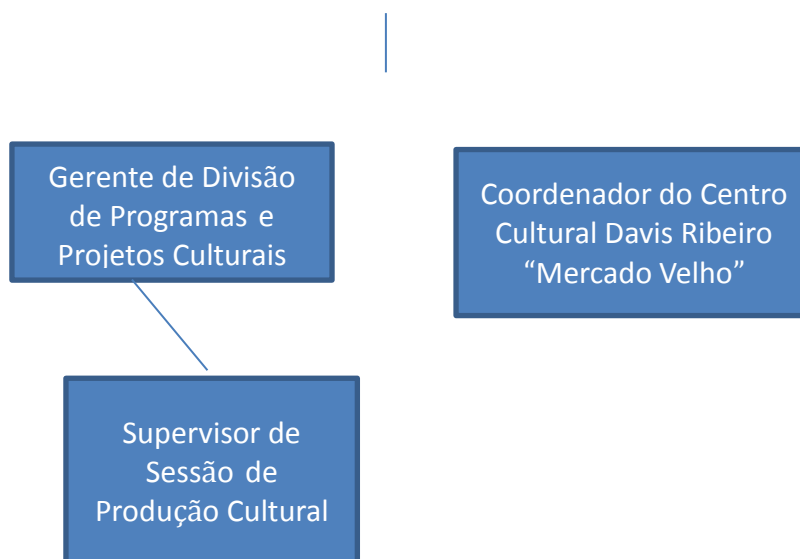
O Fundo Municipal de Políticas Culturais (FMPC) fez uso de algumas de suas atribuições com o objetivo de financiar as políticas públicas municipais de cultura, bem como financiar as ações de preservação, resgate, valorização, promoção e conservação do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial protegido de Diamantina por meio das informações divulgadas.

O Conselho Municipal de Cultura (CMC) de Diamantina deveria ter a responsabilidade de supervisionar as aplicações dos recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais. No entanto, quando muitas vezes em atas os conselheiros mostravam interesse em saber dos recursos do fundo, eram informados que deveriam contatar a tesouraria municipal.

A Coordenadoria de Políticas Culturais é um setor que compõe a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio e integra diretamente a Prefeitura Municipal de Diamantina. Mesmo criado em 2009 a coordenadoria de Políticas teve como premissa a organização dos procedimentos públicos voltados para área da cultura, no sentido de estimular e difundir a produção cultural. Apesar de ser uma ação óbvia para uma cidade patrimônio cultural da humanidade, esse setor não existia até então no município. A sua estrutura era constituída da seguinte maneira:

*Esquema 1: Estrutura da Coordenadoria de Políticas Culturais*





*Fonte: Organograma Coordenadoria de Políticas Culturais.*

A coordenadoria de Políticas Culturais era composta com 01 Coordenador do setor, 01 Coordenador do Centro Cultural David Ribeiro, 01 Gerente de Programas e Projetos Culturais, 01 Supervisor de Seção, 01 Auxiliares Administrativos e 01 Funcionários de apoio ao Centro Cultural David Ribeiro como mostrado no relatório de gestão.

Durante o período de 2009 a 2012 a coordenadoria de políticas culturais atuou no sentido de promover atividades culturais. Todo o trabalho desenvolvido pela coordenadoria de políticas culturais na administração 2009/2012 contou com parceiros institucionais como o Ministério da cultura, a UFVJM, Secretaria de Estado da Cultura, SEBRAE, SENAC, ADELTUR, ACID, Instituto Estrada Real, Circuito dos Diamantes, Associação dos Seresteiros de Diamantina, Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita, Arte Miúda, Associação dos Aposentados e Pensionistas de Diamantina.

Desse modo, para compreender a política cultural do conselho era necessário compreender o cenário do período, as suas transformações sociais por meio de novos significados, devido a uma subjetividade e identidade, fazendo com que a cultura desempenhasse um papel central para contrapor ou aceitar as relações de poder existentes. Sendo assim a estrutura das Políticas Municipais para Cultura foram representadas da seguinte maneira:

- Reformulação do Conselho Municipal de Políticas Culturais;
- Realização da II Conferência Municipal de Cultura (27 e 28 de Outubro de 2009);

- Criação do Fundo Municipal de Políticas Culturais;
- Realização do I e II Fórum Municipal de Cultura;
- Criação do Cadastro Cultural do Município;
- Adesão ao Sistema Nacional de Cultura.

O processo de Constituição das Políticas Públicas se deu da seguinte maneira:

*Quadro 5: Ações por ano de constituição das políticas públicas do conselho de cultura*

<b>Ano</b>	<b>Ações</b>
Em 2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Retomada do antigo Conselho de Cultura</li> <li>- Oficinas de mobilização para a II Conferência de Cultura</li> <li>- Realização da 2ª Conferência Municipal de Cultural</li> </ul>
Em 2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Instituição do Colegiado Setorial de Patrimônio</li> <li>- Aprovação do repasse integral do ICMS cultural para o Fundo.</li> <li>- Aprovação do Fundo Municipal de Políticas Culturais</li> <li>- I Fórum Municipal de Cultura</li> </ul>
Em 2010-2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião setorial e eleição de representantes para o Conselho de Cultura</li> <li>- Reunião de transição do Conselho antigo para o Conselho Novo – Jun/2011</li> <li>- Formulação do projeto de cadastro cultural do município</li> <li>- Posse do novo Conselho Municipal de Políticas Culturais.</li> </ul>

O Conselho Municipal de Políticas Culturais de Diamantina possuiu como principais características:

- Reorganização e reestruturação;
- O Conselho um instrumento de gestão compartilhada da política;
- Dimensões de poder: deliberativo, propositivo e fiscalizador;
- Instituiu o mecanismo do fórum;

Essas características são importantes não só no conselho de Diamantina, mas em qualquer conselho, reorganizar e reestruturar sempre é importante para o desenvolvimento, a maioria dos conselhos no Brasil são gestão compartilhada tendo as mesmas dimensões de poder , por isso essas características deveriam ser muito mais além dos que as estabelecidas.

Tendo a seguinte organização:

- I – Presidência;
- II – Plenário;
- III - Secretaria Executiva;
- IV - Câmaras Setoriais;
- V – Comissões;
- VI- Fórum.

### **O Conselho de Cultura em números**

As receitas do Fundo Municipal de Políticas Culturais no período eram constituídas de dotações orçamentárias, de créditos adicionais que lhe foram destinados pelo Poder Executivo Municipal. Contribuições e transferências de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, subvenções, repasses e donativos em bens ou em espécies. Além de multas aplicadas em decorrência de infrações cometidas contra o patrimônio cultural. De acordo com os dados do quadro seis os gastos referentes ao Ministério da Cultura deveriam ser aprovados e liberados pelo Conselho Cultural, sendo por meio das receitas do Fundo Municipal de Políticas Culturais que são apresentados projetos e ações:



*Quadro 6: Órgão Superior Ministério da Cultura*

Projeto Circuito de Oficina de Percussão	<b>Valor Convênio:</b> R\$ 98.000,00	<b>Valor Liberado:</b> R\$ 65.600,00	<b>Publicação</b>  20/6/2012	<b>Fim da Vigência</b>  1/7/2015	<b>Situação:</b>  Em execução
Criação de Ponto de Cultura para Desenvolvimento de Atividades Culturais	R\$ 600.000,00	R\$ 200.000,00	16/12/2010	05/9/2014	Aguardando Prestação de Contas
Projeto Choro Real- Consiste em Seis Apresentações Musicais na Rua da Quitanda-MG	Valor Convênio: R\$ 97.800,00	Valor Liberado: R\$ 97.800,00	Publicação  28/1/2010	Fim da Vigência  10/4/2010	Situação:  Prestação de Conta em Análise
Grupo de Teatro Empreendimentos Sociais e Culturais	R\$ 141.000,00	R\$ 141.000,00	11/12/2009	1/12/2010	Prestação de Conta Aprovada

*Fonte: Portal da Transparência.*

Por meio do portal da transparência, e como mostra na tabela o Ministério da Cultura, o investimento em cultura com projetos de 2009 a 2012 foi um total de valor por convênio de R\$ 936.800,00 sendo que foram liberados o valor de R\$ 504.400,00. No Projeto Circuito de Oficina de Percussão a vigência ainda esta em execução, na Criação de Ponto de Cultura para Desenvolvimento de Atividades Culturais o prazo para o fim da vigência já finalizou, no entanto ainda não teve a prestação de conta de como foi os investimentos e quais foram as atividades culturais. No Projeto Choro Real - Consiste em Seis Apresentações Musicais na Rua da Quitanda-MG o prazo da vigência finalizou dentro do período da gestão estudada e ainda a prestação de conta se encontra em análise. Por fim o Grupo de Teatro Empreendimentos Sociais e Culturais teve êxito no valor liberado e aprovação da prestação de conta.

O fundo orçamentário do Conselho de Cultura foi aprovado no ano de 2010, com as propostas do então prefeito Geraldo Silva Macedo, da gestão de 2009 a 2012. No qual criou o Fundo Municipal de Políticas Culturais (FMPC) Lei Nº. 90/2010, com o objetivo de financiar as políticas públicas municipais de cultura, bem como financiar as ações de preservação, resgate, valorização, promoção e conservação do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial na cidade de Diamantina.

A lei do fundo municipal previa que os editais seriam abertos a pessoas físicas e jurídicas, com residência em Diamantina MG. O tempo mínimo de apresentação do projeto regido pelas normas informadas pela Secretaria de Cultura seria de dois anos.

Os relatórios de atividades, receitas e despesas do Fundo Municipal de Políticas Culturais - FMPC eram apresentados semestralmente à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Sendo que a movimentação e aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais – FMPC, como já salientado, eram deliberadas pelo Conselho Municipal de Cultura.

Foi relatado pela Secretária Municipal de Cultura Márcia Betânia que a aprovação do fundo foi uma grande conquista para o município e para todos os envolvidos nos segmentos culturais e artísticos da cidade. Diante dessa opinião é possível perceber pela análise de dados que o fundo era essencial para implementação e realização de projetos, sem ele não teria como se desenvolver todos os projetos que foram feitos na gestão. Mesmo com recursos vindo de outros segmentos o dinheiro era primordial para subsidiar a realização dos mesmos. Com esse relato se leva a pensar se o conselho de políticas públicas culturais não tivesse esse recurso “nada” teria feito na gestão no segmento cultural.

Estes tinham como objetivo implantar as políticas públicas culturais. O que deveria promover o desenvolvimento humano, social, cultural e econômico em favor dos exercícios de direitos culturais e dos serviços.

O conselho se constituiu de representantes do poder público municipal pela secretaria municipal de educação, representantes da câmara municipal, representantes da secretaria municipal de promoção social, secretaria municipal de cultura, turismo e patrimônio, representante da secretaria municipal de esportes e lazer. Se junta a estes os representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, representante da Associação Casa Real e representante do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita, Associação de Artesão Arte da Terra, representantes do Ponto da Cultura e Associação Diamantina Sempre Viva, sendo todos esses membros da comunidade diamantinense.

O Conselho Municipal de Cultura foi presidido pela Secretária Municipal de Cultura – Márcia Betania Oliveira Horta e cada representante possuía uma função no conselho considerada de grande e relevância para a sociedade diamantinense.

Os conselhos de cultura são de tal modo instância máxima do município para a cultura e suas políticas, o que amplia a participação da comunidade, reforçando que a sociedade diamantinense constrói por meio desses mecanismos um debate com seus representantes e possibilidades de propostas de melhoria referentes a cultura.

É importante destacar que os conselhos podem ser vistos como iniciativas concretas da jovem democracia brasileira de valorização dos canais de reflexão coletiva como possibilidade de esclarecimento dos cidadãos, aumento no controle dos políticos e da burocracia do Estado e de se aprimorar a implementação de políticas estatais (ARAÚJO, 2004, p. 157).

Além disso, no período do mandato do prefeito Geraldo Macedo (PMDB) a cidade foi beneficiada pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No PAC foi previsto para as cidades históricas recursos financeiros, com o intuito de garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural, incrementando a capacidade de geração de renda e a melhoria da qualidade de vida.

O PAC - Cidades Históricas investiu em transformações para o desenvolvimento econômico e social, nas 173 cidades, 88 possuem menos de 50.000 habitantes, 72 se localizam em regiões estagnadas e 13 em regiões de baixa renda segundo o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), sendo Diamantina contemplada.

O PAC da cidade de Diamantina teve várias intervenções como: a restauração da centenária Igreja de São Francisco, onde estão os restos mortais de Xica da Silva. Já a Praça Monsenhor Neves foi toda revitalizada no paisagismo, calçamento, iluminação e as ruas de seu entorno. A Praça Barão de Guaicuí ou Praça do Mercado, foi reformada, o calçamento antigo foi recuperado e sua integração com o mercado recriou o grande largo que antes unia os dois espaços.

As obras que foram realizadas em Diamantina e, na recuperação de imóveis privados, 41 imóveis receberam recursos para sua recuperação. As ações visaram a vocação turística e cultural da cidade, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. Investimentos federais em Diamantina entre 2006 e 2009 – R\$ 6.139.247,00 Pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) foram aprovados dois projetos, a restauração do Órgão Histórico Lobo de Mesquita e o Encontro dos Tambozeiros do Rosário do Vale do Jequitinhonha. Ações estruturantes através do PAC em Diamantina distribuídas nos projetos:

A SECTUR trabalhou intensivamente junto com as demais secretarias para a aprovação de Diamantina no PAC das Cidades Históricas. Como resultado foi assinado o termo de pactuação em 29 de julho de 2010 com validade para 04 anos.

Foram pactuados os seguintes projetos estruturantes:

1. Criação do Parque Municipal Serra dos Cristais, valor de R\$ 3.830.000,00.
2. Requalificação do Largo D. João e Pça. Sagrado Coração de Jesus, valor de R\$ 4.100.000,00
3. Restauração e requalificação do prédio Niemayer- antigo Clube JK, valor de R\$ 850.000,00.
4. Requalificação da pavimentação de todo o centro histórico tombado, valor de R\$1.450.000,00 (nessa ação está previsto inclusive curso de aperfeiçoamento e formação em calceteria). Sub total dos projetos acima: R\$10. 230.000,00. A execução das primeiras etapas dos projetos do PAC em Diamantina, estão inseridas no Sistema de Convênios da União (SICONV) e totalizam o valor de R\$839.550,23.

O IPHAN acrescentou ainda os seguintes projetos: Plano de acessibilidade, mobilidade e transporte urbano, Recuperação e adequação do quintal e áreas externas da Casa Chica da Silva, acrescentando outras ações.

A Prefeitura ainda propôs a Implantação do Sistema de Informação Georeferenciada, multifinalitário, visando subsidiar a gestão do território, mas esta ação ficou de ser avaliada para uma próxima etapa. Para a implantação desta iniciativa estão-se cerca de R\$4.0000.000,00.

Assim pode-se perceber que, de acordo com o previsto na lei, a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio deve trabalhar em conjunto com o Conselho de Cultura e os representantes precisam manifestar o interesse e opiniões da população por meio do trabalho em conjunto.

A manifestação da sociedade era importante para o desenvolvimento da cidade. Para que a mesma se desenvolva de maneira satisfatória precisa-se do comprometimento do cidadão na esfera pública e isso pode ser dado por meio dos conselhos que possibilitam o diálogo, a negociação, o acordo, a descentralização e a colaboração entre todos que possuem o interesse em participar da organização política.

No período de 2009 a 2012 os segmentos ligados a cultura foram de fato incentivados a participar de reuniões. Eventos como Conferências Municipais e Fóruns e no ano de 2009. No dia 28 de Outubro ocorreu a II Conferência Municipal de Cultura com o seguinte tema Cultura, Diversidade e Cidadania.

O fórum aconteceu para organização da gestão e desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional, conforme definido no Artigo 2º do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura. A Conferência Municipal de Cultura antecedeu as Conferências Territoriais, Estaduais e a Nacional de Cultura e possui caráter mobilizador, propositivo e eletivo. No evento foram formados grupos de trabalho para discutir, formular, deliberar bem como propor estratégias, sobre propostas e diretrizes para a cultura em âmbito municipal, estadual e nacional.

As Conferências são importantes espaços de debate para a proposição de políticas, programas e ações para a gestão da cultura. O planejamento da conferência teve a participação conjunta do poder público e da sociedade civil não constatado em qual porcentagem, que integram a comissão.

Outro e importante fundo econômico de avanço e aprovação foi do repasse integral dos recursos do ICMS Cultural para o Fundo Municipal de Políticas Culturais. O ICMS Cultural que busca valorizar o patrimônio cultural mineiro a partir da reversão do imposto aos municípios que investem na cultura.

Dentre as atribuições do Conselho Municipal de Políticas Culturais e Câmara Setorial de Patrimônio Cultural está a aprovação de investimentos financeiros advindos da receita do ICMS Cultural. Nos anos de 2010 a 2012, foram aprovados cerca de 33 projetos e convênios realizados com os investimentos do Fundo Municipal de Políticas Culturais.

*Quadro 7: Orçamento da Cultura*

<b>Projetos e convênio</b>	<b>Investimentos</b>	<b>Ano base</b>
Festa de Nossa Senhora do Rosário em Diamantina	R\$3.000,00	2011
Manifestação Cultural-Terreiro de Mamãe Oxum	R\$2.000,00	2011
Projeto “Seresta Viva” gravação de CD	R\$ 4.750,00	2011
I Encontro de Cultura das comunidades afro descendentes	R\$ 20.000,00	2011
DVDs pesquisa sobre antigo carnaval	R\$ 410,00	2011
Festa do Divino, Nossa Senhora das Dores e São Sebastião e Festa de Nossa Senhora Aparecida (Conselheiro Mata)	R\$ 2.500,00	2012

Festa de Santo Antônio (Guinda)	R\$ 2.500,00	2012
Festa de Sant'Ana ( Inhaí)	R\$ 4.000,00	2012
Festa Popular (Mendanha)	R\$4.000,00	2012
Festa de Santa Rita de Cássia, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora Aparecida, Folia de Reis e Pastorinhas ( Sopa)	R\$ 2.500,00	2012
Festa de São João da Chapada e Povoado de Rio Pardo (São João da Chapada)	R\$ 3.000,00	2012
Festa de Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora das Mêrces e Festa de Nossa Senhora do Rosário ( Senador Mourão)	R\$ 5.000,00	2012
Quadrinhas, Corpus Christi e Nossa Senhora Aparecida ( Planalto de Minas)	R\$ 3.000,00	2012

Festa de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário e Festival Cultural ( Extração)	R\$4.000,00	2012
Festa de Santo Antônio (Desembargador Otoni)	R\$ 3.000,00	2012
Festa Bom Jesus do Vau (Vau)	R\$ 2.500,00	2012
Festa de Nossa Senhora das Mercês e São Vicente (Quartel do Indaiá)	R\$ 700,00	2012
Festa do Sagrado Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição ( Macacos	R\$ 700,00	2012
Festa de Nossa Senhora da Conceição e Festa de Santo Antônio ( Gordura)	R\$ 700,00	2012
Festa Popular de Córrego Fundo	R\$ 700,00	2012
Festa Popular de Mamãe Oxum – Terreiro de Candomblé	R\$ 700,00	2012
Festa de Nossa Senhora	R\$ 700,00	2012

Auxiliadora ( Maria Nunes)		
Cemitério – Até o momento da análise aguardava aprovação desde Junho de 2012	R\$ 24.288,00	2012
Igreja Santa Rita de Sopa-Aguardava aprovação desde Junho de 2012	R\$7.725,00	2012

*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2009.*

Os projetos do Cemitério e da Igreja de Santa Rita na Soja tinham plano de trabalho no período, no entanto aguardavam a aprovação da Câmara para a execução. Os conselheiros de Políticas Públicas Culturais de Diamantina nas reuniões liberaram no período apresentado a quantia total de R\$102.373,00 nesse período de 2011 a 2012. As festas religiosas dos distritos de Diamantina foram as que mais receberam investimentos, no entanto muitos desses eventos não foram divulgados para a sociedade diamantinense, pois não possui documentos que mostrem como foi a divulgação dos mesmos.

No município de Diamantina:

*Quadro 8: Orçamento no município de Diamantina, 2009.*

Festa de Santo Antônio Rio Grande	R\$ 4.000,00	2012
Festa de Nossa Senhora Aparecida	R\$4.000,00	2012
Festa do Divino	R\$4.0000,00	2012
Festa do Rosário	R\$4.000,00	2012
Festa de Santo Antônio e Arraial de Santo Antônio	R\$ 4.000,00	2012
Semana Santa	R\$8.500,00	2012
Projeto Educar	R\$ 1.456,00	2012

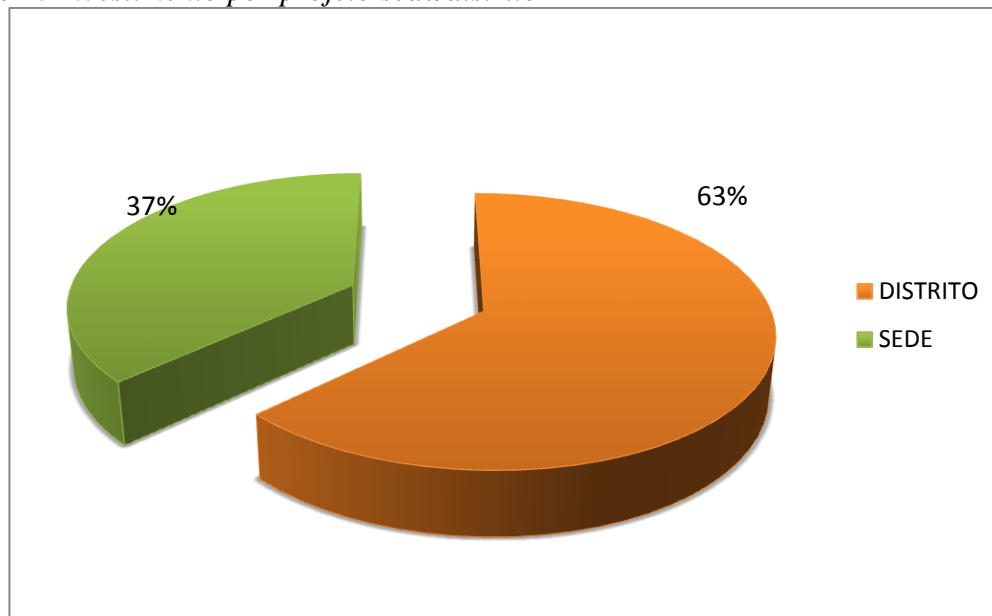
*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2009*

No município de Diamantina, como mostra na tabela acima relatado pelo Relatório de Gestão Municipal de Diamantina ocorreram 7 eventos com o total de investimento de R\$ 29.956,00. Para a realização destes eventos ocorreram reuniões com os conselheiros de vários

segmentos que por meio do Fundo Municipal de Políticas Culturais, foram liberados para os eventos.

Diante da demanda apresentada os eventos religiosos foram os que mais tiveram investimento. Seguido da Festa de Santo Antônio e Arraial de Santo Antônio e Projeto Educar que possui como atividade lúdicas o público alvo alunos do ensino fundamental .

*Gráfico 2: Investimento por projeto sede/distrito*



*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2009.*

Pode-se perceber que as ações culturais tiveram mais investimento nos distritos do que no próprio município, tendo em vista que projetos realizados nos distritos são 63% (sessenta e seis por cento). Ficando o valor aprovado, cerca de aproximadamente 52% (cinquenta e dois por cento) maior para projetos voltados para os distritos.

Percebe-se no gráfico, que mesmo tendo mais projetos e convênios nos distritos os recursos destinados à sede foram maiores do que no distrito, investimentos esses do Fundo Municipal de Políticas Públicas.

A Prefeitura Municipal de Diamantina, através de sua Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio publicou no seu site, conforme divulgação do IEPHA, a pontuação provisória do ICMS Cultural de Diamantina das atividades realizadas pela administração de 2009-2012. Foi possível perceber que no ano de 2012 os recursos culturais foram aprovados com queda de 2,7 pontos passando de 19 para 16,3 no ICMS. A situação mostrou um significado negativo, não só financeiro, mas também demonstrando índice baixo das ações culturais, prejudicando assim a imagem da cidade.



Neste período foi implementado pela Secretaria e pelo Conselho de Cultura o Cadastro Cultural do Município de Diamantina (CCM). Este teve por finalidade reunir dados qualitativos e quantitativos sobre a realidade cultural do Município, por meio da identificação, registro e mapeamento dos afazeres populares tradicionais, dos diversos artistas, produtores, técnicos, consumidores, grupos e entidades culturais do Município de Diamantina.

Nos cadastros a viabilização da pesquisa busca por informações culturais. A contratação de artistas e serviços de entidades culturais, a divulgação da produção cultural local, além de subsidio ao planejamento e a avaliação das políticas culturais do Município facilitam o acesso ao potencial e dinamizam a cadeia produtiva. Para que o cadastramento ocorra de forma satisfatória era necessário habilitar todos os integrantes para participar das reuniões deliberativas, nas diversas instâncias do Sistema Municipal de Cultura de Diamantina.

O Cadastro Cultural do Município de Diamantina (CCM) estava organizado de acordo com as áreas de atuação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio e seus respectivos segmentos relacionado a arte e patrimônio cultural tanto material como imaterial como mostra na imagem.

*Figura 1: Panfleto do Cadastro Cultural do Município de Diamantina*



*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2009.*

No entanto o cadastro cultural não foi implementado na gestão de 2009- 2012, o mapeamento dos agentes culturais, instituições, grupos e espaços culturais só ficou em Lei Complementar Nº 90 de 22 de novembro de 2010.

Portanto, foram coletados dados, procedentes de atas e relatórios realizadas pela Secretaria de Cultura, que foram gastos cerca R\$8.000.000,00 (oito milhões) gastos esses executados pela administração pública de Diamantina com cultura, turismo e patrimônio no

período de 2009 a 2012. Sendo que essas ações e informações passaram pelo Conselho de Cultura e pouco foram apresentadas para a sociedade.

## Capítulo 5: Análise dos Registros Culturais de Diamantina

Esse capítulo tem como objeto a análise das ações culturais referentes ao Conselho de Políticas Públicas Culturais de Diamantina criada pela lei nº.3041 de 25 de Outubro de 2005. Sendo analisadas atas escritas no período de 2009 a 2012 e elaboradas a partir de reuniões do Conselho de Cultura. Instrumentos esses qualificados como registros formais, pois, visam deliberar sobre assuntos de interesse comum para repassarem às pessoas, no entanto muitas ações não foram divulgadas para a sociedade diamantinense.

A pesquisa realizada buscou analisar o conteúdo escrito nas atas por meio de percepções referentes ao conteúdo relatado pelas reuniões do Conselho de Cultura de Diamantina. A análise de conteúdo foi um instrumento metodológico aplicado ao conteúdo escrito. A interpretação e reflexão foram baseadas na dedução e interferência interpretativa. Método esse que apresentou grandes informações e necessitou ser decodificação e adaptado a realidade da cidade, pela grande multiplicidade de conteúdo. Godoy reflete que:

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo a medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p.58).

Diferentemente da análise quantitativa a qualitativa apresenta suas características particulares. Sendo válida a elaboração das deduções específicas sobre acontecimentos, a análise qualitativa é o fato de inferência, sendo fundada na presença de índice relevante ao tema a partir de variáveis de conteúdo da mensagem. Bardin (1997). A análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação, mas foca em mensagens de comunicação, que possibilita a análise e manipulação dos indicadores sobre a realidade.

Sendo assim, para o estudo das atas foi escolhido o método qualitativo por meio da análise de conteúdo que é considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa a identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema. Segundo Bardin (1997) a análise de conteúdo:

(...) a análise de conteúdo oscila entre os dois pólos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não-dito), retido em qualquer mensagem. (BARDIN, 1997, p.9)

Por meio das informações a análise ajuda entender e compreender o problema estudado, permitindo estabelecer relações entre o referencial teórico e o conhecimento empírico, permitindo interpretar com mais consistência as informações.

Na fase inicial, que é a de organização do material a ser examinado, estabelecemos contato com a temática, fazendo uma leitura geral *dos questionários, entrevistas e textos de tal forma que, uma “leitura flutuante”* (Bardin, 1977, p. 96) aos poucos, tornou-se mais objetiva e precisa. De tal modo, selecionando as atas e traçando o perfil de identificação dos sujeitos é possível analisar o conteúdo.

Desta forma, analisar o conteúdo instiga a investigação pelo o que não está aparente, tarefa que exige paciência e transparência. E para que haja a análise do conteúdo de maneira honesta é necessário o rigor científico e o ajuizamento dos processos de análises pelas suas características particulares.

E para comparar as informações das atas foi utilizado o Many Eyes, sistema de manipulação de dados que tem como objeto a coleta de dados para análise. É uma ferramenta software que permitiu por meio das informações das atas, conhecer as principais palavras e detalhar as mais relevantes pelo forte apelo visual, facilitando a interpretação e compreensão do texto de maneira mais clara das informações.

Um dos grandes problemas das atas é o excesso de informação e assuntos que não fazem parte do objeto de trabalho. O Many Eyes facilitou com a análise de maneira detalhada a compreensão deste fato. O objeto então deste trabalho é analisar o conteúdo utilizando por meio das fontes (atas) publicadas pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural de Diamantina.

A metodologia Many Eyes ajuda na apresentação do conteúdo, oferecendo assim maior assertividade para interpretação das informações. Sendo assim as técnicas computacionais e de interação são empregadas para auxiliar o processo de análise e compreensão de um conjunto de dados, através das representações gráficas manipuláveis como relata Card e Mackinlay (1997). De tal modo a visualização da informação explora o sentido humano que possui a maior capacidade da informação.

Por meio do Many Eyes, foi escolhido o gráfico nuvem de palavras, também chamado para a visualização, analisando o conjunto de palavras que consta nas atas. A nuvem de palavras não resolve os problemas, mas guia por meio do texto imagem as palavras chaves mais importantes, podendo ser comparada com o texto original, ou seja, a ata do Conselho de Cultura.

Nesse período foi constatado na Secretaria de Cultura e no Blog Coordenadoria de Patrimônio Cultural de Diamantina o total de vinte e uma reuniões. Atas das reuniões dos dois primeiros anos de gestão não foram encontradas, apenas constatou nas atas que o conselho só foi estruturado a parti de 2010 para 2011.

No período da gestão verificou por meio das atas e trabalhos realizados pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural que mudanças foram realizadas. Uma dessas foi a estruturação do Conselho novos segmentos culturais foram postos aumentando o número de membros e consequentemente as cadeiras dos suplente e titular. Pode perceber que nas reuniões os conselheiros de vários segmentos culturais e artísticos propuseram ações, algumas com êxito outras não. Em algumas reuniões relataram falta de recurso para implementação de projetos.

Uma questão que merece destaque é que os conselheiros muitas vezes propuseram a participação da comunidade nas reuniões, porém não deixa claro nos registros a demanda da participação da sociedade. No período da gestão foi possível perceber o grande número de eventos culturais realizados no próprio distrito e nos municípios.

É possível perceber que nas reuniões os recursos do Fundo Municipal foram relatados para a execução das ações, havendo grandes discussões dos conselheiros para chegarem a uma resposta. Propostas para diminuir os custos foram feitas e soluções foram apoiadas. Foi mostrado pelos registros que os conselheiros não viviam apenas no município sede de Diamantina, mas tinha a participação dos segmentos dos distritos, que muitas vezes tinham dificuldade para chegar ao município por falta de recursos.

Os decretos e regimentos foram criados e transformados para adequar aos objetos propostos referentes à cultura. Foi salientada a conduta dos conselheiros referente à participação e responsabilidade com as reuniões e como ao todo. Em algumas reuniões assuntos foram debatidos repetidamente. Sendo assim os documentos foram construídos para atender normas e implantar políticas culturais para a sociedade.

*Quadro 7: Síntese dos documentos oficiais da Secretaria de Cultura*

Gestão 2009-2012	2009	2010	2011	2012
Atas	Não foram encontradas	Não foram encontradas	14	7
Leis	1	1	1	1
Regimentos	0	0	1	1
Decretos	2	1	1	1

Projetos	1	8	4	3
----------	---	---	---	---

*Fonte: Prefeitura de Diamantina, 2015.*

Por meio do estudo das atas foi possível perceber que o Conselho de Cultura de Diamantina no período de 2009 a 2012 passou por transformações. Essas mudanças ocorreram nas representações dos segmentos culturais e artísticos, criação e desenvolvimento de leis, decretos, membros, localização das reuniões, recursos, entre outros.

As atas possibilitaram entender que diferentes pontos de vistas dos membros dos conselhos foram fundamentais para críticas e respostas ligadas área cultural. Indagações sobre questões de obras pendentes foram muito salientadas, fator que pode ser visto na análise das atas e na fala de um dos que mostrou preocupação com o andar de uma obra pendente na Igreja de Nosso Senhor dos Passos em Curralinho que já se vinha discutido sobre o projeto, no entanto não tinha respostas até um conselheiro questionar.

Os textos possibilitam perceber que no início das reuniões do Conselho de Cultura em 2011 os recursos ligados à área eram escassos. Sendo priorizados projetos que já estavam previstos pela Secretaria de Cultura. Por esses motivos conselheiros questionavam a prioridade e soluções dos novos projetos.

Um das grandes dificuldades podem ser percebidas que nas atas era a ausência de conselheiros para discussão das pautas, mesmo com antecedência prévia dos dias agendados para as reuniões, encaminhamentos de e-mails e telefonemas para confirmação da presença, era muito raro que todos os representantes do conselho apresentavam. Esse motivo pode ser visto como um dificultador na tomada de decisões para a cidade de Diamantina. Sem os conselheiros a aprovação de projetos para o desenvolvimento cultural não poderia ser realizado.

Diamantina é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade e possui vários atrativos turísticos, entre eles as festas religiosas que tiveram ao longo dessa gestão muitos relatos. Para fazer com que a população tivesse mais interesse em participar desses eventos como mostra nas reuniões. A comissão dos conselheiros foi proposto que na Festa do Divino a comunidade de Diamantina participasse das ornamentações. Na ata consta que existe uma grande dificuldade em fazer com que as pessoas se envolvem em eventos realizados no centro de Diamantina, ficando sugerida uma escala de horário para não sobrecarregar as pessoas. Porém não mostra os resultados que atingiram perante tal evento, ou seja, se houve a

participação das pessoas o interesse, as formas de divulgação e se os resultados foram positivos ou negativos no ano de 2011.

Um dos objetivos do Conselho Municipal de Cultura de Diamantina é promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade, visando garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar as valorizações e difusões da manifestações culturais. Mas muitos projetos e programas culturais foram vetados, parcerias foram sugeridas, mas infelizmente sem êxito, como mostra na ata do dia 21/03/ 2011, onde um dos conselheiros sugerem uma parceria do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) com a Secretaria de Cultura e Turismo (SECTUR) e nada mais é comentado sobre tal assunto.

Na grande maioria das atas analisadas um dos assuntos mais comentados é o programa de despoluição visual que mostra que foi essencial para reduzir as placas das faixadas e que no ano de 2011 o número foi reduzido em 100%. Para se chegar a esse resultado não foi constado nas atas o método utilizado desse total, a abrangência dos bairros e localidades e como foi a implementação do decreto de despoluição. Se as pessoas reagiram bem às mudanças e como feita as reparações e se teve apoio por meio de recursos da prefeitura, o que se passou é que os conselheiros apenas obtiveram esse resultado.

Umas das grandes observações dos conselheiros foram focar em ações voltadas para Educação Patrimônio que tinha como objeto levar para escolas de Diamantina a tradição das serestas para a sala de aula e promoção a apropriação da identidade cultural para os alunos. Essa forma de incentivo por meio das escolas foi importante, pois gerou a curiosidade de pessoas que não conheciam sobre a própria cultura da sua cidade, mas a continuidade do projeto teria sido de grande valor para a cidade se tivesse sido mais divulgado e salientado para a comunidade.

O conselho, e em especial o de Cultura de Diamantina tem o poder deliberativo, propositivo e fiscalizador, sendo assim todas as liberações de recursos devem ser passadas pelos conselheiros para aprovação. A maioria desses recursos como mostra nas atas são do Fundo Municipal de Políticas Públicas, onde os conselheiros tem o poder de liberar ou vetar caso haja necessário. Na ata do dia 01/06/2011 um ato que chamou atenção foi uma proposta feita por um conselheiro para que os que morassem em outros distritos e tivessem interesse de participar das reuniões tivessem que acesso ao recurso e foi aprovado pelo conselho.

É importante salientar que esse recurso tem objetivo de financiar as políticas públicas municipais de cultura, bem como as ações de preservação, resgate, valorização, promoção e

conservação do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial da cidade de Diamantina, ou seja, esses recursos deveriam ser pautados para esses fins. Mesmo que a participação de vários segmentos culturais representados por conselheiros seja fundamental para o desenvolvimento das ações do conselho, esses recursos não deveriam ser para outros fins.

Durante esse período de 2009 a 2012 houve alterações na lei do Conselho uma delas que passou de consultivo para deliberativo desta maneira foi alterado as atribuições e competências, interligando com as Políticas Públicas do Fundo. Outro exemplo foi o prazo de composição dos membros do Conselho de Cultura que era previsto permanência para 3 (três) anos e foi aprovado para 2 (dois) anos por motivos relacionados ao tempo da gestão e continuidade das ações. Essas mudanças nas minutas foram satisfatórias para a construção das leis do conselho atual.

A partir do reunião do dia 28/06/2011 ocorreu a integração dos novos conselheiros, que foram escolhidos por representar os segmentos culturais que possuem ligação. A composição do conselho anterior teve seus componentes escolhidos pelo então Prefeito Geraldo da Silva Macedo (PMDB), o que consta em ata que foi relatado por um conselheiro a legitimidade do antigo Conselho de Cultura perante a situação, mas nada mais foi decorrido sobre o assunto referente a representação dos membros.

Com os novos conselheiros assuntos nas pautas das reuniões foram sendo debatidos sendo pedido apoio dos conselheiros para atualizar o Plano Diretor de Diamantina, que deveria ser analisado de 5(cinco) em 5(cinco) anos, e já tinham passado 12(doze) anos e nada tinha feito sobre o assunto. Um relato importante foi feito pela presidente do conselho, pois existiu uma denuncia para a retirada de Diamantina como Patrimônio da Humanidade por causa da Serra dos Cristais e que o conselho seria importante para articulações relatando que toda cidade estava passível de perder o título. Essa situação preocupou os conselheiros, pois possuem um papel importante nas articulações culturais, sendo que foi dado outros exemplos de cidades históricas como Ouro Preto que também foi denunciadas a perder o título. Como esse assunto é muito delicado, era necessário que os conselheiros procurassem juntamente com as autoridades solução para o problema, mas nada mais foi relatado em ata no período, o que demonstra que informações e continuidade de assuntos não eram demonstradas pela gestão.

Foi mostrada na análise das atas que durante os dois primeiros anos de gestão entre 2009 a 2011, os conselheiros ficaram nos bastidores, ou seja, não teve muita divulgação e informação dos seus trabalhos o que dificultou o interesse e participação da sociedade. Com a



reestruturação do Conselho de Cultura a partir de 2011 foram implantados novos instrumentos jurídicos ligados a normas, leis, regimentos e decretos, sendo perceptíveis mais debates e discussões nos temas salientados nas reuniões e divulgações de informações. Como o Conselho de Cultura não tinha nenhuma maneira de mostrar sua identidade, os conselheiros apresentaram modelos de logomarcas o que tornou importante para o conhecimento do Conselho de Cultura para a sociedade, ponto positivo de divulgação do Conselho para seu reconhecimento com a população, o que antes não tinha como mostra nos primeiros anos de gestão.

Um fato preocupante que consta em ata é a falta de divulgação dos recursos e movimentação dos fundos. Os próprios servidores da prefeitura que são membros do conselho, relataram em ata que seria difícil esclarecer em relação à tesouraria, e que questionamentos poderiam ser feitos a qualquer época do ano, mas para ter respostas eram necessários os relatórios financeiros e exposição de setores diversos sobre a utilização dos recursos do fundo, mas que no momento não seria viável. Um dos papéis dos conselheiros é a fiscalização, a iniciativa de participantes do conselho em saber sobre esses dados cria uma perspectiva de responsabilidade e comprometimento com a sociedade, mesmo não estando prevista em pauta a utilização dos recursos nos primeiros anos do conselho, ter esses dados eram úteis para o decorrer do trabalho dos conselheiros, tanto para deliberar como vetar, sendo fundamentais as prestações de contas.

Tendo em vista essa análise geral das atas do Conselho de Cultura, veremos a seguir por meio das informações visuais uma análise diferencial. Por meio da transparência dos dados do governo no processo de compreensão, comparando as palavras chaves com o que consta em ata através da tecnologia do software Many Eyes.

*Nuvem de Palavras 1: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 01/02/2011*

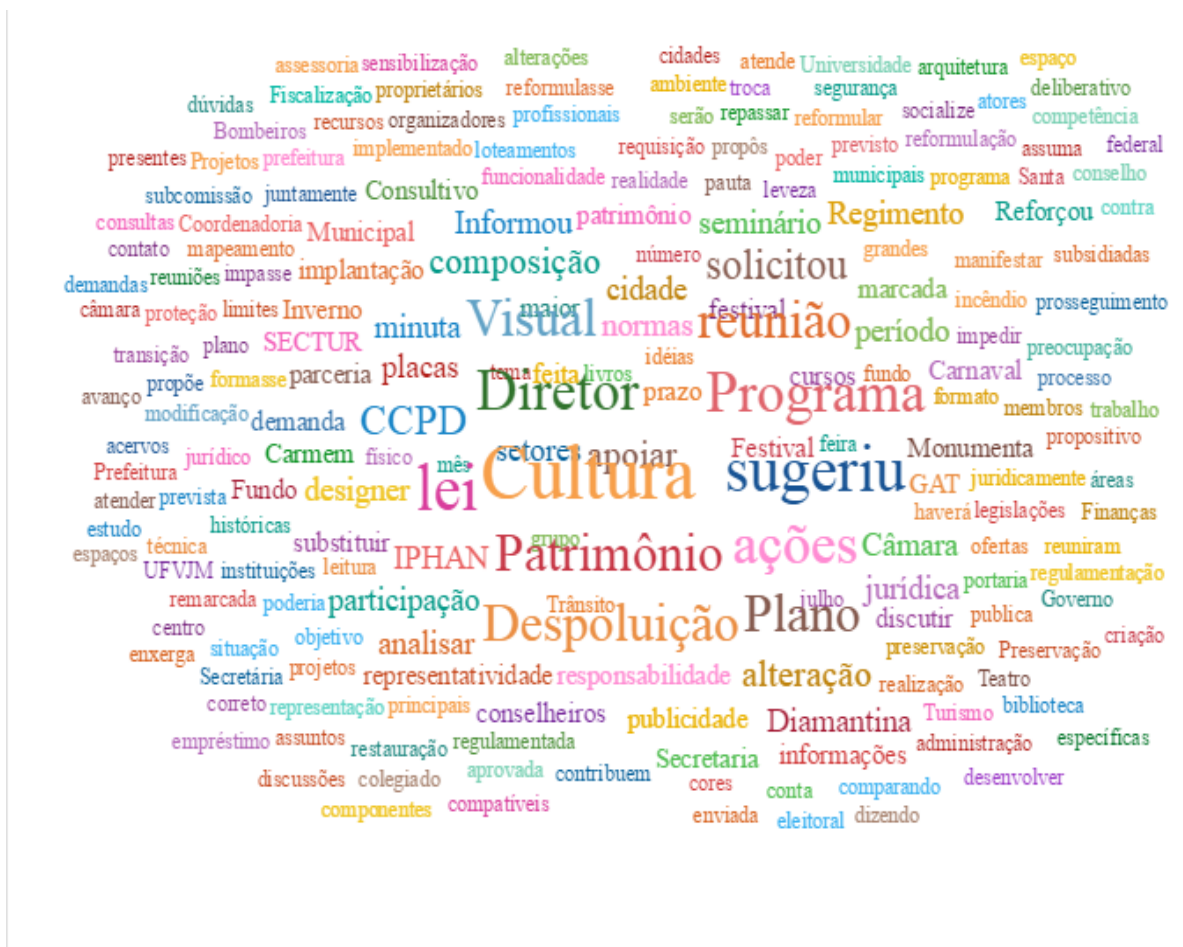












Fonte: Conselho de Cultura de Diamantina, 2011.

As palavras mais destacadas são Cultura, Sugeri, Patrimônio, Ações, Despoluição, Plano, Cultura, Programa, Diretor, Reunião, Visual, Lei e CCPD. Comparando a nuvem de palavras e os assuntos em pauta da ata às palavras em destaques são fundamentais para o entendimento da ata. O Programa de Despoluição para reduzir a poluição visual para preservação do patrimônio e o Plano Diretor tiveram grande destaque na reunião. Uma importante comparação foi posta sobre a diferença entre o Conselho de Cultura e o Plano Diretor (CCPD) e a Subcomissão de Patrimônio, sendo salientada que a Subcomissão tem maior representatividade e ela pode substituir o (CCPD). As informações da ata se cruzam com as palavras principais possibilitando entender que o Programa de Despoluição foi o ponto chave na análise.

*Nuvem de Palavras 06: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes Ata 07/06/2011*



Fonte: Conselho de Cultura de Diamantina, 2011.

As palavras que mais chamaram a atenção foram: Novo, Participação, Políticas, Informou, Segmento, Cultura, Lei, Espaço, Conselheiros, Municipal e Patrimônio. O tema principal da ata foi Regimento Interno e a Importância do Conselho nas Políticas Culturais assuntos esses que foram tratados para entender a dimensão do consenso de potencialização das políticas. Informações foram passadas de Políticas Culturais no Brasil e como foram aplicadas no município de Diamantina, renovando os próprios mecanismos das Políticas Culturais. Como na nuvem de palavras o Setor de Patrimônio teve ênfase pelas mudanças na lei que constitui o Conselho, que foi alterado para deliberativo, essas alterações, atribuições e competências foram interligadas com as Políticas Públicas do Fundo. Nessas abordagens de assuntos a ata e a nuvem de palavras mostram fidelidade dos assuntos principais tratados.

Nuvem de Palavras 07: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 16/06/2011









Através da metodologia apresentada as palavras que tiveram destaques são: Plano, Diretor, Lei, Despoluição, Programa, Diamantina e Patrimônio. Podendo ser constatado que a abordagem principal da ata e da metodologia Many Eyes deram evidências aos mesmos assuntos. O Programa de Despoluição Visual necessitou da contribuição do Conselho de Cultura para implementar a lei e o Plano Diretor foram relatados por estarem com os seus dados atrasados, tendo em visto que a análise dos dados do Plano Diretor deveriam ter sido realizadas em um período de cinco em cinco anos, no entanto passaram-se doze anos e nada teria feito.





Com base nas observações realizadas as palavras em destaque são Cultura, Representante, Municipal, Conselheiros e Patrimônio. As informações principais que constam na ata são referente ao Conselho de Cultura pelo papel importante como instancia máxima do município para trabalhar Políticas Culturais e reforçado a representatividade nos segmentos culturais. As palavras que mais chamaram a atenção foi cultura e representatividade e foram as mais citadas na reunião.



A nuvem de palavras acima possibilitou perceber: Representante, Cultura, Segmento, Cidade, Edital, IPHAN, Dificuldade, ICMS, Demanda e Patrimônio foram às palavras de destaque na análise. No estudo da ata a palavra representante foi a que mais apareceu e um dos assuntos mais discutidos foi a representatividade de um conselheiro para o IPHAN na composição do Conselho de Cultura pelo Monumenta (Programa Estratégico do Ministério da Cultura). É visto que a dificuldade de construção de relacionamento no segmento cultural prejudicou o seu desenvolvimento.













*Nuvem de Palavras 17: Análise de Conteúdo pelo Many Eyes ,Ata 30/05/2012*



*Fonte: Conselho de Cultura de Diamantina, 2012.*

As palavras centrais são Cultural, Projeto, Igreja, Processo, Escravos e Investimentos. No período da construção da ata estava sendo feito a revisão dos dossiês de tombamento e abertura do processo de registros de bens imateriais, projetos de investimentos em bens tombados na comunidade. Por isso palavras como Igreja, Escravos, Distritos, Cemitério, Santa, Dossiês são vistas na nuvem de palavras como principais. Reforçando o ligamento do conselho com as festas de cunho religioso e tradicionais o registro do patrimônio imaterial oficializou a abertura dos registros dos bens.





Com a apresentação dos dados as palavras: Informou, Tombamento, Conselho, Disse, Construção, Proposta, Informou, Patrimônio, Documentação, ICMS, Cultural e Projeto foram as que mais tiveram ênfase na nuvem de palavras. Representantes do Conselho de Cultura informaram aos conselheiros que o ICMS Cultural não teve a pontuação desejada, mas propostas foram evidenciadas para melhorar a pontuação e diretrizes de tombamento juntamente com o IEPHA estavam sendo construídas, para o desenvolvimento na área cultural de Diamantina.

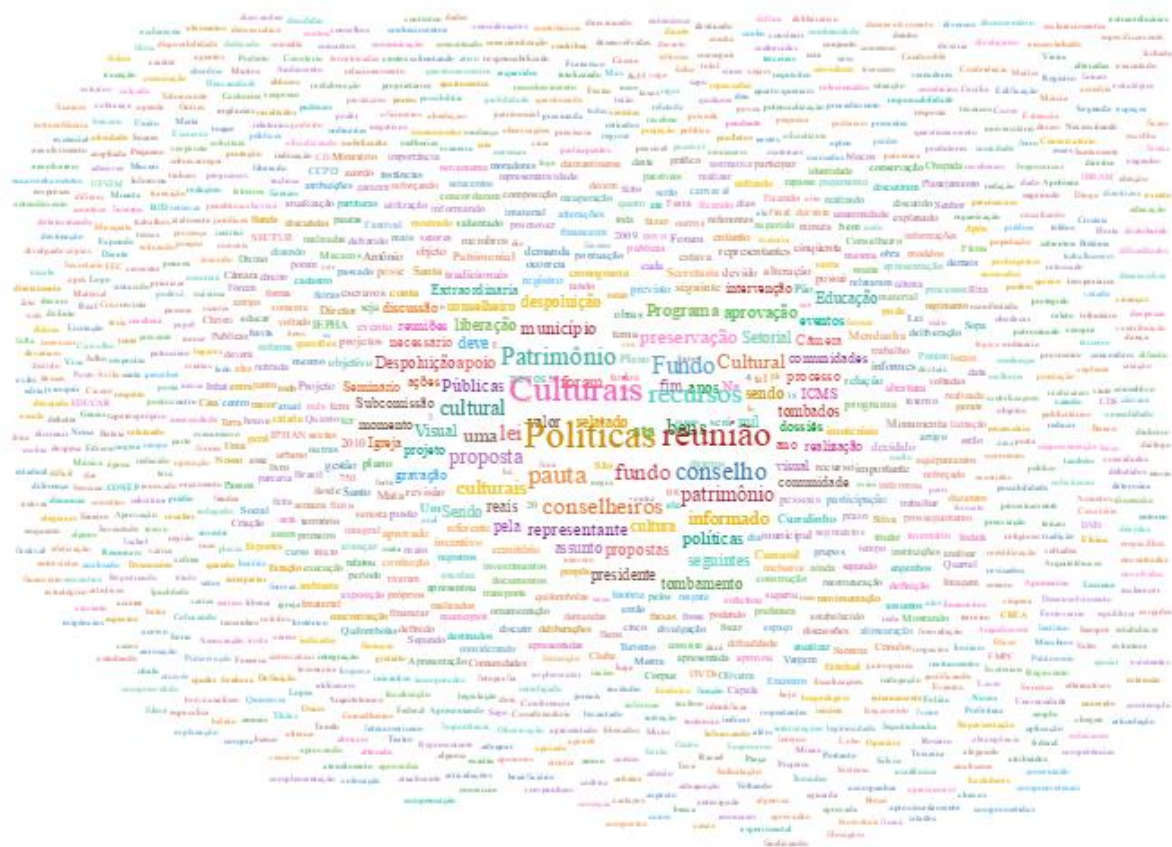




Como um dos objetos centrais do estudo no Many Eyes também possibilitou visualizar que a palavra Representante foi destaque na nuvem de palavras e assunto principal da ata. A representação dos conselheiros teria grande importância na apresentação do Projeto EDUCAR (Educação Patrimonial), projeto esse que teve proposta de educação patrimonial do IEPHA apresentada de maneira deliberativa normativa. E para a valorização dos aspectos culturais do bem protegido os representantes teriam grande importância para promoção o incentivo a conservação dos bens tombados no município.



*Nuvem de Palavras 22: Análise Geral de Conteúdo das Atas*



*Fonte: Conselho de Cultura de Diamantina, 2011 e 2012.*

Na visualização geral das informações muitas palavras foram apresentadas, no entanto as destaques de todas as atas analisadas são: Políticas no centro da nuvem, Culturais, Reunião, Conselho, Patrimônio, Fundo, ICMS, Despoluição, Preservação, Liberação, Programa, Recursos, Lei, Aprovação e Propostas.

As palavras apresentadas acima aparecem em várias atas e, como também em muitas análises do Many Eyes. Essas palavras evidenciam os assuntos mais importantes em cada reunião e salientam o conjunto de conteúdo analisado. O software possibilitou a visualização das informações, representações visuais e perceber que o Conselho tem como objeto as Políticas Culturais abrangentes e divididas em segmentos da área cultural.

Nesse estudo existem muitas informações, mas é visto que Conselho tem em sua “mão” o poder de decidir na área cultural e para que ocorra de maneira satisfatória é preciso divulgação das ações que estão sendo realizadas na Prefeitura.

## Conclusão

A participação da sociedade civil em conselhos permite o exercício do controle social sobre as políticas governamentais, a formulação e proposição de diretrizes, o estabelecimento de meios e prioridades de atuação voltadas para o atendimento das necessidades e interesses dos diversos segmentos sociais, a avaliação das ações e a negociação do direcionamento dos recursos financeiros existentes (PRESOTO e WESTPHAL, 2005, P.3).

Com o relato de Presoto e Westphal é possível perceber que o conselho tem que atender as necessidades e interesses dos segmentos, fazendo cumprir o seu papel como representante da sociedade de maneira democrática, desenvolvendo seu papel de forma clara. E para que os conselhos possam efetivamente ampliar as formas de conhecimento das suas decisões a sociedade deve influenciar diretamente nas ações dos conselhos.

Desta maneira, propus analisar a estrutura do Conselho de Políticas Públicas Culturais de Diamantina no período de 2009 a 2012. Com o estudo percebi que foram inúmeros trabalhos realizados nas políticas públicas culturais como a Lei de criação do Conselho de Políticas Culturais, Lei do Fundo Municipal de Políticas Culturais, criação da Lei do Fundo de Preservação do Patrimônio, pareceres e aprovações de diretrizes de intervenção de conservação e outros.

Ainda por meio de todo o estudo foi visto avanços significativos por meio das atas, regimentos, planos, programas, projetos, intervenções culturais liberados com o recurso próprio do conselho, informações dos projetos, reformulação de segmentos culturais no conselho, novos mecanismos de políticas culturais, programas de despoluição de preservação e fomentação da logomarca resultados da concretização do que estava relatado e não foram encontrados.

Um conselho democrático deve primar para que seus representantes sejam escolhidos de modo legítimo, não como indicação como consta em ata que no primeiro conselho de 2009 a 2011 o próprio prefeito escolheu. Sendo a representação vista como um limitador, perante os olhos da democracia participativa, não são as pessoas que possuem interesse, que querem participar, mas as indicadas a exercer aquele papel que muitas vezes não possuem o interesse em melhorar o segmento que representa.

Os conselhos no geral, em particular o Conselho de Cultura de Diamantina, são espaços onde a sociedade deve primar pelos seus direitos e também conhecer os seus deveres, para poder gerir de maneira responsável as políticas públicas. Fazendo com que os representantes da sociedade civil nos conselhos exercitam a cidadania. No próprio relatório de gestão da pesquisa, é apresentado a necessidade da implementação e inter-relação contínua



entre as demandas da sociedade civil. Entretanto para ter continuidade é preciso um diálogo com outras gestões, participando das reuniões do conselho atual do ano de 2014 percebi que infelizmente dados e informações não foram apresentadas, como consta nos relatos prejudicando assim a própria sociedade civil que tanto se discutiu na pesquisa.

Os conselhos são assim como relata (GONZÁLEZ, 2000) o reflexo do paradoxo da sociedade atual, que prima pela solução de problemas e são vistos como expressão da legítima organização de interesses. E deste modo que não pode acontecer é pensar de maneira isolada como no próprio capítulo 2 mostra o conselho deriva da terminologia do latim que tem como significado reunião, assembleia para soluções de eventuais demandas. Percebe-se que nas atas as demandas de informações eram elucidadas, mas as soluções e resultados para essas informações não eram contemplados. Assim sendo algumas indagações ficaram sem resposta como por exemplo: Depois de deliberado os recursos dos projetos e programas pelos conselheiros porque não mais era mostrado nas atas? Os resultados eram os esperados? Como era passado esse recurso às demandas culturais? Existiria alguma maneira de divisão de recurso do Fundo de Políticas Públicas Culturais para cada segmento cultural? Para responder essas perguntas será necessário novo investimento de trabalho em pesquisa.

A cultura possui uma vasta abrangência de segmentos, de valores e ações, mas que devem ser verificados e analisados cuidadosamente para que cada um com sua particularidade tenha o seu devido valor. A cultura pode ser assim encarada como expressão de cidadania. E para que haja possíveis soluções para os problemas mencionados é necessário a conscientização do Conselho de Políticas Públicas Culturais de Diamantina e ampliação e divulgação dos trabalhos realizados. Por fim, a análise do método Many Eyes proporcionou conhecer palavras chaves de cada ata analisada. Ficando aparente que palavras como proposta, sugeriu e informou tiveram grande destaque em várias atas. A palavra que mais apareceu em todas as atas foi a palavra “Informou”, das vinte e uma atas analisadas a palavra apareceu destacada em 8 atas. Lembrando que a palavra “informar” como explicitado na análise de conteúdo pelo Many Eyes significa mostrar o processamento de algo ou de dados.

Justifica-se assim ser necessário que os conselheiros refletissem sobre todo o trabalho desenvolvido por meio dos planos, programas, projetos e ações desenvolvidos na gestão de 2009 a 2012. Pois pelo que vê na análise Many Eyes informar não é implantar, desenvolver, praticar ou até mesmo exercer o que realmente tem como importância, é apenas um relato.

Para que os conselhos em especial o Conselho Cultural de Diamantina exerça de maneira eficaz as Políticas Públicas Culturais é preciso ir mais além do que informação, é

preciso discussões conscientes e decisões que tenham soluções. Por isso é tão importante à participação da sociedade civil nos conselhos, assegurando assim, a democracia e impondo o comprometimento aos conselheiros. E os representantes dos segmentos sejam de fato responsáveis em suas esferas, divulgando suas ações e chamando a atenção e o interesse da sociedade dos trabalhos realizados.

Em suma, entende que o Conselho de Cultura de Diamantina por meio da pesquisa é uma instância que possui um pouco da democracia direta, deliberativa, representativa e participativa devido ao seu caráter plural. Todavia, possui limitações e dificuldades de interação a sociedade. Por apresentar como um dos seus objetos maiores a representatividade da sociedade o pode ser visualizado no capítulo 4 desse trabalho, mas a aplicabilidade não se constatou.

Finalmente cabe considerar que no contexto da pesquisa que as Políticas Públicas Culturais da gestão tiveram grandes lacunas, a meu ver todas as atas deveriam ser de fácil acesso para qualquer pessoa que tivesse interesse em saber sobre o conselho. O relatório de Gestão 2009 a 2012 que foi feito para a “sociedade” deveria de fato ser divulgado para os moradores da cidade.

O Conselho de Cultura de Diamantina, não se extinguiu vigora até os dias atuais com nova gestão e novos membros, no entanto muitos desses trabalhos não foram apresentados e analisados por eles, e como pode-se mostrar de maneira geral que a continuidade é importante se os mesmos não fizeram de tal maneira.

Na última análise de apresentação dos dados Many Eyes foi constatado que as palavras principais de todo o estudo das atas do Conselho de Cultura foram Política, Culturais, Reunião, Conselho, Patrimônio, ICMS , Despoluição, Liberação, Programa, Recursos, Lei, Aprovação e Propostas. Sendo assim, constata-se que essas palavras evidenciam os assuntos mais importantes em cada reunião salientando novamente o conjunto de conteúdo analisado das atas que rege a pesquisa.

Mesmo visualizando que essas palavras foram as mais importantes no conteúdo de atas apresentadas, percebo que sem elas não teria acontecido os assuntos tratados Política ponto principal do estudo sem as atividades do conselho não teriam sido feitas. Culturais permeia todas as ações, projetos, programas, leis, regimentos do conselho ligados a manifestação artística, dança, crença, costumes, ambiente, espaço da sociedade. A palavra Reunião parte do pressuposto que os assuntos serão tratados e discutidos, sem as reuniões não teria o conselho e sem o conselho não teria as pautas e atas da reunião. Conselho como em

todo o texto mostra e objeto central da pesquisa possui competências ligadas a lei e tem por finalidade principal servir de instrumento para garantir a participação da sociedade, controle social e gestão democrática das políticas e dos serviços públicos. Como o Conselho de Cultura de Diamantina possui como um dos seus objetivos gerir para a preservação do patrimônio cultural material e imaterial da cidade de Diamantina a palavra Patrimônio tem papel é importante na análise.

As siglas ICMS Imposto sobre Operações relativas a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços possuem grande importância para a cultura de Diamantina, pois a valorização dos pontos do relatório anual no âmbito cultural é apresentado sobre os investimentos para o conselho, tendo papel importante com a aprovação do Conselho de Políticas Públicas Culturais nos recursos, fato esse que não teve o resultado esperado na gestão pesquisada. A palavra Despoluição apareceu em quase todas as pautas do conselho, visto que foi um Projeto de Despoluição Visual que foi trabalhado e objeto de desenvolvimento econômico de Diamantina para utilizar a cidade como cenário de filmes, novelas, fotografias entre outras, sempre sendo exposto pela presidente do conselho como prioridade. Liberar palavra importante dentro do conselho os recursos repasses só são liberados com a aprovação dos conselheiros e como a palavra teve destaque mostra que muitos recursos foram liberados na área cultural nos anos de 2011 a 2012. A palavra programa foi evidenciada pelos vários programas exibidos pela comissão do conselho, dentre eles Programa de Valorização dos Músicos e Programa Afet. A palavra recurso possui várias características, mas o recurso financeiro o mais salientado vindo sempre do Fundo Municipal de Políticas Culturais que passou durante esse período por oscilações. Lei para que o conselho funcione é necessário normas através dos processos normativos, e foi a partir na gestão de 2009 a 2012 que o conselho fomentou e implementou as leis do conselho. Sem aprovação recursos eram vetados, projetos, programas não foram realizados, desta maneira a palavra Aprovação é importante e por fim a palavra proposta foi também destaque na análise de todas as atas devido as várias propostas que foram realizadas sendo sugerido, oferecido, argumentado, examinado e não colocado em ação.

Para concluir essa pesquisa é fundamental que o Conselho de Políticas Públicas Culturais estabeleça diretrizes para trazer a sociedade a participar das discussões, acerca das Políticas Públicas Culturais. Tendo em vista que o conselho é um instância política máxima que tange as decisões das políticas públicas e que necessita ser melhor trabalhada para atender o fiel objetivo a que se propõe.

Salientando que os conselhos devem construir uma identidade própria e decisiva em suas funções. Contribuindo para que as políticas públicas sejam instrumentos importantes para diminuir a estrutura elitista que ainda possui em todos os lugares do Brasil como nos municípios, estados e todo o território.

## Referências

ANDER- EGG, E. Política cultural a nível municipal. Buenos Aires: Humanitas, 2002.

ARRUDA, Marina Patrício. KOCOUREK. Sheila. O Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente como Espaço de Construção de Cidadania. Revista texto & contextos, v. 7, n.1, Porto Alegre, 2008.

AVRITZER, Leonardo. (2002), *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.

AVRITZER, Leonardo. (2002), *Democracy and the Public Space in Latin America*. Princeton, Princeton University Press.(ed.). (2004), *A Participação em São Paulo*. São Paulo, Editora Unesp. . (2006), “New Public Spheres in Brazil”.

BARDIN, L. (1997). Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal: Edições 70.

BENI, Mário Carlos. A análise estrutural do Turismo. 12.ed. São Paulo. Senac, 2007.

BERSTEIN, S. A cultura política. In: SIRINELLI, Jean-François, RIOUX, Jean-Pierre (dir.), *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa. p. 349-363. 1998.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Editora UNB, São Paulo: Imprensa Oficial, 2004. vol. 1. verbete: Democracia.

BOBBIO, Norberto. Dicionário de Política. Brasília: Ed. da UNB, 2007.

BOBBIO, Norberto. Os Intelectuais e o Poder; dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: Unesp, 1997. BRASIL.

BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 12ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.

BOURDIEU, Pierre (2005), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>> Acesso em: 10 de març. 2015.

BURKE, Edmund. (1774), Speech to the Electors of Bristol at the Conclusion of the Poll. Disponível em: <http://www.ourcivilisation.com/smartboard/shop/burkee/extracts/chap4.htm>, acessado em 15/7/2007. . (1982), *Reflexões sobre a Revolução em França*. Brasília, Editora da UnB.

CARVALHO, Maria do Carmo A. A. e TEIXEIRA Ana Cláudia C. (Org.). *Conselhos gestores de políticas públicas*. São Paulo. Pólis. 2000. p. 15-21.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil; história e contemporaneidade. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010. (Coleção Textos Nômades; nº 2).

CARD, S. K, Mackinlay, J. D. (1997) “The Structure of the Information Visualization Design Space”. In: IEEE SYMPOSIUM ON INFORMATION VISUALIZATION, INFOVIS. Proceedings...[S.1.]:IEEE, p. 92-99.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. *En: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008- ). Buenos Aires : CLACSO, 2008- . -- ISSN 1999-8104.*

COHEN, J .1998. “ Reflections on Habermas on Democracy”. Paper apresentado no European Law Journal 3:313 -342.

CULTURA E MERCADO. <<http://www.culturaemercado.com.br>> Acesso em maio 2015. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/19347/democracia-representativa-e-democracia-participativa-em-locke-e-rousseau#ixzz3UveM0Nf5>

ELSTER, J. (1998), “Introduction”, in J. Elster (ed.), *Deliberative Democracy* Cambridge: Cambridge University Press, 1-18.

DEMO, Pedro. Participação é Conquista: noções de política social participativa. – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

DRAIBE, S. & Henrique, W. "Welfare State", crise e gestão da crise: um balanço da literatura internacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Campinas, ANPOCS, 1988.

GOMES, Ana Lígia. História da política de assistência social no Brasil. *In*:

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Democracia e conselhos de controle de políticas públicas. Uma análise comparativa. 2000. 327f. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

GODOY, A . S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, 1995. *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 30, no 3, pp. 623-637. (no prelo), *A Participação Social no Nordeste*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.

HABERMAS, J. Uma conversa sobre questões da teoria política. *In*: Novos Estudos CEBRAP, nº 47, mar. São Paulo: Ed. Brasileira de Ciências Ltda, 1997.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. Histórico: Diamantina/ Minas Gerais. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso: 17 fev. 2015.

MANIN, Bernard. As Metamorfoses do governo representativo. 1995.

PAC- PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO. Edição especial de lançamento. Ministério da Cultura Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2009-2012.

PEREIRA, Maria de Lourdes Dolabela. (2005), “Democracia, Participação e Instituições Híbridas”. *Teoria & Sociedade*, número especial, pp. 16-41.

PINTO, D. Direito eleitoral- Improbidade administrativa e responsabilidade fiscal; noções gerais. São Paulo: Atlas 2003.

PITKIN, F. Hanna. 1967. *The concept of representation*. Berkeley: University of California Press.

PRESOTO, Lúcia Helena; WESTPHAL, Márcia Faria. A Participação Social na Atuação dos Conselhos Municipais de Bertioga – SP. *Sociedade*, vol.14 no. 1 São Paulo Jan/Apr. 2005.

Relatório de Gestão 2009-2012 publicação da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Rua Campos Carvalho, nº 53, Centro, Diamantina, CEP 39.100-000

ROUSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre o Möckli, S., 1994. *Direkte Demokratie. Ein Vergleich der Einrichtungen und Verfahren in der Schweiz und in Kalifornien, unter Berücksichtigung von Frankreich, Italien, Dänemark, Irland, Österreich, Liechtenstein und Australien*. Bern: Haupt Verlag. s homens. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1985.

ROUSSEAU, Jean Jacques. O contrato social e outros escritos. São Paulo: Cultrix, 1965.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Ensaio sobre a origem das línguas. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Do contrato social. Ensaio sobre a origem das línguas. p. 20.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B. S. (org.). *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SALLES, Helena da Motta. *Gestão Democrática e Participativa*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES:UAB, 2010. 110.: II



SEBRAE. Políticas Públicas: conceitos e práticas. Belo Horizonte. 2008.

SELL, Carlos Eduardo. Introdução à Sociologia Política: política e sociedade na modernidade tardia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TATAGIBA, L. (2002). Os Conselhos Gestores e a Democratização das Políticas Públicas no Brasil. IN: DAGNINO, E. (org.) Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra.

TEIXEIRA COELHO NETO, José. Dicionário Crítico de Política Cultural. São Paulo: Iluminuras, 1997.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? Lua Nova, 2006, no. 67, p.191-228.

VENTURA, T. Notas sobre política cultural contemporânea. IN: Revista Rio de Janeiro, n.15 jan-abr, p. 77-89. 2005.

WEBER, Max, GERTH, Hans H. e MILLS, C. Wright. (1958), *From Max Weber: Essays in Sociology*. Oxford, Oxford University Press.

**Anexo I – Resumo das Atas****Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina - MG 01/02/2011**

As considerações sobre a ata foram as seguintes, últimas alterações na Minuta da Lei de Criação da Subcomissão de Patrimônio Cultural e Definição de instituições representantes. Foi indagado por um conselheiro que ainda estava pendente obras a porta da Igreja de Nosso Senhor dos Passos em Curralinho, no entanto foi informado que por falta de recursos teve que priorizar outras ações, mas que fariam o possível para possibilitar tal obra. Por fim, realizaram uma breve apresentação de como seria a proposta do Programa Monumenta (Programa federal executado pelo Ministério da Cultura do Brasil) e patrocinado pelo BID Banco Interamericano de Desenvolvimento que consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano em todo o Brasil. e análises a proposta e a possibilidade de adequação e envio para o FEC- Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais.

**Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina 29-03-2011**

Na presente ata foi informado que devido as chuvas ocorridas nos últimos dias, a estrutura da Igreja de Nosso Senhor dos Passos de Curralinho ficou comprometida e que diante de tal fato a mesma sofreu intervenção pelos próprios moradores que utilizaram cimento. No plano de ações para destinação de recursos a Igreja de Curralinho não estava previsto no orçamento para reforma do mesmo, porém devido às urgências na recuperação, o conselho propôs o tombamento provisório. Assuntos como o carnaval, despoluição visual e sonora, Festa do Divino e projeto contra incêndio foram debatidos. Foi salientado que a Festa do Divino foi apoiada pela Arquidiocese e que buscou recursos e mão de obra para ajudar na ornamentação das ruas. Os conselheiros relataram da importância da comunidade de Diamantina na participação das pessoas na ornamentação. No entanto, foi informado sobre a dificuldade em fazer as pessoas se envolverem em eventos realizados no centro de Diamantina, ficando sugerido uma escala de horário para não sobrecarregar as pessoas. Foi posto pela presidente que a Educação Patrimonial é necessária para o envolvimento das escolas nos eventos culturais de Diamantina e sugeriu em caráter experimental uma intervenção das escolas no evento Corpus Christi. Um conselheiro sugeriu uma parceria do IBRAM com a SECTUR.

Porém, foi vetado pela presidente do conselho salientando que deveria focar em projetos de despoluição visual e ainda contestou sobre os encontros bimestrais da Subcomissão de Patrimônio, alegando serem poucos em relação à demanda, sendo sugerido reuniões extraordinárias. Ao fim da reunião foi informado que a aprovação do decreto de despoluição visual foi essencial para reduzir as faixas e que esse ano o número de faixas foi reduzido em 100%.

**Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina  
31-03-2011.**

Segundo a ata o objeto de discussão foi o Andamento dos mini-fóruns para formação do Conselho de Cultura e informes gerais sobre o carnaval. No início da reunião foi relatado em relação à despoluição visual durante o Carnaval. Foi informado sobre a realização do projeto Pequeno Folião que ocorreu nas escolas municipais de Diamantina. Na reunião foi informado que haverá o lançamento do documentário sobre a história do Carnaval de Diamantina, a tradição dos blocos e que tem a intenção de exibi-lo para toda a comunidade. As cópias dos DVDs serão repassadas para os membros da Subcomissão e do Conselho Municipal, além dos blocos participantes os conselheiros fizeram observações da cidade e que é necessário focar em ações voltadas para Educação Patrimônio. Foi dada uma proposta de curso de animação gratuito e que osicineiros solicitaram somente alimentação, hospedagem e transporte e que o curso será voltado para crianças de 12 anos, podendo ser voltado para escola e que solicitará apoio da Secretaria de Educação. Os conselheiros concordam em liberar parte do recurso do Fundo, dizendo que tal atividade não foge das propostas do Conselho Municipal de Cultura. No entanto, concordaram desde que primeiramente acione instituições parceiras e tente patrocínio. Por fim foi posto para que os conselheiros divulguem e apoiarem na confecção dos tapetes para a semana santa.

**Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina -  
01-06-2011.**

A pauta teve como assunto a liberação de recursos do Fundo Municipal para Políticas Públicas. Informando sobre a necessidade de consulta ao Conselho Municipal de Cultura para liberação de recursos para a gravação de DVDs sobre o Carnaval de Diamantina no valor de

R\$410,00 (quatrocentos e dez reais); R\$25.000,00 para a Igreja de Curralinho R\$ 2.000,00 para compra de materiais para conservação das partituras encontradas em São João da Chapada. Muitas dúvidas referente como será a deliberação do recurso foram discutidas, sendo que o recurso do Fundo será passado diretamente ou terá alguma licitação. Sendo informado que será feita muita licitação dos usos dos recursos. Outras formas de diminuir os custos foram propostas referente a gravação de DVD. Sendo assim, todos concordaram com a liberação dos recursos do Fundo Municipal para Políticas Culturais para financiar os itens citados , exceto o dinheiro destinado ao pagamento de gravação que ficou suspenso, enquanto não busca alternativas de gravação. Portanto, o conselho aprovou a liberação total de R\$38.250,00 (trinta e oito mil, duzentos e cinquenta reais) do recurso do Fundo. Uma outra proposta foi feita para que os conselheiros que morassem nos outros distritos e para participarem das reuniões tivessem acesso ao recurso e o conselho aprovou.

**Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina  
03-06-2011.**

A reunião ordinária foi para discutir a seguinte pauta: Programa de Despoluição Visual. A presidente então iniciou informando que é necessário avançar na discussão da Despoluição Visual. Um conselheiro salientou que o Conselho de Cultura atualmente está em processo de transição do atual para o novo. Mostrando que era necessário retomar as discussões sobre o plano Diretor. Uma indagação importante foi posta sobre a diferença entre o Conselho de Cultura do Plano Diretor (CCPD) e a Subcomissão de Patrimônio, tendo como resposta que a Subcomissão tem maior representatividade e a Subcomissão possui maior representatividade, ela pode substituir o CCPD. Ficando decididas alterações na minuta do Conselho, pois havia previsto 3 anos e não 2 anos para o prazo da composição do Conselho de Cultura.

**Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina  
07-06-2011.**

De acordo com ata a pauta teve como assunto Regimento Interno, Importância do Conselho nas Políticas Culturais e Programa de Despoluição Visual. Tendo como objetivo da reunião era uma proposta para que o conselheiro de cultura entendesse a dimensão do consenso de potencialização de políticas dessas instâncias. Mostrando que no ano de 2010 ocorreu a

Conferência Municipal de Cultura para construção das políticas do Brasil e do município. Logo após ocorreu o Fórum Municipal de Cultura realizado no final de 2010 passado em que foi dedicado um espaço de tempo, aprovando o próprio mecanismo do Fundo Municipal de Políticas Culturais. A presidente do conselho relatou que a função do Setor de Patrimônio é de informar, sistematizar atas, convocar para as reuniões e que as demais deliberações são do Conselho de Cultura. Colocando em pauta que houve mudança na lei que constitui o conselho, que o Conselho era consultivo na lei e o conselho foi alterado para deliberativo, ele alterou as atribuições e competências, e ele está interligado com as Políticas Públicas do Fundo. Um outro assunto muito discutido foi que o antigo conselho foi feito por indicação do prefeito, sendo questionada a legitimidade do mesmo. Posto que pelo ICMS de 2010, Diamantina possui aproximadamente 500 mil reais anuais para investir em Políticas Culturais e preservação do patrimônio. E como um dos objetos da pauta o regimento interno foi informado que os próprios conselheiros podem fazer mobilizações referentes a cultura. Outro objeto da pauta o programa de despoluição visual de Diamantina, que vem desde a lei de despoluição visual até outros projetos de Educação Patrimonial e que o conselho deve participar mais e ser mobilizador, pois não estava sendo ativo e que precisavam trabalhar em conjunto.

#### **Ata da reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina 16-06-2011.**

Foi retomado novamente o assunto da reunião do dia 03 do mesmo mês para a pauta do Programa de Despoluição Visual. Expondo que era necessário avançar na discussão da Despoluição Visual que já havia sido manifestada em reunião, porque a área de abrangência da lei deverá ser ampliada. O assunto foi muito debatido e apresentou pela presidente do conselho que era necessário começar a ter mais rigor inclusive nas fiscalizações, pois há um aumento de demanda devido a comunidade acadêmica, inclusive avançar na cobrança de taxas de eventos para limpeza do ambiente urbano. Ficou estabelecido que todos os engenhos publicitários ou elementos de comunicação devam ser requeridos junto a Prefeitura Municipal de Diamantina e IPHAN. Foi inserido que o artigo que determina que os engenhos temporários de obras, obedeçam as exigências do CREA, porem estabelecer tamanhos de placas para todas as obras. Quanto aos cartazes foi estabelecido prazo de 15 dias para retirada, podendo ser renovado. Quanto à colocação de adesivos informando sobre a filmagem em

locais públicos voltados para o lado de fora, definiu que os locais devem indicar internamente, porem casos em que filma o ambiente interno ficará de analisar uma legislação específica. Quanto aos toldos deveriam obedecer a cor da fachada e se limitam a projeção da calçada. Porém na lei eles devem ser retirados, pois não contribui com a cidade. Foi definido que o beneficiário pelo engenho seja responsabilizado pela multa. Por fim ficou decidido que os comércios teriam 6 meses para adequar a lei, e abriram exceção ao prédio da União Operária pois os letreiros são incorporados aos prédios, sugerindo que analisasse outros na mesma situação.

**Ata de reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina  
28-06-2011.**

Na reunião deve a seguinte pauta, a formulação do regime interno do Conselho de Cultura e integração dos Novos Conselheiros. Sendo que nessa reunião foi decidido mudanças referentes ao nome do Conselho Municipal de Cultura para Políticas Publicas Culturais. Sendo discutido que quando a cadeira do conselheiro estiver vaga o suplente poderá então ser titular, ficando posto que o titular deverá cumprir o tempo determinando pelo regimento de 2 anos. Por fim, foi relatado que as obras da rampa da Igreja São Francisco de Assis é fruto do trabalho do Conselho Municipal de Cultura.

**Ata de reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina  
01-07-2011.**

Reuniram-se no Teatro Santa Izabel, os membros do Conselho atual e antigo e a Subcomissão de Patrimônio para a reunião extraordinária para discutir a seguinte pauta, Programa de Despoluição Visual. Necessitando a construção do Programa de Despoluição Visual e assim ter a contribuição do Conselho de Cultura para implementar a lei. E para que haja uma efetivação e resultados concretos da despoluição deram o prazo até o ano de 2012 e que pode perceber que não teve a divulgação da lei de despoluição para a sociedade diamantinense. Por fim, foi relatado que os novos conselheiros fossem nomeados a parti de Julho e foi salientado que era necessário o apoio dos conselheiros para atualizar o Plano Diretor de Diamantina. O Plano deve ser analisado de 5 anos em 5 anos, e já tinham passado 12 anos referente a dada da reunião e nada tinha feito sobre o assunto debatido. Um relato importante feiro pelo presidente do conselho foi que existiu uma denuncia para a retirada de Diamantina como

Patrimônio da Humanidade por causa da Serra dos Cristais e que o conselho seria importante para articulações relatando que toda cidade está passível de perder o título.

**Ata de reunião do Conselho Municipal de Políticas Públicas Culturais de Diamantina 15-08-2011.**

A reunião teve como pauta a reapresentação da proposta de incentivo ao projeto de seresta, aprovação de liberação de recursos do fundo de cultura para apoio a projetos culturais e informações sobre a posse do conselho e formato. As propostas foram apresentadas da seguinte maneira apoio ao projeto que consiste na realização de entrevistas com as pessoas conhecidas envolvidas com a seresta em Diamantina no valor previsto de R\$5.250 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais), gravação dos CDS R\$ 4.750 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) e R\$5.000,00 (cinco mil reais) para exposição, totalizando R\$15.000,00 (quinze mil reais). No entanto só foi aprovado a liberação do valor de R\$4.750,00 (quatro mil, setecentos e cinquenta reais) para confecção do material gráfico do CD de seresta. No final da reunião foi posto que a organização da Festa de Nossa Senhora do Rosário solicitou R\$ 3.000,00 para a realização sendo aprovado pelos conselheiros com os recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais.

**Ata de posse do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Diamantina-MG 18/08/2011.**

Foi mostrado na ata que durante os dois anos de gestão entre 2009 e 2011, os conselheiros ficaram nos bastidores, ou seja, não difiram muita divulgação. Mas que queriam criar um processo de reestruturação do Conselho, estudando novos modelos de políticas culturais para o município e que trabalhassem para garantir um novo conselho com novos instrumentos jurídicos e que fosse mais amplo, divulgado e democrático. Membros que compunham o Conselho durante o biênio 2009 e 2011; Cícero Teixeira Silva, representante da Câmara Municipal de Diamantina, Marta Eloina de Almeida, representante da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Juventude, Rita de Cássia Lopes Silva, representante da Secretaria Municipal de Educação, Luciana Ávila, representante do Conservatório Estadual de Música Lobo de Mesquita, Werlen Fonseca Vieira, representante da Casa Real, Edison Soares de Oliveira, representante da Banda Mirim Prefeito Antônio de Carvalho Cruz, Ivone Aparecida Silva, representante da Associação Diamantina Sempre Viva, Márcia Betânia Oliveira Horta,

representante da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, Marcelo Tibães, representante do Instituto Bateia, Silvio Diogo, representante da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Sendo mostrado que o Conselho de Cultura tem um papel importante como instância máxima do município para trabalhar políticas culturais e que é muita responsabilidade fazer a gestão do Fundo de Cultura. Sendo reforçado sobre a importância do Conselho de Cultura dar espaço para a comunidade para debater e sugerir junto com o poder público proposta de melhoria no cenário cultural, o que pode ver que ainda precisava muito ser debatido sobre as propostas de melhorias. Foi novamente salientado sobre os programas de repasse integral dos recursos do ICMS Cultural para o Fundo Municipal de Políticas Culturais e algumas ações que estão sendo desenvolvidas como, Plano de Preservação do Patrimônio, aprovação do Plano Diretor, programa de Despoluição Visual no centro histórico e Programa de premiação da iniciativa privada. Foi informado que contou com o apoio da câmara dos vereadores para aprovação da minuta lei de criação do Conselho Municipal de Políticas Culturais, lei 3635/2011. Serão compostos por 16 segmentos de vários setores da comunidade, sendo que possui somente 2 representantes da Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio. O processo de reestruturação do conselho ocorreu desde 2009 com a realização da Conferência Municipal de Cultura, aprovação do repasse integral do ICMS Cultural, reelaboração e aprovação do Fundo Municipal de Políticas Culturais lei nº. 090/2010 com o objetivo de financiar as políticas públicas municipais de cultura. Os novos membros assinaram o termo de posse e comprometeram a participar do Conselho Municipal de Políticas Culturais no período de 2 anos período esse de 2011 a 2013.

**Ata de posse do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Diamantina-MG  
15/09/2011.**

Segunda a ata a pauta teve como seguintes assuntos: Solicitação de Representação do IPHAN na composição do atual Conselho feita pelo Monumenta ( programa estratégico do Ministério da Cultura); Apresentação da proposta de Seminário do Conselho de Cultura (universitário e de cultura); Apresentação de demanda de execução de despesa pelo fundo; participação e articulação dos segmentos; definição de agenda para reuniões ordinárias do Conselho; meio de difusão de informações dos encaminhamentos do Conselho; definição de grupos de trabalho para este semestre. Foi realizada a apresentação dos novos conselheiros e informado sobre a demanda no valor de R\$512,00 para pagamento da confecção de 400 panfletos a ser



distribuído no comércio e para a população em geral sobre o Seminário “O Carnaval que Queremos”. Muitos conselheiros relataram a dificuldade em construir um forte relacionamento de desenvolvimento com seus segmentos e a presidente informou que deve-se formar estratégias para conseguir apoio dos grupos culturais, ficando decidido que as reuniões seriam sempre nas terceiras sextas-feiras de cada mês.

#### **Ata de reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Diamantina-MG 20-10-2011.**

Segundo a ata a pauta teve o seguinte tema pauta: Logomarca do Conselho, Festival de Cultura de povos tradicionais, Fórum de Educação Patrimonial, Programa Monumenta, Seminário do Conselho Municipal de Políticas Culturais e Conselho de Cultura de Extensão e liberação de recursos do Fundo Municipal de Políticas Culturais. No primeiro momento apresentou aos conselheiros os modelos das logomarcas para escolha e que será utilizado como identidade do Conselho. No segundo momento a presidente do conselho informou, que as reuniões do Conselho Municipal de Políticas Culturais foram marcadas na última reunião para as penúltimas sextas-feiras de cada mês, mas a reunião foi antecipada em 01 dia e acredita que a data deve ser revista para garantir a presença de maioria dos conselheiros, pois nas sextas-feiras é véspera de fim de semana e muitas pessoas ficam comprometidas com eventos e outras demandas. No terceiro momento foi explanado sobre a realização do festival das comunidades tradicionais com o tema o aspecto cultural, direito e território e uma pequena explanação histórica sobre a localização das comunidades da Mata dos Crioulos, Vargem de Inhaí e de trabalhos que ocorreram nestes lugares, mas que não tiveram continuidade. Disse que a região é muito procurada devido a cultura negra, inclusive gravação do filme “Terra deu, Terra Come” e que se deve atentar para as questões de reconhecimento cultural e direitos das comunidades quilombolas. Ficando definido que o tema era Festival de Cultura das comunidades tradicionais: identidade, direito e território. Sendo sugerido que fosse liberado para realização deste evento o valor de R\$20.000,00 (vinte e mil reais) considerando diárias, alimentação, transporte dos convidados para o evento, material gráfico e demais despesas. Os conselheiros discutiram muito em relação a liberação deste valor, mas todos concordaram com a liberação. No quarto momento o IPHAN foi incluso dentro da composição do Conselho Municipal de Políticas Culturais, mas para apoiar as questões referentes ao Programa Monumenta. E por fim discutiram questões sobre o Festival de

Inverno de forma que a comunidade diamantinense seja inclusa no evento e que ocorrerá o I Encontro do Conselho de Cultura de extensão e do Conselho Municipal de Políticas Culturais que conta com a participação de todos os conselheiros. No final da reunião foram liberados para o terreiro de Candomblé Mamãe Oxum o valor de R\$2.000,00 para realizar um evento com recursos via ao Fundo Municipal de Políticas Culturais.

**Ata de reunião do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Diamantina-MG 27-10-2011.**

A reunião teve como objeto eleição dos bens tombados que serão revisados e terão seus dossiês refeitos. Os membros presentes elegeram novos bens passíveis de tombamento e registro e os seguintes bens para atualização dos dossiês: Imagem de Santana Mestra, Estação de Conselheiro Mata, Cemitério de Mendanha, Seminário de diamantina, Cachoeira de Santa Apolônia e Pão de Santo Antonio. Foram relacionados novos bens, para tombamento, sendo eles: Capela de Macacos e Capela de Curralinho, o acervo de jornais da Casa da Cultura e as partituras da Banda Santa Cecília de São João da Chapada. Foram indicados os seguintes temas para registro: Comunidades Quilombolas – Mata dos Crioulos, Quartel do Indaiá e Vargem do Inhaí, bloco de carnaval Sapo Seco e as Serestas. Observação até os dias de hoje esses dossiês estão sendo realizados.

**Ata Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura e da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural de Diamantina 27-03-2012.**

A ata possui como pauta o Planejamento do ano de 2012, cadastro cultural edital de rede de pontos a Lei de Criação do Programa de apoio a Eventos e Festas tradicionais e Lei do Sistema Municipal de Cultura. Discussões foram realizadas sobre o ano de 2011, servidores da prefeitura da gestão relataram na ata que seria difícil esclarecer em relação a tesouraria por teria que ter representantes dos seus setores. Na ata foi relatado que são atribuições da Câmara Setorial e do Conselho de Cultura acompanhar a movimentação do fundo e os questionamentos poderiam ser feitos a qualquer época do ano, mas para ter respostas era necessário os relatórios financeiros e exposição de setores diversos sobre a utilização dos recursos do fundo, o que na pauta não estava previsto a utilização de recursos do Fundo. Foi relatada a parceria sobre a concretização do Projeto Educação Patrimonial, ressaltando a

participação do Secretario de finanças. Representante da Coordenadoria de Patrimônio apresentou propostas para 2012 que contempla o Patrimônio Material e Imaterial de acordo com as deliberações do IEPHA para intervenções no cemitério dos escravos em Mendanha, Licitação de Projetos Arquitetônicos aos Bens Tomados em Diamantina por meio de empresas terceirizadas e informou os monumentos tombados pelo município: Seminário, igreja da Sopa, Pão de Santo Antônio, Imagem de Santana Mestra, Clube Social, Estação Ferroviária e Cemiterio dos Escravos. Foi comentado sobre a despoluição Visual, informando a conscientização em varias instâncias, foi informado as políticas públicas para promover a Igualdade Racial. Em relação ao Patrimonio Imaterial foi conceituado o Projeto de Sineiro e resgate do toque de sinos. Foi realizada proposta da SECTUR para atualização do cadastro cultural para manter e atualizar o banco de dados de artistas, produtores, técnicos, grupos artísticos e equipamentos culturais do município de Diamantina.

#### **Ata Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura e da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural de Diamantina 24-04-2012.**

Na ata teve como pauta o Planejamento do ano de 2012 e a prestação de conta de 2012. Voltando o assunto da última pauta esclareceu aos representantes dos conselhos as demandas sobre as prestações de conta através dos extratos da conta do Fundo de reunião do Conselho, justificando os projetos e ações que não puderam ser realizadas e sobre as dificuldades de se realizar as gestão financeira de tais recursos. Foi relatado que tiveram recursos de projetos aprovados pelo conselho municipal de políticas públicas culturais, I Encontro das Comunidades Quilombolas valor R\$ 20.000, Porém o recursos não foi utilizado com recursos do FMPC, saindo por conta da prefeitura. Um conselheiro propôs desenvolver a história oral com o garimpeiros, mas que não chegou a ser realizado devido a disponibilidade financeira.

#### **Ata Extraordinária da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural 30-05-2012.**

Teve a seguintes pautas revisão dos dossiês de tombamento e abertura do processo de registros de bens imateriais, programa de investimentos em bens tombados, processo de comunidades de Macacos e Conselheiro Mata e processo de intervenção no cemitério dos escravos em Mendanha. Foi relatado que os conselheiros receberam documentos para revisão dos dossiês de tombamento do Seminário e do Clube Social Praça dos Esportes para

conhecimentoe solicitou que apreciassem o material e contribuísse com fotografia e documentos importantes. Foi apresentado o livro de registro do patrimônio imaterial, o que oficializou a abertura dos registros dos bens imateriais. Registrando os seguintes bens imateriais: dança chula do Quartel do Indaiá, serestas, sapo seco e comunidades quilombolas. Ficou reforçado o apoio as festas tradicionais reforçando eventos de cunho religioso como Semana Santa e Corpus Christi passíveis de apoio financeiro do Fundo Municipal de Políticas Culturais. Foi relatado o inicio do cadastro cultural que tem como objetivo identificar os agentes da cultura existentes no município, bem como equipamentos e espaços culturais. Foram apresentadas propostas para o plano de trabalho para Igreja de Santa Rita nos distritos de Sopa e da recuperação do cemitério dos escravos no distrito de Mendanha bens tombados pelo município. Foi mostrado o projeto de reestilização das casas de conselheiro mata que foi encaminhado pela associação dos moradores.

#### **Ata Extraordinária da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural 01-06-2012.**

No assunto da pauta foi revisão de dossiês de tombamento, abertura dos processos de registros de bens imateriais, programa de investimentos em bens tombados, processos das comunidades de Macacos e Conselheiro Mata e processo de intervenção no cemitério dos escravos em Mendanha, finalizando com o apoio a eventos e informes. Foi relatado que a revisão dos dossiês e que só acontece por meio da deliberação normativa do IEPHA para o atendimento aos requisitos para a pontuação do ICMS Cultural. Apresentou-se o livro de registro do patrimônio imaterial, oficializando a abertura do registro dos bens imateriais. Diamantina teve a lei de proteção imaterial aprovada e a mesma institui o Registro de Bens Imateriais.

#### **Ata Extraordinária da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural 23-08-2012.**

A pauta relatou os seguintes assuntos pontuação do ICMS Cultural, esclarecimentos sobre a política estadual para a preservação do patrimônio cultural, discussão sobre propostas do Projeto Arquitetonico no entorno da Edificação do Pão do Santo Antônio e informes em geral. Sendo decidido que o conselho de cultura agende uma reunião com a vesperata para promover tal diálogo. Apresentando o ICMS Cultural do município de Diamantina que não foi a pontuação desejada. O conselho recebeu propostas de intervenção de tombamento do Pão do

Santo Antônio que aguarda aprovação do IEPHA. Juntamente com o setor de patrimônio cultural dará prosseguimento as propostas e diretrizes de intervenção já considerando a construção do anexo, bem como todo procedimento para a complementação dos documentos exigidos no CONEP.

#### **Ata Extraordinária da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural 10-10-2012.**

Na pauta teve como objeto a Aprovação de alteração da lei que cria o fundo de preservação do patrimônio cultural, proposta de minuta de lei de incentivo tributário aos bens tombados, apresentação do Projeto EDUCAR (Educação Patrimonial), proposta de alteração do cronograma de inventário de bens culturais do município, plano de aplicação de recursos do Fundo de informes gerais. No primeiro momento foi levantado o questionamento pelo representante da UFVJM que abordou com o inciso IX do artigo 5º diz que o fundo de preservação receberá os recursos de forma integral dizendo que no seu entendimento cada fundo municipal de políticas culturais e fundo de preservação de patrimônio cultural deve cada um receber 50% dos investimentos, tendo probabilidade de alteração. Após discussão houve alteração na redação do fundo de preservação do patrimônio, reforçando 50% dos recursos sejam destinados a preservação. Após a discussão sobre o fundo de preservação do patrimônio cultural, passou-se a analisar sobre o incentivo a proprietários de imóveis tombados pela lei municipal, foi informado que o objetivo da lei é equilibrar os impactos negativos atribuídos ao tombamento. Valorizando os aspectos culturais do bem protegido, como compensação financeira e promover o incentivo a conservação dos bens tombados no município. No segundo momento a proposta de execução do projeto educar. Informou que o município optou pela adesão ao projeto educar que é uma proposta de educação patrimonial do IEPHA, apresentada na deliberação normativa. Por fim, foi apresentada a proposta de alteração do cronograma do plano do inventário pois colocaram alguns empecilhos na concretização do prosseguimento do cronograma, tendo em vista isso foi aprovado um novo cronograma.

**Ata Extraordinária do Conselho Municipal de Cultura e da Câmara Setorial de Patrimônio Cultural de Diamantina 18-10-2012.**

Foram discutidas as seguintes pautas a aprovação do fundo de preservação do patrimônio e revisão e aprovação do fundo municipal de políticas culturais. Foi explanado que o fundo de preservação deve ser consolidado para se interpretar outras ações que a lógica de operação dos recursos do ICMS seja realmente destinados aos fundos. Diante das discussões a respeito do tema foram alteradas as seguintes redações referente; ao artigo 1º define o objetivo do fundo retirando-se as ações voltadas especificamente para a preservação do patrimônio cultural e direcionado as mesmas para o fundo de preservação do patrimônio. As alterações do fundo de políticas culturais foram aprovadas com unanimidade. Ficando aprovado também por unanimidade a aprovação do fundo de preservação do patrimônio cultural.

**Anexo II – Resumo da Legislação****Lei Complementar Nº 90 de 22 Novembro de 2010. Fundo municipal de políticas culturais e dá outras providências.**

Na lei é relatada a importância das políticas públicas municipais, as aplicações dos recursos referentes ao Fundo Municipais de Políticas Públicas Culturais. O Fundo Municipal de Políticas Culturais dá-se por meio das dotações orçamentárias municipais e toda análise será realizada pelo conselho municipal de cultura.

O objeto do Fundo Municipal de Políticas Culturais-FMPC é apoiar o desenvolvimento cultural do município e distrito de Diamantina –MG, com o apoio dos membros do Conselho Municipal de Cultura-CMC.

As receitas são constituídas de dotações orçamentárias que são destinadas ao poder executivo, repassados e recebidos pelo Município a título de ICMS Cultural. O depósito e movimentações bancárias são específicos para conta da SECTUR/Fundo Municipal de Políticas Culturais-FMPC.

O gestor tem como função submeter ao Conselho todas as diretrizes para deliberações referente ao Plano Municipal de Políticas Culturais, tendo que elaborar programas plurianuais juntamente com o conselho, os programas aprovadores serão custeados pelo Fundo Municipal de Políticas Culturais, tendo uma comissão técnica para aprovar, reprovar ou propor no

projeto e aprovado sem nenhuma alteração será encaminhado a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio para liberação dos recursos.

O fundo municipal de políticas culturais –FMPC deve prestar todas as contas para o Tribunal de Contas, os relatórios das atividades de receitas e despesas serão apresentadas semestralmente a Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio. Tendo a extinção do Fundo Municipal de Políticas Culturais-FMPC os recursos públicos serão incorporados a secretaria.

Criado pela lei nº. 3.281/2007 e modificada pela Lei complementar nº.090 de 22 de novembro de 2010, com o objetivo de financiar as políticas públicas municipais de cultura, bem como as ações de preservação, resgate, valorização, promoção e conservação do patrimônio histórico, cultural, material e imaterial protegido de Diamantina.

**O Cadastro Cultural do Município de Diamantina-CCM fica criada como ferramenta de cidadania ligada a cultura, nos segmentos das artes e patrimônio cultural.**

O Cadastro Cultural do Município de Diamantina-MG é um instrumento de reconhecimento da cidadania cultural e de gestão das políticas públicas municipais de cultura instituídos pela lei que criou o Fundo Municipal de Políticas Culturais no ano de 2010.

O cadastro organiza e disponibilizam informações sobre os diversos fazeres culturais da cidade, bem como sobre seus espaços e fruidores. Esse mecanismo reúne dados qualitativos e quantitativos sobre a realidade cultural do município, viabilizando a pesquisa, a divulgação, a busca por informações culturais, a contratação de artistas e serviços de entidades culturais, além de auxiliar o planejamento e a avaliação das políticas culturais do município.

O cadastro tem a função ainda, de identificar agentes, comunidades e entidades, até então não incluídas nas políticas culturais do município, além de regulamentar o acesso a fontes de financiamento das atividades culturais. O cadastrado tem o reconhecimento de sua atuação na área cultural, ganhando maior visibilidade e potencializando a divulgação do seu talento. Estando ainda habilitado a inscrever estando ainda habilitado a inscrever projetos para concorrer nos mecanismos de financiamento, Cultural e o Fundo Municipal de Cultura.

No cadastro toda e qualquer pessoa física residente em Diamantina-MG, desde que comprove a sua atuação na área cultural. Os Diamantinenses que atuam na cultura, mas moram em outras cidades, estados e países também têm este direito. O cadastro também deve ser feito por pessoas jurídicas legalmente registradas, localizadas e atuantes na área cultural em

Diamantina-MG há, no mínimo, um (1) ano. Além disso, podem ser cadastrados espaços culturais como: teatros, salas de cinema, centros culturais, casas de leitura e escrita, bibliotecas, escolas de arte, locais de interesse turístico, galerias de arte, pontos de exposição e comercialização de produtos e bens culturais, entre outros. Esse cadastro não foi implementado até os dias atuais.

### **Decreto N°316 de 21 de junho de 2013 Conferência Municipal de Cultura de Diamantina.**

O decreto de conferência municipal de cultura tem como plano a discussão e cultura Diamantinense referente a produção simbólica, participação social e cidadania. Sendo seus objetivos propor estratégias para a implementação dos Sistemas Nacionais, Estaduais e Municipais de cultura do Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais.

O tema geral da Conferência Municipal de Cultura foi Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Municipal de Cultura, na organização da gestão e no desenvolvimento da cultura local, estadual e nacional, conforme definido no Artigo 2º do Regimento Interno da 3ª Conferência Nacional de Cultura.

A Conferência Municipal de Cultura aconteceu por meio de debates, apresentações e palestras com o objetivo de mobilizar e propor estratégias, sobre as propostas e diretrizes referentes à cultura do município.

### **Termo de Abertura do Livro de Atas do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Públicas Culturais de Diamantina.**

O livro contém 100 folhas e serve como registo das atas municipais do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina- MG.

A primeira proposta foi ter conseguido incluir no documento final, propostas relacionadas ao fomento financeiro e à capacitação de gestores culturais, tendo como foco principal proporcionar ao Agente Cultural autonomia e a consequente liberdade para gerir seu fazer cultural.

A segunda conquista foi, depois de uma intensa batalha, eleger o Conselheiro Cláudio J.A Rocha com Delegado Estadual para continuar lutando por estas propostas na III Conferência Nacional de Cultura. Desta maneira, é importante garantir a presença de Diamantina, Patrimônio Cultural da Humanidade, na elaboração da Política Nacional.



Diamantina mais uma vez se fez presente na história política cultural. Momento de formatação e formalização dos caminhos de cultura, marcando atuação com voz, voto e ações efetivas. Os trabalhos que se iniciaram na III Conferência Municipal de Cultura de Diamantina, culminaram na priorização de metas para o Plano Nacional de Cultura.

**Decreto nº 0613 de 29 de novembro de 2013 Institui o Regime Interno do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais em Diamantina.**

No decreto é relatado o local das reuniões do conselho e tem como principal ponto promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural e Preservação do Patrimônio Cultural. Mostrando que a função do conselheiro não é remunerada, mas tem grande relevância para a sociedade.

De acordo com o decreto os conselheiros reúnem uma vez por mês e extraordinariamente quando convocado pelo presidente ou seja pela maioria absoluta de seus membros. As datas, local e hora das reuniões ordinárias serão feitas por email ou ofício e quando necessário por telefone, sendo realizadas com a presença de maioria simples dos membros efetivos podendo ser representados pelos suplentes em quórum mínimo.

**Termo de Compromisso e Posse dos Membros do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina.**

Os representantes eleitos e indicados para cadeira de titular e suplentes do Conselho Municipal de Cultura de Políticas Culturais de Diamantina declaram no termo a vontade, responsabilidade e compromisso de exercerem todas as atividades velando assim pelas políticas de preservação do patrimônio cultural e das políticas culturais.

**Lei nº3828 -Alterações na Legislação do Conselho.**

Segundo o texto o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Políticas Culturais de Diamantina é um órgão deliberativo, consultivo, deliberador e fiscalizador das ações culturais e de proteção do Patrimônio Cultural do Município. Sendo a participação democrática dos vários segmentos da sociedade que integram a ação cultural e a Preservação do Patrimônio Cultural do Município.

**Lei 2824 de 25 de março de 2003. Estabelece as normas de proteção do patrimônio cultural do município de Diamantina e seu respectivo procedimento.**

Na lei dispõe sobre o tombamento da Capela Sagrado Coração de Jesus na comunidade de Macacos e fica tombada a capela Sagrado Coração de Jesus, localizada na comunidade de Macacos, distrito de São João da Chapada, município de Diamantina, por seu valor artístico, cultural e histórico.

Esse bem cultural de que se trata este decreto fica sujeito as diretrizes de proteção estabelecida pela lei não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e aprovação da Coordenadoria de Patrimônio Cultural de Diamantina.

**Decreto N° 104 de 01 de Março de 2012 que nomeia conselheiros para comporem o conselho municipal de políticas culturais de Diamantina.**

**Termo de Compromisso e Posse dos Membros do Conselho**

O termo os representantes dos setores do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada nomeados pelos conselheiros pelo Decreto N° 361- 13/07/11 para ocuparem cadeiras de titular e suplente do Conselho Municipal de Políticas Culturais declararam assim a vontade de tomar posse, prestando o compromisso de exercer com probidade de cumprir, fielmente todos os deveres que forem atribuídos, velando para preservação do patrimônio, ações de proteção e manutenção de ações culturais, formatação de projetos, leis e programas voltados para o engrandecimento do município cultural.

**Decreto N° 008, de Janeiro de 2012.**

O decreto é sobre a proteção do patrimônio imaterial, instituindo o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural diamantinense, cria o programa municipal do patrimônio imaterial e dá outras providências. É importante que essa lei tenha ampla divulgação e promoção

**Fundo Municipal de Políticas Culturais- Lei Complementar N°90 de 22 de Novembro de 2010.**

O Conselho Municipal de Cultura foi criado pela lei nº. 2414 de 09 de maio de 1997 e alterada no ano de 2011 (lei nº. 3635/11) como forma de incentivar o acesso democrático e participativo de toda a comunidade de diamantinense nos assuntos referentes às políticas públicas culturais. Entendendo que a antiga lei limitava-se à funcionalidade de tal conselho como órgão consultivo. Além do mais vários atores culturais de diversos segmentos em Diamantina puderem por meio do I Fórum Municipal de Cultural eleger seu representante de forma democrática e legal. A lei atual institui um Conselho Municipal de Políticas Culturais com caráter além de consultivo, fiscalizador e deliberativo.

Toda a movimentação e aplicações dos recursos são deliberadas pelo Conselho. O controle financeiro seguem ao Regimento . - O Fundo Municipal de Políticas Culturais - FMPC ficará vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio, sendo o secretário da referida pasta o seu gestor.

As aplicações das receitas são vinculadas a dotações orçamentárias do Município. A gestão do Fundo Municipal de Política obedecerá todas as normas do Conselho decorrentes da legislação. O Conselho tem o poder de supervisionar todas as aplicações dos recursos, é importante que conselheiros estejam a par de todas as demandas para que ocorra de maneira satisfatória as deliberações e fiscalizações.

**I Encontro Cultural das Comunidades Afrodescendentes de Diamantina: Identidade, Território e Direitos. O evento teve como objetivo reflexões para as comunidades afrodescendentes.**

As discussões relataram o eixo da construção da identidade dos povos quilombolas, das atividades de trabalho desenvolvidas pela comunidade e sua relação com o meio- ambiente, da participação das comunidades quilombolas do município na busca de seus direitos, das políticas públicas e a organização política das comunidades quilombolas.

Os participantes enfatizaram os processos de certificação e de identidade das comunidades afrodescendentes. O Programa Brasil Quilombola, o que reforçou a amplitude da relação do quilombola com a terra, mostrando que da terra irradiam relações de natureza social e cultural, e não simplesmente econômicas. Foram discutidas questões da relação das unidades de conservação e dos territórios de comunidades quilombolas, reflexões foram feitas sobre direitos e deveres de ambas as partes e como transitam estas questões dentro do campo jurídico.

As propostas de viabilização foram:

- 1 -Buscar estabelecer diálogo com a gerência das unidades de conservação.
- 2- Elaboração de um projeto de área para extrativismo.
- 3- Como incorre multas sobre notificações de crime ambiental, o município deve fazer um estudo social, apresentando a impossibilidade do pagamento, via promotoria para o Instituto Estadual de Floresta.
- 4-Continuidade da atividade da mineração deve acontecer através da organização das cooperativas

### **Das Sessões Plenárias**

O Conselho no período da gestão teve sessões ordinárias, podendo reunir-se extraordinariamente por convocação de seu Presidente ou em atendimento a requerimento da maioria simples dos conselheiros no exercício da titularidade.

As convocações para as sessões plenárias ordinárias, com as matérias constantes da Ordem do Dia, serão enviadas por via postal regular e/ou eletrônica, para os conselheiros titulares e suplentes, respeitando-se o prazo mínimo de antecedência de 7 (sete) dias, exceção feita para as sessões extraordinárias.

Todas as convocações deverão ser obrigatoriamente publicadas no órgão oficial do Município de Diamantina. O Plenário do Conselho deveriam reunir por lei , ordinariamente, uma vez por mês, de acordo com calendário previamente aprovado e, extraordinariamente, mediante convocação de seu Presidente ou por requerimento subscrito pela maioria simples de seus conselheiros no exercício da titularidade.

Sendo obrigatório o comparecimento dos conselheiros às sessões ordinárias e extraordinárias convocadas pela Presidência. Os membros suplentes substituirão os conselheiros titulares em suas ausências e afastamentos temporários, mediante comunicação prévia dos últimos.

Nas reuniões fora exigida, em primeira chamada, a presença da maioria simples dos membros para a instalação do Plenário. Caso não haja a presença da maioria simples dos membros, em primeira chamada, será feita uma segunda chamada após 20 (vinte) minutos, em que a instalação do plenário será feita com o número de presentes.

As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples de votos dos presentes. Sendo respeitada com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas para as convocações de sessões extraordinárias.

As sessões do Conselho serão públicas, ressalvados os casos de matéria sujeita a sigilo ou por solicitação de algum membro, cabendo ao Plenário deliberar previamente a respeito.

As sessões do Plenário serão presididas pelo Presidente, que em sua ausência ou impedimento foi substituído pelo Vice-Presidente, sendo que, no caso de ausência ou impedimento de ambos, o Plenário escolherá um conselheiro para conduzir a sessão do dia.

A sequência das Atividades exercidas nas reuniões dos Conselhos:

- I - verificação das presenças do Presidente e do Vice-Presidente e, na hipótese das ausências, promover a escolha de um conselheiro para conduzir os trabalhos;
- II - verificação das presenças do 1º Secretário e do 2º Secretário e, na hipótese das ausências, promover a escolha de um conselheiro para secretariar a sessão;
- III - leitura, votação e assinatura de ata da sessão anterior;
- IV - expediente, com comunicações ou informes da presidência e dos membros;
- V - Ordem do Dia, compreendendo a apresentação, discussão e votação das matérias;
- VI - encerramento.

Art. 27. A votação poderá ser simbólica, nominal ou secreta e cada conselheiro no exercício da titularidade terá direito a um voto.

§ 1º - O Presidente exercerá o direito ao voto nos termos do inciso III do art. 13.

§ 2º - Os votos divergentes poderão ser expressos na ata da reunião, a pedido dos membros que os proferirem, com as devidas justificativas.

As decisões do Plenário serão formalizadas por meio de Deliberações, que deverão ser publicadas no órgão oficial do Município. Para cada sessão plenária, a Secretaria Executiva lavrará uma ata, com exposição sucinta dos trabalhos e das deliberações, que será assinada pelos membros presentes e devidamente arquivada.

Objetivos e atribuições:

O Conselho Municipal de Cultura de Diamantina tem por objetivo promover a participação democrática dos vários segmentos da sociedade, visando garantir o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar as valorizações e difusões da manifestações culturais.

### **Lei Municipal Nº2824 de 25 de Março de 2003, estabelece normas de proteção do Patrimônio Cultural no Município de Diamantina**

No decreto fica estabelecido a proteção na capela Sagrado Coração de Jesus, localizada na comunidade de Macacos, distrito de São João da Chapada, município de Diamantina, por seu valor artístico, cultural, histórico.

O bem cultural de que se trata este decreto fica sujeito às diretrizes de proteção estabelecida pela Lei Municipal nº 2824 de 25 de março de 2003, não podendo ser destruída, mutilada ou sofrer intervenções sem prévia deliberação do Conselho Municipal de Políticas Culturais e aprovação da Coordenadoria de Patrimônio Cultural de Diamantina.

### **II Encontro de Cultura das Comunidades Afro Descendente: Sou Comunidade Tradicional**

Objeto do evento foi a contemplação nas palestras com temas voltados para a importância da manutenção da cultura quilombola e os direitos do segmento, além de oficinas, mostras de cinemas, gincanas e manifestações culturais.

### **Plano de Inventário de Diamantina**

O plano de Inventário só foi criado no ano de 2011. O Plano de Inventário é um conjunto de documentos necessários à execução do Inventário, composto por informações básicas sobre o município (história, mapas, fotos antigas e atuais), caracterização de áreas a serem inventariadas com abrangência para todo o território municipal, etapas e cronograma de execução, além dos critérios adotados para identificação dos bens culturais a serem inventariados, orientados pelo disposto no Art. 216 da Constituição Federal.

Diamantina teve seu primeiro plano aprovado em 2010, sendo que os bens culturais deverão ser inventariados até o ano de 2026.

### **Planos e Programas Criados Nesta Gestão**

Nos anos de 2009 a 2012 teve elaborações de planos pilotos programas sendo:

**Plano de preservação do patrimônio de Diamantina:**

Criado em novembro de 2010 contém diretrizes de preservação, áreas de atuação do setor no município, de forma a subsidiar as ações de preservação do patrimônio pela Coordenadoria de Patrimônio Cultural, por meio de uma política de proteção e valorização do nosso patrimônio, capaz de dar a sua devida importância estratégica para o desenvolvimento social e econômico do município. No entanto, o plano nos dados analisados não teve continuidade.

**Plano de Educação patrimonial:**

Criado em 2010, é composto por dois programas, um para ser executado no distrito sede e outro para os demais distritos. Os programas possuem público alvos distintos, considerando que o distrito sede de Diamantina possui os complexos tombamentos do IPHAN e o reconhecimento da UNESCO que implica em normas específicas para sua manutenção.

Ambos os programas tem como principal objetivo aproximar a comunidade local do patrimônio cultural, criando em seus moradores uma apropriação pelo patrimônio e ações de sensibilização para importância da preservação do patrimônio cultural.

A realização desse plano seria de grande importância a continuidade, nas reuniões realizadas pela gestão atual o plano ainda está sendo aplicado, mas com mudanças nas diretrizes.

**Programa de Despoluição Visual:**

O patrimônio arquitetônico urbano de Diamantina tem lugar destacado e é objeto de desenvolvimento econômico no município, pelo poder atrativo e que se manifesta através do turismo e de outras ações que possibilitam a utilização da cidade e região como cenários de filmes, novelas, fotografias e etc.

A menção do título de patrimônio da humanidade, às vezes é conflitivo, em outras, demonstram o sentimento de excepcionalidade e de distinção, ou como recurso político de defesa do patrimônio, quando algum bem está ameaçado.

O programa de despoluição visual tem como objetivo criação de ações de promoção do patrimônio cultural e de preservação do patrimônio edificado. No ano de 2011 foi criada a lei de despoluição visual em Diamantina, como projeto piloto.

Esta lei padroniza o uso de publicidade no centro histórico com objetivo de reduzir a poluição visual do município. Muito foi debatido sobre esse programa e em muitas reuniões do conselho, os membros relataram que se diminuiu muito a poluição visual por mecanismos impostos com o programa.

### **Plano de Medidas de Salvaguarda (2012):**

Considerando a necessidade de salvaguardar este precioso acervo que o município detém, a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio, por intermédio da Coordenadoria de Patrimônio Cultural desenvolveu o Plano de medidas de salvaguarda, para a gestão de seu patrimônio.

Considerando que os sinistros podem acontecer a qualquer hora e em qualquer lugar, a prevenção permite que a instituição pense e se prepare antes do acontecimento, além de funcionar como um contra-ataque ao desastre e que se estende até a gestão atual com outros parâmetros.

### **Resumo das Principais deliberações do Conselho Municipal de Políticas Culturais:**

- Aprovação da Lei de criação do Conselho de Políticas Culturais e Câmara Setorial de Patrimônio Cultural
- Aprovação da Lei do Fundo Municipal de Políticas Culturais
- Aprovação de proposta de aplicação dos recursos do fundo ano 2011 e 2012
- Aprovação do Plano de Preservação do Patrimônio; Lei de despoluição visual; plano de medidas de salvaguarda;
- Aprovação de recursos do Fundo de Cultura para projetos conforme pag. 10
- Criação da Lei de incentivo tributário; criação da lei de criação da lei do fundo de preservação do patrimônio
- Parecer sobre construção anexo ao Pão de Santo Antônio juntamente com a Câmara Setorial de Patrimônio
- Parecer e aprovação das diretrizes de intervenção e conservação (complementação dos dossiês) para os seguintes bens: Cemitério dos Escravos em Mendanha, Imagem de Santana



Mestra em Inhaí, Estação Ferroviária de Conselheiro Mata; Justificativa e delimitação da área e descrição do perímetro de tombamentos: Cemitério dos Escravos, Estação Ferroviária de Conselheiro Mata; Justificativa e delimitação da área de entorno e descrição do perímetro de entorno de tombamento para os seguintes bens: Cemitério dos Escravos, Estação Ferroviária de Conselheiro Mata; Tombamento definitivo dos seguintes bens: Cemitério dos Escravos, Estação Ferroviária de Conselheiro Mata; laudo Técnico de Estado de Conservação, para os seguintes bens: Imagem de Santana Mestra em Inhaí, Cemitério dos Escravos, Estação Ferroviária de Conselheiro Mata, Capela de Santa Rita de Sopa.